

**APROXIMAÇÕES
DA PSICOLOGIA
COM O PENSAMENTO
DE**

BYUNG- CHUL

ABORDAGENS
FENOMENOLÓGICAS,
SOCIAIS E
PSICANALÍTICAS

HAN

ORGANIZADORES:

LAURA CRISTINA EIRAS COELHO SOARES
NÁDIA LAGUÁRDIA DE LIMA
PAULO EDUARDO RODRIGUES ALVES EVANGELISTA

**Aproximações da Psicologia com o
pensamento de Byung-Chul Han:
abordagens fenomenológicas, sociais e
psicanalíticas**

**Aproximações da Psicologia com
o pensamento de Byung-Chul Han:
abordagens fenomenológicas, sociais e
psicanalíticas**

Organizadores:

Laura Cristina Eiras Coelho Soares

Nádia Laguárdia de Lima

Paulo Eduardo Rodrigues Alves Evangelista

1ª edição

Rio de Janeiro, 2023



VV

Copyright@ViaVerita Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nr. 9610 de 12.2.1998. É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa anuência da editora. Esse livro foi revisado segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

A publicação deste livro em formato digital foi financiada pelo Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), edital no. 943/2022/FAFICH-SECPSI-UFMG, ao qual agradecemos.”

EDITORA Via Verita LTDA

EDIÇÃO Monica Paape Casa Nova

CAPA E PROJETO GRÁFICO Arthur Rocha e Giovana Paape

DIAGRAMAÇÃO Alexandre Sacha Paape Casa Nova

Dados internacionais para catalogação na publicação (CIP)

A654

Aproximações da psicologia com o pensamento de Byung-Chul

Han : abordagens fenomenológicas, sociais e psicanalíticas /

organizadores: Laura Cristina Eiras Coelho Soares, Nádia

Laguárdia de Lima, Paulo Eduardo Rodrigues Alves

Evangelista. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Via Verita, 2023.

230 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-88337-32-5

1. Han, Byung-Chul, 1959- 2. Psicologia fenomenológica.

3. Psicologia social. 4. Psicanálise. I. Soares, Laura Cristina Eiras

Coelho. II. Lima, Nádia Laguárdia de. III. Evangelista, Paulo

Eduardo Rodrigues Alves.

CDD – 150

Roberta Maria de O. V. da Costa – Bibliotecária CRB-7 5587

VIA VERITA EDITORA

www.viaverita.com.br

editorial@viaverita.com.br

[@via.verita](https://www.instagram.com/via.verita)

DIRETOR CULTURAL

Marco Antonio Casanova (UERJ)

CONSELHO EDITORIAL

Marco Antonio Casanova (UERJ)

Róbson Ramos dos Reis (UFSM)

André Duarte (UFPR)

Alexandre Marques Cabral (UERJ)

COMISSÃO EDITORIAL

João Carlos Brum Torres (UFRS)

Giorgia Cechinatto (UFMG)

Marco Antonio Casanova (UERJ)

Deborah Guimarães (UERJ)

Róbson Ramos dos Reis (UFSM)

Marcos Gleizer (UERJ)

Michael Steinmann (Stevens Institute for Technology)

Marlene Zarader (Universidade de Montpellier)

Irene Borges Duarte (Univ. de Évora)

Roberto Novaes de Sá (UFF)

Ernilo Stein (PUC-RS)

Cristine Mattar (UFF)

SUMÁRIO

Apresentação 11

Reflexões sobre o cenário contemporâneo 17

As implicações clínicas da Era da Técnica na escuta de modos de existir possíveis: Um diálogo entre Heidegger e Byung-Chul Han
Autores: **Amanda Dayla Martins ; Caroline Ferreira Fernandes Guimarães ; Jordanna Alves Barbosa ; Luisa Vieira Piazarollo ; Rafaella Alcântara Reis Mendes ; Paulo Eduardo Rodrigues Alves Evangelista** 18

Neoliberalidade: o cansaço neoliberal do inalcançável
Autores: **Ester de Oliveira, Gabriela Cristine Nunes Nascimento, Rodrigo Aparecido Fernandes Costa, Thuanne Bárbara Campos Rodrigues e Nádia Laguárdia de Lima** 47

Transparência e opacidade: o adormecimento e o despertar na sociedade digital
Autora: **Nádia Laguárdia de Lima** 61

**Conjugalidades, Parentalidades
e Violências na virtualidade** 77

@amordejose e sharenting: apontamentos sobre a hiperexposição de crianças na era digital

Autores: **Pedro Henrique Chaves Cardoso; Gabriel César
Silva Rodrigues** 78

O amor líquido no Tinder: uma análise dos relacionamentos amorosos na pós-modernidade

Autores: **Ana Elisa Vilas Bôas Moreira, Gabriel Magalhães,
Gladston Norberto, Jéssica Hourí Cossenzo, João Sangawa,
Larissa Alves Barbosa de Lucas, Luísa Raad Barbosa, Miguel
Altoé e Nádia Laguárdia de Lima** 95

Senecultura como cuidado ou sacrifício da qualidade de vida?
- Envelhecer na Sociedade do Cansaço

Autores: **Gabriela Maria Leroy Viana; Paulo Eduardo
Rodrigues Alves Evangelista** 111

Formação e exercício profissional da Psicologia 137

“Instagramação” da Psicologia: A mercantilização do cuidado
Autores: **Eduarda Macedo Ferreira; Frederico Tunes e Sousa; Gabriela Maria Leroy Viana; Gisleide da Costa Santos; Gregory Nicolas Santos; Gustavo Ferreira de Barros; Leidiane Maria da Silva Leonardo e Louise Maffre Dupuis** 138

O enxame de Lacan a Han: o saber na dispersão digital
Márcio Rimet Nobre 157

Crianças No Feed: Vozes virtuais sobre a violência sexual
contra as crianças e os adolescentes
Autores: **Mariana Ribeiro Melo Laura Cristina Eiras Coelho Soares** 173

“Marketização” da Psicologia nas Mídias Digitais: uma análise
de um perfil de grande alcance
Autores: **Ana Clara Marques Robes, Bárbara Soares Braga, Beatriz Sampaio Malverde Rodarte, Juliana Dutra Miranda, Lara Ferreira e Campos Maciel, Sara Guerra Maia, Natanael Augusto de Freitas, Nidia Mayra Duarte Dias, Paulo Eduardo Rodrigues Alves Evangelista** 201

Sobre Os Autores 223

Apresentação

A produção dessa obra nasce do encontro de três docentes com diferentes bagagens epistemológicas (psicanalista, psicólogo fenomenológico-existencial e psicóloga social) – os três pertencentes ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – que descobriram por acidente que compartilhavam a leitura dos livros de Byung-Chul Han. A cena se passou durante a reunião de uma comissão de trabalhos administrativos da universidade em que uma das docentes recebeu livros que havia adquirido com fomento à pesquisa que realizava. Ao notarem os títulos, o diálogo sobre os conceitos apresentados por Byung-Chul Han se iniciou, e, então, nasceu a proposta de construirmos em um futuro próximo a oferta de uma disciplina conjunta.

O tempo passou e, no segundo semestre de 2021 – último semestre no ensino remoto emergencial em decorrência da pandemia de Covid-19 –, conseguimos lecionar a disciplina intitulada “Psicologias na contemporaneidade: abordagens fenomenológicas, sociais e psicanalíticas”, voltada para os discentes dos últimos períodos do curso de graduação em Psicologia da UFMG. Desta forma, a presente obra é fruto dessa polifonia que é característica da riqueza do próprio campo de saber da Psicologia e da Universidade. Encontram-se aqui organizados capítulos decorrentes da elaboração do trabalho final de alunos que cursaram a disciplina, bem como de pesquisas desenvolvidas pelos docentes e de orientações na iniciação científica e/ou na pós-graduação. O livro foi estruturado para se constituir como material de estudo e de capacitação para psicólogos e psicanalistas em formação e para profissionais. Contudo, os temas abordados e as reflexões suscitadas podem ser apropriados por outros campos de saber, dando continuidade à ideia de diferentes diálogos presente na origem da elaboração da disciplina.

Os capítulos foram agrupados em três eixos: 1. Reflexões sobre o cenário contemporâneo; 2. Conjugalidades, Parentalidades e Violências na virtualidade; e 3. Formação e exercício profissional da Psicologia.

No primeiro eixo, o capítulo “As implicações clínicas da Era da Técnica na escuta de modos de existir possíveis: Um diálogo entre Heidegger e Byung-Chul Han” propõe uma aproximação da análise da contemporaneidade como Era da Técnica, por Martin Heidegger, com as análises de Han como concretizações das reflexões ontológicas do primeiro. Feito isso, aprofunda-se na prática psicológica clínica como campo em que as imposições técnicas por objetividade e eficácia podem levar à supressão do humano – aquele a quem interessa essa prática. Descreve-se também como as implicações clínicas da Era da Técnica aparecem nas vivências de dor e sofrimento na atualidade e nas tentativas de analgesia das mesmas. Por fim, retoma-se a tonalidade afetiva da serenidade (*Gelassenheit*), sustentando o pensamento meditativo (*Besinnung*) descrito por Heidegger como deixar-ser, propondo-o como uma forma de estabelecer uma relação singular e de liberdade com a técnica e com o outro ser humano.

No segundo capítulo, intitulado “Neoliberalidade: o cansaço neoliberal do inalcançável”, reflete-se sobre a relação entre a sociedade de Transparência e a liberdade como coerção. Considera-se que a articulação entre a liberdade e a coerção na atualidade pode ser analisada a partir de um processo de transmutação e redução do sujeito a uma inesgotável fonte de dados na sociedade informacional. A ciência emergente dos dados e os seus efeitos sobre o comportamento, emoções e humor, relaciona-se com o que Byung-Chul Han denomina de Sociedade da Transparência. Os autores ressaltam que, no contexto atual, tal discussão é relevante para a psicologia, uma vez que há impactos diretos naquilo que é legitimamente um objeto de estudo desta ciência: a subjetividade humana.

O texto intitulado: “Transparência e opacidade: o adormecimento e o despertar na sociedade digital” de Nádía Laguardia de Lima, apresenta uma reflexão sobre os impactos sociais e subjetivos do imperativo de transparência na atualidade, tendo como ponto de partida o episódio “Queda Livre” da série *Black Mirror*. Referenciada pela teoria psicanalítica em diálogo com Byung Chul-Han, indica que a transparência absoluta não existe no campo subjetivo. No entanto, considera que a coação à transparência que abarca todos os processos sociais na atualidade, promove o apagamento das fronteiras entre o público e o privado, com incidências sociais e subjetivas. Sustentado pelo capitalismo de vigilância, o projeto de transparência visa um mundo cada vez mais controlado e previsível, eliminando o inédito, a imprevisibilidade, o imponderável. Assim, quanto mais cativos do imperativo de transparência, mais adormecidos os sujeitos se mantêm, menos capazes de deliberar e tomar uma decisão sobre os rumos da própria vida. Diante desse cenário, interroga: como despertar a opacidade que nos singulariza?

Finalizando este eixo, “O *enxame* de Lacan a Han: o saber na dispersão digital” busca aproximações entre ideias de Han e Lacan. O autor defende que a linguagem digital, que produz excesso de informação resultante, tem efeitos deletérios para a relação com o saber com os outros seres humanos.

No segundo eixo, Conjugualidades, Parentalidades e Violências na virtualidade, o capítulo de abertura é “Crianças no feed: vozes virtuais sobre a violência sexual contra as crianças e os adolescentes”. As autoras apontam o impacto da violência sexual contra a criança e o adolescente nas manifestações dos internautas no feed da plataforma Twitter a partir da análise de um caso de grande repercussão midiática. A obra de Han *No enxame: Perspectivas do digital* ganha destaque nessa reflexão, principalmente, seu conceito de “ondas de indignação” (Han, 2018, p. 22). As autoras ressaltam o tribunal virtual, formado por uma vigilância social com enfoque na vitimização

e na garantia pela via da punição. O capítulo conclui que esse cenário pode favorecer o punitivismo e prejudicar a elaboração de caminhos para a proteção e a integração a partir das políticas públicas e rede de proteção já existentes.

Em “O amor líquido no Tinder: Uma análise dos relacionamentos amorosos na pós-modernidade, os autores discutem o impacto das redes sociais da internet, mais especificamente, do aplicativo de relacionamento Tinder, na mediação das relações afetivas na atualidade. Para dar início a esta reflexão, discorrem sobre o amor romântico e suas manifestações na internet. Em seguida, examinam as particularidades dos relacionamentos afetivos atuais, de modo a averiguar possíveis mudanças engendradas pelas tecnologias digitais. Finalmente, analisam a relação entre o esvaziamento existencial que acomete os sujeitos atualmente e os vínculos proporcionados por aplicativos de relacionamento.

No estudo “@amordejose e *sharenting*: apontamentos sobre a hiperexposição de crianças na era digital”, discute-se o fenômeno do *sharenting* tendo como suporte o caso de José Márcio, criança de cinco anos de idade com 1,5 milhão de seguidores em perfil do *Instagram* administrado por seus pais. A hiperexposição das crianças é o centro do debate tendo encontrado nos livros de Han - *Sociedade do cansaço*, *Sociedade da transparência* e *No exame: Perspectivas do digital* - o arcabouço teórico para as problematizações levantadas.

Em “Senecultura como cuidado ou sacrifício da qualidade de vida? - O Envelhecer na Sociedade do Cansaço”, pesquisa realizada pelo Programa de Iniciação Científica Voluntária da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG, os autores Gabriela Maria Leroy Viana e Paulo Evangelista discorrem sobre o entendimento atual acerca do envelhecimento, que atribui aos indivíduos a responsabilidade por agir corretamente ao longo da vida para alcançar uma velhice de qualidade. É um capítulo no formato de estudo teórico, que apresenta o conceito de envelhecimento bem-sucedido e questiona se ele promove qualidade de vida ou

sofrimento existencial às pessoas que o buscam. Para isso, recorre à literatura sobre o tema dos pontos de vista biológico e existencial. Situando o envelhecimento como um processo individual e sociocultural, para si e para o outro, passa para uma análise da contemporaneidade como Sociedade do Cansaço. Observa que, em uma sociedade na qual a ciência natural do envelhecer se volta para criar soluções para um envelhecimento bem-sucedido, o processo de envelhecimento traz consigo a preocupação com o desempenho para se ter uma velhice saudável.

O terceiro eixo reúne os capítulos em torno da Formação e exercício profissional da Psicologia na contemporaneidade descrita por Han. No capítulo “Instagramação’ da psicologia: a mercantilização do cuidado”, os autores partem da inserção do psicólogo na divulgação online de serviços prestados para uma articulação com as obras de Han *Sociedade do cansaço*, *Sociedade da transparência* e *No exame: Perspectivas do digital*, produzindo a análise ética e crítica sobre o fazer psicológico diante das demandas tecnológicas.

No capítulo “*Marketização*” da *Psicologia nas Mídias Digitais: uma análise de um perfil de grande alcance*, os autores analisam o impacto das mídias digitais na propaganda de psicólogos. Para tanto, foi realizado um estudo de um perfil do *Instagram* que compartilha conteúdos sobre temas da Psicologia e tem grande repercussão, com números elevados de engajamento e seguidores. As publicações foram analisadas sob a ótica dos referenciais teóricos de Byung-Chul Han em diálogo com outros autores que tratam do fenômeno da contemporaneidade. A análise das postagens desse *Instagram* resultou em três categorias: Tamponamento da negatividade; Subjetividade como projeto; Produtivismo (desempenho) e a questão da técnica. Considerando a possibilidade de generalização desses resultados, os autores ponderam que a Psicologia vem se posicionando a partir de um discurso simplista e alinhado à otimização dos sujeitos em prol das necessidades de mercado,

ao mesmo tempo em que a amplificação de sua abrangência auxilia na desestigmatização da saúde mental. Considerando a emergência do campo, indica-se a necessidade de mais investigações na área para uma inserção de uma Psicologia comprometida ético-politicamente nas mídias sociais.

Byung Chul-Han tem formulado avaliações críticas da sociedade contemporânea e de seus valores, revelando em gestos e hábitos cotidianos sentidos preocupantes. Sua reflexão tem sido de grande importância para reflexões em vários campos do saber e, na Psicologia, não tem sido diferente. Entretanto, a obra de Han é ainda recente. *Sociedade do Cansaço*, livro que elevou Han ao status de best-seller, foi publicado em alemão em 2010 e traduzido para o português em 2015. Seu impacto começa a ser sentido na Psicologia; a articulação das descrições dos modos de existir na sociedade neoliberal digital com o estudo dos modos de subjetivação e intersubjetividade ética começa a acontecer. Nossa expectativa é contribuir para essa importante reflexão. Assim, os textos apresentam de maneira introdutória conceitos-chave da obra do filósofo sul-coreano, para, em seguida, operacionalizar uma leitura crítica de fenômenos contemporâneos tematizados pela Psicologia. Assim, acreditamos que o livro se destina tanto a leitores que já têm familiaridade com a obra de Han quanto àqueles que não. Seu objetivo é refletir sobre fenômenos contemporâneos que estão presentes no cotidiano dos psicólogos e psicólogas e, se possível, lançar nova luz que resgate liberdade em sua prática.

Belo Horizonte, 7 de junho de 2022.

Laura Cristina Eiras Coelho Soares

Nádia Laguárdia de Lima

Paulo Eduardo Rodrigues Alves Evangelista

**Reflexões sobre o cenário
contemporâneo**

**As implicações clínicas da Era da Técnica na escuta
de modos de existir possíveis:
Um diálogo entre Heidegger e Byung-Chul Han**

Amanda Dayla Martins ; Caroline Ferreira Fernandes Guimarães ;
Jordanna Alves Barbosa ; Luisa Vieira Piazarollo ; Rafaella Alcântara
Reis Mendes ; Paulo Eduardo Rodrigues Alves Evangelista

Em seu trabalho sobre a questão da técnica, Heidegger (1954/2007) abre o questionamento com a determinação instrumental da técnica que a reconhece como um meio para um fim. Para o filósofo alemão, a técnica não é apenas um instrumento passível de ser utilizado e colocado de lado, mas, antes disso, o modo como a nossa existência acontece. Para explicar isso, retoma a história da técnica, caracterizando a técnica grega como um processo *poiético*, no qual o brotar das coisas se mostra como um revelar-se a partir da ação ou do modo de existência humano. O autor aponta, ainda, a diferença entre a técnica grega e a técnica moderna: enquanto a primeira implica uma produção de verdade, a segunda exige que a natureza entregue tudo.

Tal exigência da técnica moderna abarca o ser humano, colocando-o numa posição auto exploratória, de quem deve ceder tudo de si, como um recurso que move a indústria da sociedade. Byung-Chul Han (2017), por sua vez, na obra *Sociedade do cansaço*, discorre a respeito da sociedade do desempenho e suas consequências cruéis para aqueles que não conseguem alcançar o ideal de produção.

O presente artigo pretende ser um ensaio baseado em uma revisão bibliográfica não-sistemática e tem como objetivo pensar nas implicações clínicas da Era da Técnica moderna, era em que os sujeitos que não são explorados ao máximo estão fadados ao fracasso e à depressão, enquanto outras patologias

– como o *burnout* – afetam os que estão do outro lado. Uma possível saída para esse impasse parece estar na sugestão de Heidegger de que a meditação (*Besinnung*) sobre os perigos da técnica pode ser capaz de promover uma mudança na relação do ser humano com a técnica. Nesse sentido, a clínica pode ser pensada como um lugar de meditação, a partir do qual talvez seja possível que o ser humano faça o uso da técnica, ou a assuma como apenas um dos modos possíveis de existência. A meditação aqui será entendida no sentido heideggeriano de “uma escuta reflexiva e atenta àquilo que possibilita o pensamento e não de uma técnica ou vivência” (Evangelista, 2016, p. 187). Inwood (2002) define o pensamento meditativo (*Besinnung*) como “pensar filosófico, especialmente porque, ao contrário das ciências, ele essencialmente reflete sobre o seu próprio ponto de vista” (p. 142).

Para isso, dividimos o texto em três partes. A primeira delas desenvolve a problemática da Era da Técnica a partir da leitura do filósofo Martin Heidegger (1889-1976) sobre a essência da técnica. A motivação principal é possibilitar uma reflexão ampliada da técnica, que a apresente como um modo de existência possível no contemporâneo, mas não o único. A partir dessa compreensão, podemos estabelecer uma relação mais livre com a técnica. Para isso, lançamos mão da obra *Sociedade do cansaço*, do filósofo sul-coreano Byung Chul-Han (2017), que nos leva a refletir sobre as implicações do discurso da técnica para as relações humanas de um modo geral, discutindo as condições de ser ou não livre no contemporâneo. Não se tratando de demonizar a técnica nem de a acolher irrefletidamente, assumimos a posição de Heidegger (1954/2007) de que, no interior dessa reflexão, há tanto aquilo que nos ameaça quanto o que pode nos salvar do domínio da técnica, desde que assumamos um outro olhar sobre o que dominamos e o que nos domina, familiarizando-nos com as engrenagens de um tempo que nomeamos como Era da Técnica.

A segunda parte pretende ser uma aplicação prática sobre os elementos ameaçadores da Era da Técnica no que tange às questões da vivência da dor e do sofrimento no contemporâneo. Para isso, lançamos mão da obra *Sociedade paliativa: a dor hoje*, de Byung Chul-Han (2021), obra essa em que o autor descreve o apelo contemporâneo às diversas formas de analgesia dos fenômenos da dor e do sofrimento, descartando esses fenômenos como modos de ser possíveis da existência que nos apela a lidar com o estranho-familiar (*unheimlich*)¹ que nos habita. Uma reflexão sobre as implicações dessa analgesia é desenvolvida a partir da crítica de Han à vida feliz e bem-sucedida propagada pelo que o filósofo nomeia como psicologia positiva² e que descarta todo apelo à contemplação e à negatividade³ exigido por uma vida examinada digna de ser vivida.

Por fim, a terceira parte descreve com mais detalhes as implicações da Era da Técnica na clínica psicológica, em especial quando a Psicologia do século XX se assumiu como ciência e incorporou para si os critérios de neutralidade, mensurabili-

1. Termo presente na obra de E.T.A. Hoffmann e utilizado por Freud (1919) para designar aquilo que desperta sensação de estranhamento, mas que na verdade o sujeito carrega dentro de si, recalcado, ou seja, afastado do consciente, velado.

2. Segundo Han (2021), há uma mudança de paradigma da Psicologia. Esta passa de negativa, da Psicologia do sofrimento, para a Psicologia positiva que se ocupa da felicidade, bem-estar e otimismo. Agora, a dor está submetida a uma lógica do desempenho, servindo para potencializar a eficiência dos sujeitos ou ser abafada completamente.

3. Conforme Han (2017), atualmente estamos vivenciando a sociedade do cansaço e transparência, em que a negatividade é impossível, uma vez que não há espaço para contemplação, para o acontecimento. O que se tem é uma negação de limites, em que os sujeitos acreditam que tudo podem, é uma negação da negação, da estranheza e da alteridade, uma dialética da negação, marcada por um excesso de positividade.

dade, previsibilidade e precisão, atrelados às Ciências Naturais, para abarcar o inabarcável da existência humana. Uma crítica à Psicologia enquanto técnica moderna é possível desde que entendamos os caminhos possíveis que a clínica psicológica pode assumir, enquanto procedimento, produção e ampliação de mundos possíveis para os sujeitos que se apresentam na clínica, sujeitos esses atravessados pela dor, pelo sofrimento, pela solidão, pela própria existência que os conduzem a uma resposta singular e única, jamais previsível.

A problemática da Era da Técnica

No texto “A questão da técnica”, o filósofo Martin Heidegger (1889-1976) avalia a Era da Técnica não apenas a partir de sua determinação instrumental e antropológica, ou seja, a partir de uma relação meio e fim – em que a técnica seria vista apenas como um simples meio que está a serviço do ser humano –, mas, sim, sob o questionamento sobre a essência da técnica naquilo que ela é e contém de perigo e salvação para os modos de ser do ser humano.

Nesse sentido, Heidegger (1954/2007, p. 376) afirma que, apesar de ser correto dizer que a técnica moderna é também um meio para fins, uma determinação instrumental da técnica se reduziria a lidar de modo adequado com a técnica enquanto meio, mas não tocaria a questão central em relação à própria técnica, no sentido de nos ameaçar dominar, colonizando todos os nossos modos de existência. Por isso, não devemos nos contentar em definir a técnica apenas pelo seu bom ou mau uso, mas devemos buscar a sua essência naquilo que há de verdadeiro na sua prática, ou seja, a partir daquilo que se produz quando a essência de algo é revelada. Pois, afirma Heidegger (1954/2007, p. 377), “somente o verdadeiro nos leva a uma livre relação com o que nos toca a partir de sua essência”.

No que tange à história da técnica, o autor faz um apanhado histórico pela noção das quatro causas aristotélicas, alinhando-as ao conceito de *tekhné* nos gregos, na sua relação com a *physis*, com a *poiesis* e com a *epistémé*. A noção de técnica para os gregos estava intimamente ligada à sua distinção em relação à *physis*, que significa o que a partir de si emerge, o brotar natural das coisas ou o que se revela propriamente como natureza. Além disso, há uma relação entre *tekhné* e *poiesis*, na medida em que significa produzir. No campo da *poiesis*, o que se produz é revelado a partir da poética da existência de algo tocado pelo ser humano ou como modo de existência dele mesmo. É poético todo processo pelo qual alguma coisa é revelada, ocasionada; nesse aspecto, a própria natureza seria *poiesis* no processo de fazer brotar aquilo que vem dela mesma. Nesse sentido, a *tekhné*, na acepção grega, também está ligada à *alétheia* (des-velamento, des-ocultação), a uma produção de verdade. Como afirma Heidegger (1954/2007, p. 380), “ela [a *tekhné*] desabriga o que não se produz sozinho e ainda não está à frente e que, por isso, pode aparecer e ser notado, ora dessa, ora daquela maneira”.

Não obstante essas distinções no campo da técnica para os gregos, o filósofo alemão revela em seu texto o distanciamento entre a técnica grega e a técnica moderna. Se de um lado nós tínhamos a ideia de desocultamento enquanto *poiesis*, de produção e verdade (*alétheia*) no campo da técnica, agora limitamo-nos à técnica enquanto um desabrigar no sentido de um desafiar (*Herausfordern*), “que estabelece, para a natureza, a exigência de fornecer energia suscetível de ser extraída e armazenada enquanto tal”, como afirma Heidegger (1954/2007, p. 381). Seria uma técnica enquanto intervenção, nas palavras de Critelli (2016).

É no desvelamento desse sentido da técnica moderna que Heidegger chega à essência da técnica no conceito de armação ou composição (possíveis traduções para a palavra *Gestell*). Esse conceito designa, segundo Heidegger (1954/2007, p. 385), “a reunião daquele pôr que o homem põe, isto é, desafia para deso-

cultar a realidade no modo do requerer enquanto subsistência. Armação significa o modo de desabrigar que impera na essência da técnica moderna e não é propriamente nada de técnico”.

Ao colocar em cena justamente o que não é propriamente técnico na técnica, o autor quer trazer à luz (*apophainesthai*) a sua relação com o desocultar da realidade, para que não caiamos nos extremos da dominação completa pela técnica, nem do rechaço completo a ela, pois trata-se, ao contrário, afirma Heidegger (1954/2007, p. 389), de nos encontrarmos “inesperadamente estabelecidos numa exigência libertadora”, caso nos abramos à essência da técnica.

Por sua vez, a revelação que caracteriza a técnica moderna mudou de natureza em relação às técnicas artesanais, pois aqui há uma intimação feita à natureza, para que ela entregue todas as suas riquezas; a terra se torna um local de extração, de exploração, não mais que um entreposto, um fundo de recursos a explorar. Essa intimação feita à natureza se estende, como na leitura de Han (2017, p. 30) na obra *Sociedade do cansaço*, ao próprio ser humano, que se explora na tentativa de extrair de si seus próprios recursos ao máximo, numa lógica de desempenho. Nessa mesma perspectiva afirma Critelli (2016, p. 29):

Este comportamento técnico moderno não se destina apenas aos fenômenos naturais, mas à compreensão e ao trato de todas as questões com que o homem contemporâneo tem que lidar, sejam eles religiosos, de saúde, pessoais, amorosos, educacionais etc. O processo da técnica moderna é e deve permanecer sendo universalizado, ele necessariamente tem que servir a tudo e a todos indiferentemente.

Nesse aspecto, ao devotar-se ao domínio técnico, o ser humano acaba se submetendo a um imperativo do cálculo⁴ acre-

4. Heidegger (2007) pontua que o homem da Era da Téc-

ditando ter o domínio sobre a terra. Em meio a essa ilusão de domínio, é a sua liberdade que se perde, justamente quando mais acredita estar livre, fenômeno que Han (2017, p. 30) nomeia de *liberdade paradoxal*. Se antes esse cálculo estava no domínio da natureza, ele se estende a todos os domínios humanos, inclusive ao ser humano, que se não explorado ao máximo se torna um fracassado, cedendo à depressão. Nas palavras do filósofo sul-coreano (Han, 2017, p. 86), “o sujeito do desempenho se realiza na morte. Realizar-se e autodestruir-se, aqui, coincidem”. Esta concepção já fora antecipada por Heidegger, ao afirmar que:

A ameaça dos homens não vem primeiramente das máquinas e aparelhos da técnica, cujo efeito pode causar a morte. A autêntica ameaça já atacou o homem em sua essência. O domínio da armação ameaça com a possibilidade de que a entrada num desabrigoar mais originário possa estar impedida para o homem, como também o homem poderá estar impedido de perceber o apelo de uma verdade mais originária (Heidegger, 1954/2007, p. 390).

Nesse cenário, o ser humano está sujeito a um poder que o desafia e frente ao qual já não se sente mais livre. E aqui algo se anuncia, a saber, “uma relação do ser com o ser humano e que essa, que se esconde na essência da técnica, poderá algum dia ser trazida à luz através do desocultamento” (Heidegger, 2000, p. 706-707 *apud* Loparic, 2005, p. 402). Justamente pelo fato de desocultar aquilo que nos ameaça a partir do questionamento sobre a essência da técnica, Heidegger abre caminho para a esperança de salvação desse perigo inscrito na essência da técnica no movimento da própria meditação sobre os seus perigos. Talvez esse movimento meditativo seja capaz de promover uma “mudança radical no modo como o ser se destina ao homem e

nica lida com a natureza como reserva de energia passível de, através do cálculo, ser extraída e armazenada.

o interpela, ao *Ereignis*, acontecimento que apropria o tempo ao ser e o homem ao ser”, como interpreta Loparic (2005, p. 402). Somente assim, poderemos estabelecer uma relação mais livre com a técnica e assumi-la como um dos modos possíveis de existência e não o único.

As implicações da Técnica nos modos de adoecimento e sofrimento contemporâneos

Tomando a frase de Ernst Jünger: “Dize tua relação com a dor, e te direi quem és” como ponto de partida de sua reflexão em *Sociedade Paliativa: a dor hoje*, Han (2021) assume que a sociedade contemporânea lança mão do uso da técnica para a eliminação da dor e do sofrimento a qualquer preço, inclusive ao custo da própria vida. Para o filósofo sul-coreano, nós perdemos a nossa relação de intimidade com a dor, tememos o sofrimento e a dor, mesmo quando eles se tornam aparentemente inevitáveis, como no contexto da pandemia. Para Han (2021, p. 33), “a pandemia torna novamente visível a morte que nós reprimimos e terceirizamos meticulosamente”. A partir desta reflexão, queremos investigar as implicações na prática clínica dessa nova relação com a dor e com o sofrimento, muito amparada pelos recursos cada vez mais sofisticados da técnica de não nos deixar sofrer e a oportunidade, mesmo que cruel, de encararmos a pandemia como um alerta para a nossa condição de finitude. Como afirma Han:

A dor é aquele elemento que brilha obscuramente através do rasgo do gelo. O sentimento de segurança com que deliramos deriva do fato “de que a dor é expulsa para as margens, em benefício de um conforto mediano” [Jünger]. Com cada ampliação, porém, daquela represa que protege o ser humano das forças elementares, também au-

menta a ameaça. [...] A pandemia que irrompeu recentemente mostra que a represa erguida contra as forças elementares pode romper a qualquer momento (2021, p. 54).

Han, como estudioso de Martin Heidegger, não deixa de citar o mestre, ao perceber que, se perdemos a relação com a dor como um modo de existência possível, como propunha o filósofo da Floresta Negra em sua ontologia da dor, também perderemos uma relação com o ser. Pois, para Heidegger, nas palavras de Han:

A dor é uma disposição fundamental da finitude humana. Heidegger a pensa a partir da morte: “A dor é a morte no pequeno – a morte, a dor no grande” [...] O ser se deixa registrar apenas na dor da “pura proximidade que mantém a distância”. A dor torna o ser humano receptível para o indisponível que lhe dá suporte e estadia. A dor porta o ser-aí humano. Nisso, ela se distingue do prazer. Ela não é um estado temporário que se deixa suspender. Antes, ela constitui a gravidade do ser-aí humano (2021, pp. 89-90).

A busca contemporânea pela eliminação da dor seria uma forma do esquecimento do ser para Han. Se a dor aqui é entendida no seu caráter existencial, no sentido heideggeriano, como propõe Han (2021), não podemos nos esquecer de que ela também é vivida no corpo e muitas vezes atrelada apenas ao seu aspecto físico, enquanto *Körper*. No entanto, o corpo já é um processo existencial e qualquer forma de adoecimento se apresenta como ruptura das possibilidades do corpo próprio (*Leib*). Para Medard Boss (*apud* Evangelista, 2013, p. 147), “o corpo é um existencial do *Dasein*, isto é, um de seus aspectos ontológicos, sendo, portanto, um modo de ser-no-mundo”. Nessa

perspectiva, supera-se a dicotomia há muito cristalizada na medicina e nas áreas psi entre corpo e psiquismo, podendo-se compreender o trânsito entre ambos como sendo a própria manifestação da existência humana em suas possibilidades, sejam elas fraturadas pelo adoecimento ou potencializadas por uma noção existencial de saúde. Para Boss, “o adoecer predominantemente corpóreo é uma categoria da patologia geral mais correspondente à existência humana” (Evangalista, 2013, p. 146). É nessa perspectiva do ser doente como possibilidade existencial que encontramos a crítica de Han (2021) ao perceber a dor sendo tutelada e medicada pela medicina contemporânea.

Já o sofrimento é vivido e narrado no seu aspecto existencial, muitas vezes já atrelado ao psicológico. Para Costa (2017, p. 12), o sofrimento pode ser entendido “como manifestação ôntica do encontrar-se e, assim, deve ser tratado não como uma manifestação que vem de dentro ou de fora do ser, mas uma experiência do ser-no-mundo”. Aqui, o sofrimento existencial é entendido como aquele que se impõe ao ser humano e o impede de enxergar e viver outras possibilidades existenciais. O sofrimento existencial, nesse sentido, é vivido como restrição de possibilidades de outros modos de ser da pessoa.

Nesse cenário, a figura do médico se torna aquela que se propõe a extirpar a dor a qualquer custo e outros profissionais da saúde, a seu turno, como os psicólogos, acabam caindo nessa falácia. Não é em vão o avanço da indústria farmacêutica, em especial no contexto das medicações psiquiátricas, de que nos fala Han (2017) em *Sociedade do cansaço*. Já no cenário do sofrimento, são as ciências psicológicas que ganham destaque nessa tentativa de eliminação do sofrimento; seja pela via da medicação psiquiátrica, seja pela via da psicoterapia. A questão é que o cenário contemporâneo, regido pela Era da Técnica e da insegurança, favorece interpretações nesse sentido para o nosso campo de atuação.

Segundo Barreto e Silva (2019), o fazer da clínica na perspectiva fenomenológica hermenêutica vai na contramão

desse movimento. Nela, a atitude é de acolhimento da dor e do sofrimento, entendido como parte da experiência singular e, portanto, dotada de sentido existencial. Essa perspectiva resiste ao modelo tecnicista de compreensão que se apropria da vida. Assim, mesmo considerando a importância do conhecimento científico positivista e da funcionalidade dos medicamentos, é possível uma psicoterapia que permita a expressão autêntica acompanhando compreensivelmente o modo de existir do paciente através - mas não só - do sentir e do sentido da dor e do sofrimento.

Ainda na perspectiva de Han (2021), na sociedade paliativa em que habitamos, nós lidamos com a dor como um mal a ser extirpado; padecemos, nas palavras de Han (2021, p. 10), de uma *algofobia*, tendo como consequência uma *anestesia permanente* em que toda condição dolorosa é evitada. Han (2021) afirma ainda:

A anestesia universal da sociedade leva a poética da dor ao desaparecimento completo. A anestesia reprime a estética da dor. Na sociedade paliativa, desaprendemos inteiramente como fazer a dor narrável, sim, cantável, como verbalizá-la, como transportá-la para uma narração, como cobri-la, sim, enganá-la com a bela aparência. A dor está, hoje, inteiramente separada da fantasia estética. Ela é desverbalizada e tornada um assunto de técnica médica (p. 71-2).

Nessa sociedade paliativa marcada por todo tipo de anestesia da negatividade, a lógica do desempenho não combina com a passividade diante da dor e do sofrimento; diante deles é preciso calar-se e não os expressar. Ao corpo hedonista de nosso tempo, afirma Han (2021, p. 25), “a dor aparece como inteiramente desprovida de sentido e de utilidade”.

Nesse aspecto, Han (2021, p. 11) faz uma crítica contundente à psicologia positiva de nossos dias ao submeter “a própria dor a uma lógica do desempenho”. Pautada no desempenho, na motivação e no bem-estar, Han (2021, p. 28) afirma que a psicologia positiva contribui para atender “a demanda pela otimização da alma [e não das condições sociais], que, na realidade, obriga uma adequação às relações de dominação, oculta misérias sociais. Assim, a psicologia positiva sela o *fim da revolução*”. Ao invés de revolução, afirma Han (2021, p. 30), há depressão, quando o fracasso se torna privado, fruto da ação de um sujeito particular. Afinal, “o cansaço-do-Eu [e não o cansaço-do-Nós] é a melhor profilaxia contra a revolução” (Han, 2021, p. 31).

Assim sendo, a retirada do caráter social da dor promove sujeitos ainda mais alienados, onde “a liberdade não é mais reprimida, [como na sociedade disciplinar pautada na obediência], mas explorada” (Han, 2021, p. 26). Sem a presença da dor acabamos perdendo contato com o outro também. Para Han (2021, p. 102), “o sujeito do desempenho, com seu *poder*, não pode, por princípio, ser ferido. Ele é, justamente, *resiliente*. A sensibilidade para o outro pressupõe, porém, uma vulnerabilidade. A *ferida* dolorosa é uma *abertura primordial ao outro*” (Han, 2021, p. 102)⁵.

Para ampliar ainda mais o cenário de extirpação da dor, inclusive no seu caráter social, Han adverte que a dor nesse contexto perde sua dimensão de narrativa, de significado, da própria condição de existir. Como o filósofo afirma: “o ser dotado de sen-

5. Este aspecto dialoga com o que podemos considerar a relação ética entre humanos em Heidegger (1927/2012), chamada solicitude libertadora. Por esta, eu e o outro assumimo-nos como existências, lidando com o peso de ter de ser. Esclarece Casanova (2017): “Ao dar um passo atrás e deixar o outro enquanto outro surgir, o ser-ai abre a possibilidade de o outro ser o cuidado que ele tem de ser consigo mesmo, o que significa dizer que o outro é aqui efetivamente liberado em sua alteridade” (p. 138)

tido [*Sinnhaftigkeit*] da dor pressupõe uma narrativa que insere a vida em um horizonte de sentido. A dor sem sentido é possível apenas em uma vida nua esvaziada de sentido, que não narra mais” (Han, 2021, p. 46). A nossa relação com a morte perde o sentido de narratividade exigida ao ser-para-a-morte que todos nós somos.

Como lidar com o estreitamento do nosso horizonte de sentido na Era da Técnica

A Era da Técnica permite-nos diversas reflexões sobre a existência humana contemporânea, uma vez que impõe uma série de aberturas e restrições. O modo de existência do homem na fenomenologia-existencial heideggeriana é retratado pelo ser-aí (*Dasein*) – ente com diversas possibilidades existenciais, mundano, cotidiano, em que homem e mundo não podem ser compreendidos separadamente. O *Dasein* é ser-com, ser-no-mundo e uma das possibilidades desse ente é a convivência, mesmo que ele esteja solitário, já que implica a sua existência no mundo. Cabe ainda dizer que o modo de ser não é simplesmente subsistente em si, é sendo que ele se descobre enquanto existência. A solidão é, constantemente, tema nos demasiados cenários clínicos de psicoterapia e tema de debates acerca do mundo contemporâneo, afinal, solidão e solidude são experienciadas por diversas pessoas em vários momentos de sua existência.

O isolamento e o distanciamento existencial somente podem ser compreendidos nas relações de mundo em que a falta do outro é evidenciada. Sobre isso, Sá, Mattar & Rodrigues (2006, p. 114) apresentam que: “o ente que é segundo o modo de ‘ser-no-mundo’ não é encerrado em si mesmo, numa interioridade psíquica, estando sempre num contexto relational. Ainda que esteja no isolamento, é ‘ser-com’, co-presença”. Portanto, mesmo estar só é ser-com-no-mundo, pois para se estar sozinho tem-se o outro como referência.

Boss (1976) e Sá, Mattar & Rodrigues (2006) apresentam a ideia de que, ao se afastar do outro e do mundo, o homem cumpre seu destino histórico, posto que o ser humano apenas compreende o mundo por meio de sua manipulação em busca do aumento de poder. Pensando tais considerações, a Era da Técnica permite ao homem o desvelamento do ser das coisas, mas também o desencobrimento, ocasionando, assim, dois paralelos. Se por um lado a técnica promove esse desvelamento do indivíduo ao qual é convocado a uma relação de dominação/controla não só com o mundo, mas com o outro, no outro polo há o desenraizamento em que a relação com o outro é ocultada. Sendo assim, os mesmos autores ainda afirmam que:

Esse modo é experimentado enquanto solidão - mesmo estando próximo ele vive o apartamento, o distanciamento existencial. Precisa do outro, mas vai buscá-lo enquanto “algo” para minorar a sua solidão. O outro, então, torna-se “isso”, um objeto a serviço das aspirações do sujeito (Sá, Mattar & Rodrigues, 2006, p. 120).

Com a técnica, o modo de ser-com torna-se uma via de disponibilidade no que concerne à exploração; mais especificamente, destinada à satisfação. O outro, neste modo de aparecer à existência exploradora, é tomado como ‘algo’ dedicado a atender suas vontades, supostamente capaz de aplacar o vazio. E é nesse sentido que emerge o isolamento e distanciamento existencial, sendo necessário diferenciá-los da ideia de distanciamento e isolamento geográfico. Ora, nós, seres-no-mundo, podemos estar próximos geograficamente ou, ainda, próximos pelos meios técnicos de comunicação e, mesmo assim, distantes, reclusos, isolados entre si e de nós mesmos.

Sendo assim, a solidão existencial não se remete apenas à utilização do outro para extirpar o vazio, mas no afastamento deste para, sozinho, lidar com as próprias possibilidades de sua

existência. É o que se entende por solidão; ao se isolar, promove um encontro consigo mesmo e lida com o seu vir-a-ser. É o que Sá, Mattar & Rodrigues dizem (2006, p. 121): “É possível, desta forma, ouvir o silêncio e o clamor da angústia, sem que isto implique uma experiência de desenraizamento”, ou seja, a angústia ocasionada pela solidão lança ao ser possibilidades de vir a ser.

Ademais, para contribuir ainda com os dizeres expostos acima, Giovanetti (2021) afirma que há uma primazia da tecnologia sobre os modos de vida na Modernidade e uma identidade individualista no ar contemporâneo; assim, estamos, cada vez mais, mergulhados em uma sociedade do individualismo. “A sociedade moderna adota o indivíduo como valor supremo e a emancipação individual passa a ser a grande orientação da vida humana” (p. 21). Nesse sentido, uma compreensão possível é que, nesse cenário tecnicista, o homem coloca-se como centro, baseado em uma ordem calculista e estratégica, devendo competir pelos recursos limitados da natureza e as relações entre os pares vão cada vez mais se tornando uma troca de utilidades. Nesse horizonte, a solidão em meio a esse cenário de pensar calculista está dada no mundo contemporâneo e cabe a nós, enquanto sujeitos, pensar em uma forma de lidar com tal questão.

Pensando nos modos de contribuições da clínica psicológica frente a essa questão, cabe ao psicólogo promover um espaço de reflexão meditativa para os seres assolados com a solidão existencial. No entanto, não caberá a ele tirar o paciente/cliente, enfim, a existência que se mostra ali, do lugar onde está. Somente o ser em sofrimento é capaz de mudar-se. Portanto, por meio da escuta, assim como Sá, Mattar & Rodrigues (2006, p. 123) afirmam, através de um “canal compreensivo – hermenêutico, reflexivo, de meditação – em que as experiências singulares daquele que se angustia possam vir à luz, articuladas com o horizonte histórico que as constitui”. Ou seja, é do encontro entre duas existências que emerge algo que possibilita à existência em angústia pela solidão encontrar novos horizontes e possibilidades para o seu vir-a-ser.

A contribuição da clínica no resgate de uma postura serena diante da Técnica

Na esteira da reflexão sobre a técnica na contemporaneidade, a Psicologia, enquanto ciência, não escaparia ileso das implicações da Era da Técnica no seu fazer profissional. O modelo cientificista predominante na Psicologia muitas vezes se apresentou como marcado por métodos imparciais e neutros para lidar objetivamente com a existência humana. Observa, mensura e classifica modos de ser e seus respectivos procedimentos, passo-a-passo, de como ‘tratar’ cada tipo de existência. Sobre as implicações da Era da Técnica no contexto da Psicologia, afirma Evangelista (2016, p. 183):

Nesta época de dominação técnica, há regras oriundas de pesquisas científicas que gerem o cotidiano, determinando o que é bom ou mal, o que se deve fazer e evitar. A psicologia compartilha desse movimento desde seu surgimento, gerindo cientificamente a vida íntima e compartilhada. Este modo de ser da Psicologia está voltado para a adequação, adaptação e domesticação de um ser humano abstrato, desprovido de aspectos e questões singulares e circunstanciais. A previsão e o controle almejados pela Psicologia científica possibilitam a manipulação; saber e poder se entrelaçam.

Trajada de racional, essa Psicologia da Era da Técnica assume caráter de verdade absoluta, as Psicologias baseadas em evidências, com eficácia comprovada. A herança da filosofia de Descartes presentificada em realidade mensurável. Nesse aspecto, mais do que tornar o princípio de objetividade uma mensurabilidade que homogeneiza o real, a mensurabilidade da *res extensa* cartesiana pode ser entendida aqui no contexto da Psicologia como “o modo por qual a ciência se assegura do real como objetividade” (Evangelista, 2016, p. 192).

Essa técnica moderna, que acaba por pensar a nossa realidade como fonte de energia que precisa e deve ser extraída com alta eficiência, torna-se parte do existir humano invariavelmente implicado no seu contexto atual. E como a técnica é como vivenciamos a realidade, tudo passa a ser entendido como algo a ser extraído e transformado.

Assim, nada mais que é trazido à realidade, pela técnica moderna, vem à tona com finalidade. Agora, tudo é infinitamente produzido, padronizado e em larga escala. Um ciclo sem fim, inesgotável, antes que a natureza fosse também. As redes sociais imperam: “faça terapia!”, “todo mundo deve fazer terapia!” e o mercado responde entregando a demanda em larga escala, em sites com cartelas e possibilidades infinitas de profissionais que podem te atender ao toque de um dedo. Um cardápio: “com qual deles posso acabar com o meu sofrimento e continuar produzindo?” ou quem sabe “como posso me tornar a melhor versão de mim mesmo?”. Mas será que a terapia se encaixa em um procedimento técnico, previamente definido e padronizado?

Esse modo positivo de existir atravessa a lógica individual, onde a vitrine das redes sociais estampa sorrisos, superação, mérito. Nesse mundo do estancamento das dores, as soluções são individualmente analgésicas. Da lógica dos canudos de aço usados para beber em um copo de plástico à psicoterapia que apresenta técnicas de como ficar menos ansioso em um mundo de smartphones. Nesse sentido, a suspensão das teorias psicológicas, à luz da fenomenologia, requer saber o que é que estamos suspendendo. Urge uma psicologia crítica em sua prática.

Nesse cenário, se há um modo de não sofrer a partir da técnica, por que não lançar mão dele, diriam alguns? Afinal, para que serve a psicoterapia senão para eliminar a dor e o sofrimento? Como aparentemente tudo ganha uma significação de uso na sociedade contemporânea, a psicoterapia não estaria ileso dessa concepção simplista do ponto de vista de quem procura pelo atendimento psicológico e, também, de algumas correntes da psicologia. Visões estas muito amparadas por essa mentalidade de que tudo está à nossa disposição de uso, nos

termos heideggerianos, e de que precisamos nos ocupar com a felicidade, com o bem-estar e não com a dor e o sofrimento. Pois, como afirma Han (2021, p. 93), a partir da leitura de Heidegger, “Sob a coação da disponibilidade, tudo é tornado alcançável e consumível. O *habitus digital* enuncia: tudo tem de estar imediatamente disponível. O *télos* da ordem digital é a total disponibilização. Falta a ela a ‘lentidão’ da timidez hesitante diante do infactível”.

Assim, a psicoterapia também se torna um tipo de mercadoria para o consumo a fim de lidar com as consequências dessa sociedade do desempenho, em que os sujeitos estão esgotados, depressivos, desgastados, de certo modo, consigo mesmos. Han (2017, p. 102) afirma que “é assim que doenças psíquicas como o *burnout* ou a depressão, que são as enfermidades centrais do século XXI, apresentam todas elas um traço altamente agressivo a si mesmo”. Esse modo de captura das formas de sofrimento e adoecimento dos sujeitos nos revela como a dor e o sofrimento, enquanto cifras da nossa existência, são acolhidos ou repudiados em nossa sociedade.

Na contramão desse fazer técnico moderno, numa perspectiva fenomenológica, Pompéia e Sapienza (2011, p. 126) afirmam que a técnica (*tekhné*) pensada nos tempos gregos se fazia presente no processo de produção das coisas enquanto des-velamento de sentido, isto é, de trazer à luz o que ainda “não existia como realidade”.

Tomando-se a perspectiva de que tudo que existe deve ser encaixado nesses pensamentos, inclusive sentimentos e emoções, que fazem parte do modo de ser de cada um, a psicoterapia acaba por não fugir a tal realidade. Quem busca terapia, geralmente está imerso em algum tipo de sofrimento; ou, pelo menos, há desejo de mudança de algo que incomoda, independentemente de qual ordem provém a queixa, girando em torno de uma espécie de maior controle de situações ou melhor eficácia em condições que se apresentam como adversas. Palavras-chave desse parâmetro também aparecem na procura por processos psicoterápicos no século XXI: “precisão de objetivos,

eficácia, rapidez, apresentação dos resultados” (Pompéia e Sapienza, 2011, p. 127). Ademais, há uma ânsia por diagnósticos precisos, que servem como identificadores de desajustes para que um plano de metas seja traçado até que se chegue ao resultado de eliminação do sofrimento.

Assim, têm-se, então, abordagens psicológicas que exercem suas clínicas no mesmo *modus operandi* do mundo da Era da Técnica. Há fortes críticos dessa postura, como Medard Boss (1903/1981 p. 68), que afirma que “os métodos de pesquisa científico-naturais não alcançam o âmbito dos fenômenos humanos, muito menos conseguem penetrar neles”. Nesse cenário, cabe-nos refletir sobre como é que uma psicoterapia de orientação fenomenológica se coloca diante do anseio da atualidade pela busca da cura por via da técnica e de respostas mais prontas.

A psicoterapia de orientação fenomenológica utiliza na sua clínica a fenomenologia como método, uma vez que essa é uma filosofia. O método aqui é entendido como um modo que viabiliza a *práxis*. O cuidado terapêutico se dá pelo acesso ao fenômeno que surge na consciência. A fenomenologia coloca, então, dois tipos de atitude para que o homem possa ver as coisas do mundo, sendo eles: a atitude natural, que é aquela que olha a realidade como o que está dado, pressuposto, com um menor nível de reflexão diante do que se tem; e a atitude fenomenológica, a qual propõe que se questione, se coloquem em dúvida as coisas do mundo por meio de uma reflexão pautada pela redução fenomenológica (*epoché*). Ao se praticar uma *epoché*, suspende-se o que já é posto sobre determinado tema, coloca-se entre parênteses e busca-se o fenômeno (Keen, 1979).

Percebe-se que, no modelo biomédico tradicional, se tem a breve necessidade de eliminação da dor e do sofrimento. No entanto, a dor, o sofrimento e a angústia aparecem como constitutivos do ser humano. Segundo Holzhey-Kunz, (2018), a dor “dobra sempre a nossa atenção” (p. 80). Dessa maneira, por meio da dor, há uma revelação do corpo vivo. O que desdobra a consideração da fragilidade dessa existência. Sentir

dor, mesmo que psíquica, coloca em evidência tal fragilidade. O sentido do sofrimento existencial na Daseinsanalyse de Holzhay-Kunz é a condição humana. A dor é uma experiência ontológica, isto é, reveladora da condição existencial, e seu sentido deve ser desvelado na psicoterapia. O sofrer trata de situações que revelam ao ser a condição de ser-aí. Na psicoterapia de orientação fenomenológica, ocorre a volta para o sofrimento:

Uma experiência angustiante inclui a angústia ontológica. O paciente deseja livrar-se dos sentimentos de angústia, mas, para isso, precisa dar ouvidos para a angústia como a condição de estar lançado sem causa nem fundamento nem determinações de como deve ser, entregue ao fato de que é e tem que ser. O psicoterapeuta precisa ter uma escuta filosófica para a verdade ontológica incluída na experiência do paciente (Evangelista, 2019, p. 127).

À luz desta discussão, coloca-se em pensamento: o espaço de uma postura fenomenológica na clínica é análogo ao espaço da clínica como um espaço de meditação? Compreendemos que a clínica também pode trazer modos de se pensar a técnica de uma maneira mais holística. Se o *modus operandi* do mundo é por via da técnica, nem o terapeuta escapa do que é ofertado, uma vez que também está inserido nesse mundo. Nessa mesma perspectiva, Pompéia e Sapienza (2011, p. 131) sugerem que há a possibilidade de o terapeuta se abrir para além das solicitações feitas pela técnica, assim, o terapeuta deve oferecer-se para caminhar junto ao paciente na “procura pela verdade [*aletheia*] de sua história”, trazendo seu passado, presente, aspirações, sua história e tudo que pode perpassar por ela. Isso leva tempo, um tempo não previamente determinado, que depende de o paciente se dar conta. É preciso, portanto, assumir uma postura de serenidade e meditação diante da técnica, para que o caminhar aconteça entre cliente/paciente e terapeuta. Para Magliano & Sá (2015):

A meditação sobre a essência da técnica pretende evidenciar sua dinâmica histórica de constituição, sendo esta compreensão o que faculta inaugurar um relacionamento mais livre ante as determinações vigentes no mundo técnico, pois, a partir desta meditação, abrem-se novas possibilidades de compreensão e correspondência àquilo que é desvelado no interior desse horizonte, lançando-nos, então, no espaço livre do destino. Perceber o modo como, contemporaneamente, a natureza se desvela como disponibilidade aponta a possibilidade de não permanecermos irrefletidamente identificados com esse modo de desvelamento, abrindo, por conseguinte, outras formas de compreender e experimentar o ser dos entes (p. 23).

O controle e a eficiência almejados pelas pessoas na Era da Técnica podem ser caracterizados, para Pompéia e Sapienza (2011), como a necessidade do domínio, uma vez que domínio traz poder. Para os autores, há uma maneira alternativa de se colocar o domínio, apresentado como um diálogo com o familiar: “A palavra dominar liga-se ao latim *dominius*, que significa literalmente mestre ou senhor e que nos faz pensar naquele que dá as ordens. Mas a raiz de *dominius* é *domus*, e significa casa, ou o familiar” (p. 132). A ideia é que, dessa maneira, se coloque o domínio em prática na clínica. Ao entender o contexto imposto pela Era da Técnica, o domínio, enquanto *ethos* (morada), nos ajuda a estabelecer uma relação diferente com ela.

Nesse diálogo, há uma aproximação do problema por parte do cliente/paciente e do terapeuta. O domínio como uma forma de obedecer⁶ aparece. Obedecer ao corpo pode ser, mais adiante, dominá-lo, a partir do dialogar com o corpo, escutá-lo, obedecê-lo e, por conseguinte, habitá-lo como próprio. Feno-

6. Aqui, refere-se ao sentido etimológico da palavra obedecer. Se trata de um verbo do latim *oboedire* (*ob-audire*), *ob* prefixo indicando inclinação para e *audire*, audição. Assim, *ob-audire* significa estar voltado para, dar ouvido (Pompeia e Sapienza, 2011).

menologicamente, desvela-se o fenômeno explorando ‘como?’ se vive, isto é, como a pessoa tem estado no mundo de maneira ampla, para que ela possa pensar em seu incômodo, em seu sofrimento, em sua existência. Essa postura do psicólogo para o diálogo o coloca como o profissional do encontro. Nessa mesma perspectiva, conclui Figueiredo (1993) que o psicólogo é o profissional do encontro:

Quando proponho caracterizar o psicólogo, em qualquer contexto em que trabalhe, como “profissional do encontro”, estou apenas assinalando o fato de que o lidar com o *outro* (*indivíduo, grupo ou instituição*) na sua alteridade faz parte da nossa atividade cotidiana. Mesmo que cheguemos a este encontro com a relativa e muito precária segurança de nossas teorias e técnicas, o que sempre importa é a nossa disponibilidade para a alteridade nas suas dimensões de algo *desconhecido, desafiante e diferente*; algo que no outro nos obriga a um *trabalho* afetivo e intelectual; algo que no outro nos pro-pulsiona e nos alcança; algo que do outro se *impõe* a nós e nos contesta, *fazendo-nos efetivamente outros que nós mesmos* (p. 93).

É essa postura do encontro que se abre à alteridade e à vivência da dor como abertura primordial ao outro de que nos fala Han (2021, p. 102), que acreditamos poder acolher os sujeitos que se apresentam na clínica, mesmo imersos na Era da Técnica. Se há um caráter aparentemente inescapável da técnica, trata-se de tentar se familiarizar com a técnica, assumir o domínio a partir de sua raiz etimológica, como nos traz Pompéia e Sapienza (2011, p. 132), para que possamos estabelecer uma relação mais livre e serena diante dela. Afinal, se o objetivo da clínica é trazer outros modos possíveis de existência e ampliar nossas perspectivas sobre quem estamos sendo, não seria a meditação sobre a essência da técnica o lugar onde mora a salvação da técnica, como propunha Heidegger? Urge a questão na clínica contemporânea.

Considerações finais

O diálogo que estabelecemos entre Martin Heidegger e Byung Chul-Han nos mostrou ser profícuo para pensar não apenas a essência da técnica, mas as consequências que atravessam as subjetividades contemporâneas no contexto que denominamos Era da Técnica. Se estamos falando de uma marca do contemporâneo, o fazer clínico também é afetado por essa discussão; não apenas no campo profissional da psicologia enquanto sustentação teórica, mas, sobretudo, na singularidade da clínica feita a cada encontro com o rosto humano que nos interpela no consultório, nas instituições, enfim, no enlace com o outro. Os dois autores propõem, cada um à sua maneira e de acordo com a sua época, críticas contundentes às formas de vida restritas que a lógica da técnica e do mercado impõem. Neste sentido, em uníssono, ambos propõem como saída a meditação sobre o que o nosso tempo nos convoca, justamente para que encontremos tanto aquilo que nos ameaça quanto o que nos salva, valorizando a contemplação, o pensamento do negativo por excelência, como a via pela qual possamos estabelecer uma relação mais livre com a técnica e com o nosso tempo.

Nesse sentido, o recurso ao pensamento meditativo é essencial para encontrarmos a salvação, “no sentido de recolher na essência, para assim primeiramente trazer a essência a seu autêntico aparecer” (Heidegger, 1954/2007, p. 391). Nesse jogo de luz e sombra, podemos lançar mão da clínica também como um espaço de meditação dos perigos que nos ameaçam e de consentimento com outros modos de existência possíveis a partir da capacidade humana de assumir a negatividade do *não-para*⁷ como traço essencial da contemplação de que nos

7. Segundo Han (2017), o termo trata-se de uma espécie de tédio profundo, opondo-se à potência positiva do “para-isso” que conduz o sujeito à hiperatividade superficial e a um cansaço de exaustão. Assim, a potência negativa

fala Han (2017, p. 58). Afinal, não há contemplação enquanto não nos lançamos à negatividade de dizer *não-para* outros elementos que capturam e colonizam a nossa visão da vida, e nos dedicarmos ao exercício contemplativo e meditativo que ampliam as nossas perspectivas. Pois, como conclui Heidegger (1954/2007, p. 396), “quanto mais nos aproximarmos do perigo, de modo mais claro começarão a brilhar os caminhos para o que salva, mais questionadores seremos. Pois o questionar é a devoção do pensamento”.

Por conseguinte, se por um lado podemos enxergar a técnica como intervenção, por outro, devemos resgatar sua acepção grega, enquanto produção, revelação, enfim, poesia, no sentido de entender a clínica enquanto *poiésis*, enquanto produção de sentidos possíveis, enquanto abertura de mundos possíveis.

Nesse sentido, o objetivo da psicoterapia é possibilitar que o outro seja uma clareira que se abre ao sentido do ser. O fato de a terapia não ser uma técnica, enquanto a entendemos no mundo moderno, não a impede de ser um procedimento, uma produção, uma *tekhné* ligada à *poiésis*. Com isso, ela tem objetivo sim, mas não visa a eliminação rápida e indolor do sofrimento e da dor por recursos padronizados como pressupõe a Era da Técnica. É a possibilidade de se ampliarem os horizontes para além das demandas impostas pela Era da Técnica que nos colocamos como profissionais da escuta. Acolhemos a afirmação de Medard Boss (1976/1997, p.13 *apud* Costa, 2017, p. 17), ao concebermos que a prioridade do psicoterapeuta é “mostrar ao paciente que também há outros e mais livres modos de existir; e, depois, de dar-lhe coragem de experimentar, aceitar e viver estes outros modos”.

Sendo assim, talvez seja na construção de narrativas, de ampliação de modos de existir possíveis, que a psicoterapia fe-

do “*não-para*” refere-se a uma espécie de “cansaço fundamental”, é a potência negativa em que seria possível gozar o uso do inútil, um não fazer sereno.

nomenológico-existencial deva atuar, em especial num tempo marcado pela perda da narratividade e da negatividade de que nos fala Han (2017; 2021), em que a dor e o sofrimento tendem a ser eliminados à custa de um alto preço para a existência humana. Pois, como afirmam Magliano & Sá (2015, p. 27), “as manifestações ônticas da angústia no contemporâneo, encontradas nos consultórios de psicologia na forma de sofrimento psíquico, devem poder ser pensadas, assim, em referência a esse estreitamento dos limites de compreensão proveniente de nosso horizonte de sentido”.

Por fim, pensamos que um resgate da relação existencial com a dor e com o sofrimento daqueles que buscam a clínica psicológica seja uma via meditativa para que possamos compreender aquilo que Boss (1903/1981), seguindo a tradição heideggeriana do ser-para-a-morte, afirmou sobre a relação inextricável entre vida e morte para a realização do nosso destino existencial, a saber:

Vida e morte são inseparavelmente unidas e pertencem uma à outra. Não há viver terrestre sem morrer e não poderia haver morrer sem um viver precedente. Por isso, não podemos nos aproximar isoladamente de um destes dois parceiros inseparáveis. Quem quiser compreender algo da vida dos homens deverá também pensar em seu ser-mortal, e quem quiser compreender a morte também será obrigado a se informar sobre a condição da vida humana (Boss, 1981, p. 67).

Afinal, não seria esse o tempo oportuno, nosso *kairós*, de repensar a nossa finitude e trazer narratividade para a nossa relação com a dor, com o sofrimento, com a morte, há muito tempo anestesiados pela técnica, como desejaram Heidegger, Boss e atualmente Han? Deixemos esse questionamento para cada um(a) de nós.

Referências

- Boss, M. (1981). *Angústia, culpa e libertação: ensaios de psicanálise existencial*. Medard Boss. (Spanoudis, B., Trad.). 3ª ed. São Paulo: Duas Cidades.
- Cardoso, C. L; Giovanetti, J. P. & Evangelista, P. E. R. A. (2021) *Cuidados em tempos de distanciamento social*. Belo Horizonte: Artesã.
- Casanova, M. (2017). *Mundo e historicidade, Leituras fenomenológicas de Ser e tempo, vol. 1: Existência e mundanidade*. Rio de Janeiro: Via Verita.
- Costa, B. A. (2017). Sofrimento e existência: uma leitura daseinsanalítica. *Revista Latinoamericana de Psicoterapia Existencial - Un enfoque comprensivo del ser*, 14, 11-19. Disponível em: https://fundacioncapac.org.ar/revista_alpe/index.php/RLPE/article/view/40
- Critelli, D. (2016). A Técnica no Pensamento de Martin Heidegger. *PoliÉtica*, 4(2), 25-35. <https://doi.org/10.23925/polietica.v4i2.31420>
- Evangelista, P. E. R. A. (2013). A Daseinsanalyse de Medard Boss: Medicina e Psicanálise mais correspondentes ao existir humano. Em: Evangelista, P. E. R. A. (Org.). *Psicologia Fenomenológico-Existencial: Possibilidades da atitude clínica fenomenológica*. Rio de Janeiro: Via Verita, p. 139-158.
- Evangelista, P. E. R. A. (2016). *Psicologia fenomenológica existencial: a prática psicológica à luz de Heidegger*. Curitiba: Juruá.
- Evangelista, P. E. R. A. (2019). Sofrer pelo próprio ser: a Daseinsanalyse de Alice Holzhey-Kunz e a inclusão pré-ontológica da existência como fundamento do sofrimento existencial. *Natureza humana*, 21(1), 120-128. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302019000100009&lng=pt&tlng=pt.

Figueiredo, L. C. (1993). Sob o signo da multiplicidade. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 1(1), 89-95.

Freud, S. (1919/2006). “O Estranho”. Em: Freud, S. *Uma neurose infantil e outros trabalhos* (1917-1918/2006). Rio de Janeiro: Imago, v. XVII.

Han, Byung-Chul. (2021). *Sociedade paliativa: a dor hoje*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Han, Byung-Chul. (2017). *Sociedade do cansaço*. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Han, Byung-Chul. (2017). *Sociedade da transparência*. Petrópolis. RJ: Vozes.

Heidegger, M. (2007). A questão da técnica. *Scientiæ Studia*, 5(3), 375-398. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662007000300006>

Holzhey-Kunz, A. (2018) *Daseinsanálise: O olhar filosófico-existencial sobre o sofrimento psíquico e sua terapia*. (Casanova, M., Trad.). Rio de Janeiro: Via Verita.

Inwood, M. (2002) *Dicionário Heidegger*. (Holanda, L., Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Keen, E. (1979). *Introdução à Psicologia Fenomenológica*. Rio de Janeiro: Interamericana.

Loparic, Z. (2005). A fabricação dos humanos. *Manuscrito (Festschrift em homenagem a Ítala M. Loffredo D’Ottaviano)*, 28(2), 391-415.

Magliano, F. R. & Sá, R. N. (2015). Reflexões heideggerianas sobre técnica, liberdade e práticas psicológicas clínicas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(2), 19-32. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000200003&lng=pt&tlng=pt

Pompéia, J. A. & Sapienza, B. T. (2011). A terapia e a era da técnica. Em: Pompéia, J. A. & Sapienza, B. T. *Os dois nascimentos do homem*. Rio de Janeiro: Via Verita, p. 123-140.

Sá, R. N.; Mattar, C. M. & Rodrigues, J. T. (2006). Solidão e relações afetivas na era da técnica. *Revista do Departamento de Psicologia - UFF*, 18(2), 111-124. <https://doi.org/10.1590/S0104-80232006000200009>

Neoliberalidade: o corolário do imperativo da transparência

**Ester de Oliveira, Gabriela Cristine Nunes Nascimento,
Rodrigo Aparecido Fernandes Costa, Thuanne Bárbara
Campos Rodrigues e Nádia Laguárdia de Lima**

Introdução: a liberdade como coerção

O tema da liberdade ocupa um lugar importante no campo das ciências humanas. Os debates sobre o que é ser livre, sobre o quanto se pode ser livre ou o que determina a liberdade humana se atualizam de acordo com o contexto histórico, político e social, nos quais que se inserem, e colocam questões para a reflexão e a ação humanas.

A queda dos grandes regimes e das rígidas normas de vida baseadas no poder monárquico e/ou religioso poderia causar a sensação de que a agenda do iluminismo liberal foi totalmente cumprida ou que está às portas da sua realização. Nesta perspectiva, o indivíduo não mais estaria sob o jugo do imperativo do dever, enxergando-se como livre e com potencial infinito, autor e consumidor de sua própria história. O indivíduo moderno teria alcançado finalmente a plena liberdade. No entanto, o debate sobre o tema da liberdade mostra-se complexo e merece ser analisado segundo as condições de cada contexto histórico, político, econômico e social.

Alguns exemplos recentes mostram como a ideia de liberdade, ainda que pouco refletida ou deliberadamente distorcida, é importante para a sociedade contemporânea. No caso da

pandemia de covid-19, que atravessou o mundo, mas que apresentou particularidades em cada contexto social, a necessidade de uso de máscaras de proteção para a prevenção da doença foi muitas vezes percebida como uma ameaça à liberdade individual. No campo econômico, setores da sociedade civil advogam pela liberdade dos agentes econômicos e a favor do “livre mercado”. Propagandeia-se a ideia de que, através da aquisição de imóveis, carros, roupas ou ações, o sujeito poderá finalmente atingir a liberdade sonhada, como se “ser livre” estivesse ligado a o quanto se pode consumir – “conquiste sua liberdade”. Há outros setores que buscam, ao contrário, retroceder no tempo abrindo mão de algumas liberdades legitimamente conquistadas, como a liberdade sexual e de voto. Há algo na ideia de liberdade que simultaneamente seduz e amedronta, sendo importante analisarmos as diferentes concepções de liberdade e os seus atravessamentos econômicos, políticos e sociais.

No contexto econômico do capitalismo neoliberal, a noção de empreendedorismo, referência atual para todos os campos sociais, contribui para a diluição da diferenciação entre classes de exploradores e explorados. O empreendedor é aquele que, conforme Han (2018, p. 14), “explora a si mesmo para a sua própria empresa”. Essa relação estabiliza o sistema e maximiza seu potencial de exploração, na medida em que atenua as tensões. É nesse sentido que a liberdade paradoxalmente se torna coerção.

De saída, é importante refletir sobre a forma como a ideia de liberdade foi apropriada pelo mercado e as suas incongruências, por exemplo: pode-se questionar a existência de um “livre mercado” em um contexto no qual a autonomia do consumidor é claramente ameaçada, dada a quase onipresença do *marketing* baseado em *data science* (muitas vezes eticamente duvidoso), visando influenciar o comportamento do sujeito naquilo que ele tem de mais íntimo; pode-se questionar a liberdade do trabalhador, quando este tem que se submeter a condições

degradantes para garantir menos que o mínimo de uma vida digna diante da uberização do trabalho; pode-se questionar a liberdade de “ir e vir” em uma metrópole que exclui grupos de pessoas do acesso a determinados espaços sociais; pode-se questionar a liberdade política de pessoas que fazem escolhas orientadas pela máquina de fake news nas redes sociais etc.

Os exemplos supracitados demonstram que não é que as amarras que prendiam o sujeito foram desfeitas na atualidade. Elas apenas se tornaram mais invisíveis, por vezes mais fluidas ou sedutoras, e, por isso mesmo, são percebidas como algo bom e até mesmo desejado. Essas amarras são, por tudo isso, muito mais eficientes. As formas de controle tornaram-se mais sofisticadas a partir de uma certa internalização do imperativo de agir, produzir e escolher. Dividir para conquistar, retirar a centralidade visível de uma figura de poder para um melhor controle. Fazer com que a própria ideia da liberdade, para o horror dos filósofos iluministas, torne-se ela própria uma ferramenta extremamente sofisticada de exploração, vigilância e domínio. Por isso, a própria ideia de liberdade está em questão.

Ademais, infelizmente, quanto mais “livre”, mais fora do tecido social o sujeito parece se situar. Paradoxalmente, quanto mais luta por seu espaço privado e “personalizado”, mais público e exposto o sujeito se torna.

Com o Big Data, o sujeito transmuta-se em uma inesgotável fonte de dados. Em meio aos novos dispositivos inteligentes e às onipresentes redes sociais, o indivíduo perde gradativamente a sua liberdade diante de um excedente gigantesco de dados disponibilizados por eles, sem que saibam o destino desse material e de que forma serão utilizados. Se antes havia uma corrida pelo ouro, hoje talvez possa se falar em uma corrida pelos dados. Segundo Zuboff (2019, p. 19): “O excedente comportamental deve, sim, ser abundante e variado, mas o modo mais seguro de prever o comportamento é intervir na fonte: moldando-a.” Assim, nota-se que esse interesse é de-

vido ao fato de que o elevado volume de dados produzidos, dentro do contexto da ciência emergente dos dados, torna-se ferramenta útil no que se refere à previsão e modelagem do comportamento. Ainda conforme Zuboff (2019), todos os níveis de nossa vida pessoal seriam automaticamente capturados e compactados em um fluxo de dados destinado às linhas de montagem que produzem a certeza. Disfarçado de “personalização”, parte desse trabalho consiste em uma extração do que há de mais íntimo nos nossos comportamentos na rede.

O capitalismo digital ou de vigilância conta com o meio perfeito para fazer suas apostas no capital humano, ou seja, nas pessoas, o ambiente virtual. “A premissa-chave do extrativismo de dados é a de que os usuários são estoques de informações valiosas” (Morozov, 2019, p. 165). Esse extrativismo de dados tem consequências políticas e econômicas.

Talvez seja na dimensão política que esse efeito nefasto seja mais sentido. A separação conceitual entre público e privado, liberdade e coerção já não é suficiente, pois torna-se turva, considerando o próprio fato de que a esfera pública tem sido colonizada pelo privado. O comportamento do cidadão, que, cada vez mais, age como consumidor, pode ser posto como marca da política após o advento do Big Data, que pode ser definido, em síntese, como uma área de estudo, cujo objetivo é compreender como coletar, tratar, analisar e obter informações a partir de um grande conjunto de dados. (UCS, 2020). No contexto dessa nova mutação do capitalismo, revela-se também a impossibilidade do agir comum. O homem já não se coloca como um animal político, uma vez que o individualismo exacerbado esgarça o tecido social, colocando em sério risco uma relação de abertura para o mundo e para o outro, condição fundamental para o fazer político. O sujeito, quando impossibilitado do agir comum, destrói também a dimensão política. Por isso, é importante para o psicólogo a análise dos impactos intersubjetivos desse processo.

A psicopolítica na sociedade da transparência

É notável como a sociedade contemporânea convive com uma exposição de si jamais vista, na qual a imagem do corpo é o produto a ser consumido. O Big Data torna os dados *a commodity* de maior valor agregado no mundo. Naturalmente, o maior dano do Big Data incide sobre a privacidade.

O filósofo Byung Chul-Han (2017) denomina a nossa sociedade de “sociedade da transparência”. Nesta sociedade, o indivíduo é compelido a consumir, a se comunicar e se expor constantemente nas redes sociais. O filósofo ressalta a perda ocorrida nesse projeto de transparência, qual seja, o valor da existência humana em detrimento do valor expositivo. Nesta sociedade em que, para *ser*, é necessário se desnudar, se expor em uma dimensão que pode ser até obscena; na sociedade expositiva, transparente, o valor da existência é substituído pela superficialização das coisas, há um esvaziamento do semblante humano e cada sujeito passa a ser seu próprio objeto-propaganda. Nessa sociedade que se move a partir do ideal de positividade (do igual, da exclusão da negatividade no sentido do diferente) e bem-estar a todo custo e a todo tempo, o valor expositivo está atrelado à aparência. A manipulação da realidade no ambiente virtual é um fenômeno que corrobora os apontamentos do filósofo: para ser validado, o indivíduo se submete à máxima exposição, esvaindo-se de seu âmago numa busca desenfreada da transparência, onde absolutamente tudo é mensurado pelo seu valor. Novamente, o que é livre não é o sujeito, mas o capital que se liberta para circular em um mercado que também é idealizado como “livre”, enquanto o que consome na internet é personalizado de acordo com suas atividades, alimentando um ciclo de consumismo.

Assim, o sujeito encontra-se em uma bolha de imagens e conformidades, perdendo a habilidade de lidar com o que é estranho, diferente, assim como com as suas frustrações. O direcionamento de produtos (e produtos pessoas ou pessoas produtos) acaba criando as já citadas “bolhas”, inclusive de ideologias a serem consumidas, aproximando tudo o que está de acordo com as inclinações políticas do perfil do usuário. Isso pode gerar uma falsa realidade de iguais e promover a resistência à alteridade, afastando o sujeito do conflito construtivo, da dialética. O controle de dados promove dicotomização, como, por exemplo, certo e errado; eles e nós; dentro e fora (da bolha), a intolerância à negatividade e ao tensionamento, polaridades, isolamento, inflexões de ideias, radicalidade e, por consequência, imobilização de uma sociedade democrática. Segundo Molin (2019), a lógica da impessoalidade fomentada pelas vivências no ambiente virtual está sendo expandida em vários aspectos da vida humana. O diálogo, o debate e o pensamento crítico consolidado são substituídos por discursos autoritários, autocentrados e enclausurados em grupos homogêneos. Nas bolhas tecnológicas, o laço social desaparece, e o afeto emerge desprovido da rede simbólica da alteridade.

A linguagem, mecanismo constitutivo do laço social, passa, então, a ser utilizada como mecanismo de poder e exclusão, causando polarizações por meio desta falsa ideia de iguais em bolhas. O comportamento passa a ser não apenas mediado por computadores e algoritmos, mas também controlado e induzido por estes, que, como um receptáculo de dados e informações da existência virtual da população, conseguem delinear ações políticas, econômicas e jurídicas (Molin, 2019).

Os algoritmos produzem ecossistemas virtuais, aproximando opiniões correlacionadas e reforçando a criação de “verdades”. É possível dizer não apenas de um entrelaçamento do real com o virtual, mas de uma construção do real *pelo* virtual, por meio das “subjetividades hackeadas” (Molin, 2019), que diz

respeito à normatização dos relacionamentos no mundo real tendo como base a frieza, a impessoalidade e a ausência dos laços sociais propriamente ditos, próprios da virtualidade.

A transparência exigida no ambiente virtual, em que é necessário se expor, se posicionar, se mostrar, oferece uma falsa imagem dos corpos, além de uma falsa sensação de conhecimento entre os pares, diluindo o limite do poder e não-poder, de certa forma “retirando os filtros” sociais e substituindo-os por filtros em imagens “photoshopadas”, que criam a realidade virtual para ser reproduzida e desejada no real. O virtual baliza o que deve ser o real, dando-nos uma ideia equivocada de liberdade, de poder ser e falar o que quiser, de ofender, difamar e até mesmo cancelar aqueles que não se encaixam dentro da nossa bolha produzida pelos algoritmos.

Neste sentido, o ideal de liberdade voltado para o “poder tudo” coloca nas costas do sujeito um peso, uma cobrança interna. Se tudo posso, então *nada não posso*. Isso significa que, ao negar-se à possibilidade da recusa, o indivíduo se *assujeita* às propagandas disfarçadas de estilos de vida no ambiente virtual. Uma foto no Instagram não é só o registro de um momento, mas geralmente está inserida em discursos normativos de ideais de felicidade que carregam uma narrativa de riqueza meritocrática, mesmo que momentânea. Normalmente, não se considera o fato de que tais publicações instigam afetos e sentimentos, como admiração, inveja, tristeza, solidão e desejo. Ideais de saúde, família, beleza, trabalho etc. são mensagens subliminares de um imperativo: consuma para, consuma-se por. Na esteira dessa discussão, cabe pensar que nem sempre há a intenção consciente de provocar esses afetos ou transmitir tais valores por parte de quem posta, mas ambos, quem posta e quem interage, estão inseridos em um jogo de exposição, pelo qual nem sempre são pagos, e carregam a narrativa de suas vidas sem perceberem que reproduzem ideais que não necessariamente são próprios.

Portanto, o sujeito envolto nessa dimensão midiática corre o risco de perder sua liberdade de criar a própria vida, em busca de uma liberdade disfarçada de sucesso material, de consumo e de desempenho nas relações sociais. Aqueles que podem pagar para manter determinado padrão de vida, ou que herdaram o poder de provocar desejo (*influencers*), acabam vendendo uma ilusão de felicidade atrelada ao consumo. A ideia de transparência que se vende é apenas um recorte ou um fragmento da própria vida, uma história narrada e encenada muitas vezes de forma distorcida, mas que, de tanto ser narrada, passa a ser aceita como real. A alienação às redes sociais dá sustentação a uma imagem de existência humana sem conflitos e contradições. E acaba por frustrar aqueles que se sentem distantes desse ideal de felicidade, e que não se identificam com a *persona* produzida nas redes. Para não se haver com uma vida com problemas, impasses e obstáculos, as mesmas pessoas se refugiam no universo virtual, sonhando com a possibilidade de um dia alcançarem esse final feliz.

Segundo Han (2017), o problemático não é o aumento das imagens em si, mas a coação icônica para tornar-se imagem, para se adequar às imagens fabricadas na rede. A exibição enquanto atividade-fim transforma os sujeitos em exibicionistas, manipulando compulsivamente a própria vida em prol do olhar do outro, que não é um olhar neutro nem compassivo. As subjetividades midiáticas, portanto, são marcadas por uma inclinação à insatisfação – uma vez que o catálogo de pessoas e coisas para se comparar é infinito. Surge a ansiedade por não poder permanecer onde se está, pela busca constante de alcançar algo que está sempre distante, a depressão por não conseguir, a desconfiança de si e do outro, pois, apesar da transparência compulsória, todos terão que lidar com a opacidade do real.

Uma visão ampliada da condição humana

Todo esse contexto repercute significativamente nas novas formas do sofrimento psíquico. Assim, deve-se analisar em que medida tais reflexões importam para a formação e prática do psicólogo, dada a compreensão de que essa problemática se refere a um arco que vai do sujeito até a sociedade em que ele está inserido, com influências múltiplas e complexas. De certa maneira, muitas formas de sofrimento que aparecem na clínica contemporânea podem ser compreendidas como uma crise da liberdade. O excesso produz esgotamento, cansaço e sofrimento, o que ajuda a compreender o aumento de questões ligadas a transtornos de ansiedade, burnout e depressão, por exemplo. Para o psicólogo, é de suma importância compreender que o sujeito explora o que é mais íntimo de si; porém, muitas vezes a própria psicologia é acusada de colaborar para essa exploração, servindo também como ferramenta do capital para sua própria reprodução. Cabe ressaltar aqui a coincidência entre os diferentes significados da palavra “explorar” e as diferentes funções da prestação do serviço psicológico: explorar pode ser se aventurar, conhecer melhor, se aprofundar, descobrir, assim como pode significar extração, abuso, assimetria, no contexto capitalista que privilegia o lucro. Afinal, a que e a quem serve a Psicologia?

Dardot e Laval (2016) citam um número de técnicas que objetivam um melhor domínio de si, que visam adaptar o eu à realidade e aumentar sua produtividade. Porém, é ainda mais preocupante a penetração dessas técnicas dentro do fazer psicológico. Embora sob outras máscaras, tais práticas podem se revelar como meras formas de governabilidade ou domínio de si, métodos de adaptação do eu a um imperativo que o habita. O excesso de valorização das técnicas quantitativas na psicologia talvez revele em sua substância uma quantitativação da vida. De acordo com Han (2018), os números não produzem

histórias, na verdade não contam nada, não fazem narrativa e não produzem conhecimento ou encontro de si. Nesse sentido, o psicólogo deve estar atento para essa relação perversa que o sujeito estabelece consigo mesmo. Para Dardot e Laval (2016), tais técnicas não visam tanto ao porquê, mas pragmaticamente voltadas à solução, são baseadas em “como isso funciona” para um melhor controle.

Para além dessa questão, há um significativo aumento da medicalização e consumo de psicotrópicos na sociedade contemporânea, visando adequar o sujeito a padrões de desempenho, consumo e relacionais, por meio da redução da vida a fatores biológicos. O modelo psiquiátrico e psicológico passa a atender a aspectos ambíguos, onde, segundo Alvarenga e Dias (2021):

“Ao mesmo tempo em que o modelo proporciona uma condição artificial em que se torna possível suportar a carga de cobrança sobre suas vidas, também permite ao sujeito contemporâneo ampliar suas capacidades laborais, acadêmicas e estéticas, ao menos no curto prazo.” (Alvarenga & Dias, 2021, p.2)

Esta pressão por desempenho em uma cultura de excessos relaciona-se intrinsecamente com a virtualidade e a transparência que geram padrões inalcançáveis de normalidade. A medicalização, nesta sociedade, torna-se ferramenta de opressão do sujeito, percebida como forma de otimização de seu trabalho e do desempenho. Motivado por imagens e ideais cunhados em redes sociais, deve se mostrar cada vez mais próximo de uma imagem de perfeição e eficácia inquestionáveis. O excessivo foco na performance, próprio da sociedade capitalista que visa explorar ao máximo o sujeito, faz com que esse reduza à perspectiva biológica aspectos que seriam multifatoriais de suas vivências e também de seu sofrimento.

Assim, o espaço da psicoterapia torna-se não um espaço de liberdade, questionamento, implicação subjetiva e promoção de formas mais significativas de vida, mas subverte-se em ferramenta de reforço de um sistema alienante. De fato, as diferentes abordagens parecem ter enfoques dissonantes, o que confere à própria psicologia um caráter ambivalente. Entre a tendência à busca por “evidências” e a crítica de outras abordagens como “pseudociência”, ou seja, entre as polarizações já problematizadas anteriormente, perde-se de vista uma postura crítica da aplicação dessas próprias ferramentas e do caráter duvidoso que as mesmas podem ter, quando desvinculadas de um questionamento mais atento e de um olhar mais demorado para as patologias do social. Perde-se de vista a constante observação de como a própria razão (instrumental) pode funcionar de forma perversa.

E o que a psicologia tem para além de uma razão instrumental? Inicialmente, deve estar no horizonte da ação do psicólogo uma reflexão constante sobre as possibilidades de ampliação de sua prática no campo social, além do escopo da clínica individual, bem como o trabalho multidisciplinar com outras áreas do conhecimento. O trabalho do psicólogo nos espaços das políticas públicas como as escolas, o CRAS, SUS, o sistema judiciário, e o CREAS, o coloca em posição de conhecer, questionar e intervir nesses campos. O compromisso social e político do psicólogo com o sofrimento humano sustenta a noção de clínica ampliada, alcançando aqueles que não chegam aos consultórios. O diálogo do psicólogo com a universidade, com o campo social e com as políticas públicas permite-lhe avançar no debate ético e político.

No processo que descrevemos nesse texto, nota-se que a condição humana atinge tal nível de transparência na atualidade que “liberdade” se torna uma questão para a psicologia. Um dos corolários dessa problemática é que, conforme Zuboff (2019), para obter previsões comportamentais muito precisas,

portanto muito lucrativas, as empresas passaram a investigar nossas particularidades mais íntimas, alcançando nossa personalidade, nosso humor, nossas emoções, nossas mentiras e nossas fragilidades. Os efeitos dessa “extração da nossa intimidade” sem o nosso conhecimento ainda estão a ser conhecidos.

Esse tema é extremamente importante para a psicologia, pois relaciona-se inevitavelmente com seu objeto de estudo, a subjetividade humana. Ademais, considerando-se que o psicólogo tem uma função social e política intrínseca à sua ação, que jamais pode ser negada, sob o risco de subverter sua atuação em um discurso antiético, deve-se considerar os impactos de tal problemática para o funcionamento social e intersubjetivo. A análise crítica dessa nova forma de gerenciamento humano pelas tecnologias digitais, e das novas formas de sofrimento por ele acarretadas, deve ocupar espaço privilegiado na psicologia contemporânea.

Conclusão

O presente texto objetivou analisar a sociedade da transparência, tendo como foco os efeitos psíquicos da apropriação desta ao conceito de liberdade, que, por sua vez, afeta o sujeito em todas as dimensões de ser e estar no mundo. Os desdobramentos do capitalismo em sua forma atual de “vigilância” e a crise da liberdade por ele gerada exigem um estudo aprofundado desse funcionamento algorítmico e de suas implicações sociais e subjetivas. Naturalmente, as sucessivas mudanças nas formas de capitalismo, acompanhadas das transformações tecnológicas, somadas ao abandono histórico de uma grande parte da população, criam um contingente de cidadãos que sofrem sem poderem ser ouvidos, e que até mesmo entendem o seu sofrimento como um fracasso pessoal. Dado que a inteligência artificial e os serviços a ela atrelados têm consequências peri-

gosas, incluindo a perda da liberdade, é urgente que o psicólogo se posicione de modo a compreender as lógicas e dinâmicas das tecnologias digitais, intervindo para articular uma visão de futuro que não se restrinja a um consumismo sem barreiras. A partir da compreensão das influências sociais, políticas e econômicas nas subjetividades, pode-se empreender uma leitura dos fenômenos contemporâneos e das possibilidades de saídas aos impasses atuais.

Referências Bibliográficas:

Alvarenga, R. & Dias, M. K. (2021). Epidemia de drogas psiquiátricas: tipologias de uso na sociedade do cansaço.. *Psicologia & Sociedade* [online], v. 33, e235950. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33235950>>.

Dardot, P., Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo.

Han, B-C. (2017). *Sociedade da transparência*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes.

Han, B-C. (2018). *Psicopolítica – o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Âyné.

Molin, F.D. (2019). Do Grande Outro ao “Big Other”: laço social, capitalismo de vigilância e a subjetividade hackeada. Congresso de APPOA, Rio Grande. Recuperado de https://appoa.org.br/correio/edicao/292/8203do_grande_outro_ao_big_other_laco_social_capitalismo_de_vigilancia_e_a_subjetividade_hackeada/763

Morozov, E. (2018). *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora.

Universidade de Caxias do Sul. (2020). *Big Data: o que é, para que serve, como aplicar e exemplos*. Recuperado de <https://ead.ucs.br/blog/big-data>

Zuboff, S. (2019, 3 de janeiro). *Um capitalismo de vigilância*. <https://diplomatique.org.br/um-capitalismo-de-vigilancia/>

Transparência e opacidade: o adormecimento e o despertar na sociedade digital

Nádia Laguárdia de Lima

Introdução

O filósofo Byung-Chul Han inicia o seu ensaio intitulado *A sociedade da transparência* com a seguinte afirmação: “Nos dias atuais não há mote que domine mais o discurso público do que o tema da transparência” (2017, p. 9). Segundo o filósofo, a transparência se tornou um fetiche em nossa sociedade, extrapolando os campos da política e da liberdade de informação. A coação por transparência atinge cada âmbito da vida humana, transformando a sociedade em um “inferno do igual”. Trata-se de uma coação sistêmica que abarca todos os processos sociais, submetendo-os a uma modificação profunda. O autor descreve os vários âmbitos em que a sociedade da transparência se apresenta:

- Na sociedade chamada positiva, cujo instrumento ideal seria uma linguagem sem equívocos, como a linguagem formal da máquina lógica. Eliminando qualquer negatividade, a linguagem se torna rasa e plana, e se encaixa sem resistência ao curso raso do capital.
- Na sociedade expositiva, cuja coação expositiva leva à alienação do próprio corpo, coisificado e transformado em objeto expositivo, que deve ser otimizado. A hipervisibilidade aniquila a distância do íntimo em um ideal de integração de qualquer alteridade.
- Na sociedade da evidência, que substitui a negatividade do mistério, do véu e da ocultação, por procedimentos e normas que gerem evidências. A exigência de transparên-

cia pressupõe o acesso a uma verdade unívoca, que emerge com uma clareza absoluta, sem enigmas, ambiguidades e ambivalências.

- Na sociedade pornográfica, que em nome da transparência impõe um desnudamento absoluto diante do olhar do outro. As imagens, despojadas de qualquer dramaturgia, coreografia e cenografia, tornam-se pornográficas, dificultando o jogo imaginativo que desperta o desejo e aprofunda o prazer.

- Na sociedade da aceleração do tempo. A velocidade se expressa na hiperatividade, na hiperprodução e na hipercomunicação. Os corpos, privados de toda narratividade, de todo direcionamento, de todo sentido, se expressam na proliferação massiva, em puro movimento acelerado, sem objetivo, sem forma. A aceleração leva à dispersão e à dissociação temporal. O tempo se torna aditivo e esvaziado de toda e qualquer narratividade.

- Na sociedade da intimidade, entendida como transparência psicológica do sujeito ante si mesmo. O mundo hoje é um mercado onde se expõem, vendem e consomem intimidades. As mídias sociais constroem um espaço de proximidade absoluta, onde se elimina a negatividade. Ali encontram-se os que são iguais. A rede se transforma em uma esfera íntima. No lugar do caráter público entra a publicização da pessoa, e o público se transforma em espaço de exposição.

- Na sociedade de informação, que reduz o conhecimento à informação imediata. A informação privada de qualquer negatividade, como uma linguagem positivada, operacionalizada.

- Na sociedade do desencobrimento, cujo projeto de transparência total, de expulsão de toda obscuridade, só pode levar à violência. A iluminação total no panóptico econô-

mico digital visa a maximização dos lucros, recorrendo à exploração máxima dos corpos.

- Na sociedade de controle, onde o panóptico único de Bentham foi transformado em uma rede de habitantes que se controlam reciprocamente no campo digital.

Trata-se de um imperativo de transparência que atravessa os mais diversos âmbitos da vida humana e que pressupõe a existência de uma verdade absoluta, unívoca e acessível. Essa concepção de verdade é a base da “sociedade positiva”, na qual a opacidade não tem lugar. Esse projeto de transparência é sustentado pelo capitalismo neoliberal articulado às tecnologias digitais, o “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2020).

Se a literatura e as artes nos permitem interpretar o presente ou até mesmo antecipar o futuro, as implicações sociais do uso das tecnologias digitais podem ser analisadas em diálogo com esses campos. Diversas obras literárias, filmes e séries de ficção científica abordam as relações entre homens e máquinas. Uma das séries mais populares é a “Black Mirror”, da Netflix, criada por Charlie Brooker. O primeiro episódio da terceira temporada da série, “Queda livre”, de 2016, nos permite refletir sobre alguns impactos sociais e subjetivos do imperativo da transparência na sociedade digital.

“Queda livre”: o panóptico digital

O episódio retrata uma sociedade na qual uma rede social servia como um sistema de avaliação de toda a população. A rede continha um enorme arquivo pessoal de todos os seus usuários, gerando dados que subsidiavam a construção de perfis alinhados à contemplação de interesses, dos mais simples aos mais complexos. Assim, todas as pessoas estavam submetidas a

um grande panóptico¹ que “via a todos”, e não só os controlava, como transformava todas as suas ações e falas em um sistema de pontuação.

Vivemos em uma sociedade escópica, na qual a imagem narcísica é glorificada como o troféu mais precioso a se oferecer ao olhar do outro, na tentativa de garantir a si mesmo seu valor social. Entretanto, como ressalta Bauman (2008), faça o que se fizer, nunca será o suficiente para o sujeito inserido na sociedade líquida contemporânea, pois as pessoas totalmente submersas no capitalismo vigente se transformaram em mercadorias. É preciso, assim, que cada um obedeça à lógica incessante do mercado e esteja sempre e freneticamente renovando e agregando mais valor à sua imagem, por meio do consumo e de sua exposição ao outro, sendo essa postura enxergada como a melhor estratégia de *marketing* pessoal para o sucesso. De acordo com Lasch (1983), na sociedade capitalista, que conta com traços fortemente narcisistas, o que vale é exaltar a imagem de si mesmo para autoadmiração narcísica. As pessoas, com isso, renunciam à vontade de ser e passam a focar-se em “parecer”, já que a busca por aceitação e ascensão social se ancora cada vez mais na imagem e no consumo.

Na sociedade retratada na série, as pessoas eram avaliadas a partir de um sistema de pontuação, que variava de 0 a 5 estrelas, sistema esse obtido pelo índice de curtidas que recebiam em suas postagens diárias na rede social e pelo mecanismo que permitia a avaliação de um usuário por outro durante um contato físico entre eles. Assim, a vida em sociedade era admi-

1.O panóptico de Bentham pode ser descrito como uma estrutura física, um prédio circular com uma torre central, de onde se pode observar as celas construídas ao seu redor. Foucault considera que um dos efeitos do panóptico é introjetar a sensação de vigilância. A ideia de observação contínua proporciona uma subjetivação do efeito da disciplina, um conjunto das minuciosas invenções técnicas que permitem ordenar a extensão útil das multiplicidades humanas e diminuir os inconvenientes do poder. (FOUCAULT, 2009).

nistrada com base no índice de curtidas e no número de estrelas que as pessoas atingiam. A avaliação daqueles que possuíam mais estrelas gerava maior valor. A pontuação era o critério utilizado para a ascensão social e econômica nesta sociedade. O episódio relata as tentativas de cada um para obter melhor pontuação e os impactos desse sistema de avaliação em suas vidas.

Lacie, personagem principal do episódio, pretendia alugar uma casa localizada num condomínio de alto luxo. No entanto, a sua remuneração mensal não era suficiente para o pagamento do aluguel nesse condomínio. Diante dessa restrição, a corretora do imóvel lhe apresenta o “Plano de Influenciadores Premium”, e sugere: “consiga 4,5 pontos e terá um desconto de vinte por cento”.

Naquele momento, Lacie tinha a pontuação de 4,2, e, portanto, estava inapta a se incorporar no plano que lhe garantiria um bom abatimento no valor do aluguel. Como era preciso aumentar a sua pontuação, Lacie buscou se aproximar de uma amiga de infância, extremamente popular, com milhões de seguidores e curtidas, e rodeada por um grupo de pessoas bem avaliadas.

No entanto, essa aproximação com a amiga acarretou uma série de problemas, mal-entendidos e conflitos, despertando as paixões menos nobres da personagem, levando-a a assumir atitudes socialmente inadequadas e até mesmo desprezadas, levando ao declínio do seu índice de avaliação e à sua exclusão social.

O episódio, apesar de seu caráter ficcional, aborda um fenômeno crescente nas sociedades ocidentais, que é o uso das redes sociais como forma de aceitação e inserção social. De acordo com Lasch (1983), na sociedade capitalista atual, que conta com traços fortemente narcisistas, o que vale é exaltar a imagem de si mesmo para autoadmiração narcísica. As pessoas, com isso, renunciam à vontade de ser e passam a focar-se em “parecer”, já que a busca por aceitação e ascensão social se ancoram cada vez mais na imagem e no consumo.

Por outro lado, esse imperativo de transparência promove o apagamento das fronteiras entre o público do privado, com incidências sociais e subjetivas.

O público e o privado na sociedade da transparência: uma leitura psicanalítica

A separação entre as dimensões pública e privada da existência é uma construção social. Dumont (1985) considera que o indivíduo, agente empírico, que toma a si mesmo como objeto de reflexão problematizando e tematizando sua interioridade, é fruto do surgimento do indivíduo como valor, e um dos efeitos da separação entre as esferas pública e a privada da existência, além da moderna configuração de valores que levaram à emergência do Estado burguês. Assim, o indivíduo é filho do individualismo burguês. A divisão cada vez mais clara entre o público e o privado nas classes burguesas contribuiu de forma decisiva para a expansão da introspecção e para o interesse crescente pela proteção da intimidade. No entanto, se a modernidade impôs a separação entre o público e o privado, existe uma relação de ambiguidade entre as duas categorias.

Hannah Arendt (2008), destaca que aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos constitui “a realidade”. Segundo a autora: “A presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos...” (Arendt, 2008: 60). Assim, mesmo com o pleno desenvolvimento da intimidade de uma vida privada e com o declínio da esfera pública na Modernidade, que “intensifica e enriquece grandemente toda a escala de emoções subjetivas e sentimentos privados, esta intensificação sempre ocorre às custas da garantia da realidade do mundo e dos homens” (Arendt, 2008: 60). A autora observa, portanto, que aquilo que é privado

precisa tornar-se público, para que possa ser validado pelo outro, confirmado, constituindo-se em “realidade”.

Essa perspectiva pode ser relacionada com a abordagem psicanalítica. A ambivalência, que envolve as dimensões pública e privada, reflete a divisão do próprio sujeito, que, ao buscar o “si mesmo”, se depara com a própria divisão. Em consequência da linguagem, todo homem está irremediavelmente privado da verdade sobre o seu ser. A causa do desejo depende da linguagem e da cultura. O desejo de cada sujeito comporta sempre uma dimensão da alteridade (Lima, 2014).

A transparência absoluta não existe no campo subjetivo. O sujeito é dividido entre enunciado e enunciação. Ele é falado por seu inconsciente, nos sonhos, na psicopatologia da vida cotidiana, e nos sintomas. A intromissão de um enunciado inconsciente que o surpreende, e que ele não reconhece como sendo próprio, é fonte de sofrimento. O sujeito não é o “eu”. Enquanto o “eu” (senhor da consciência e do corpo) é uma instância narcísica, o sujeito do desejo é o sujeito do inconsciente, determinado pelas leis da linguagem, por onde desliza o desejo. O “eu” resiste ao saber sobre o desejo, é um obstáculo ao sujeito do inconsciente. O sujeito do inconsciente, enquanto falta-a-ser, emerge na divisão subjetiva, na fratura da linguagem, no intervalo entre os significantes (Lacan, 1998). Não há nenhum objeto que preencha essa falta constitutiva do sujeito, e, consequentemente, do “desejo como falta-a-ser que se manifesta como pura negatividade desprovida de objeto” (Safatle, 2005, p. 144).

A tentativa de desvendamento de um “eu”, como apreensão de uma unidade, é uma ilusão. O sujeito é dividido e não há como se curar dessa divisão. A imagem de si refere-se à dimensão do eu, construída a partir do processo de alienação à imagem do outro. Busca-se alcançar uma imagem supostamente ideal, vinculada ao ideal social. As exposições públicas nas redes sociais tornam-se campos especulares, de projeção e encenação de múltiplas imagens de si.

Existe uma dimensão da subjetividade que corresponde ao que há de mais opaco na subjetividade, o íntimo. Mesmo que o saber inconsciente possa se tornar consciente, há um limite nesse saber, um ponto cego, condição da singularidade. Desta forma, não existe a autotransparência, já que não é possível apreender toda a verdade subjetiva.

Em sua reflexão sobre a visibilidade na cultura atual, Wacjman (2011) confere ao íntimo uma definição de natureza política, pois ele implica uma separação em relação ao poder do outro. O íntimo se recorta do outro, deve existir ao Outro, definido como um olhar invasor e intrusivo que tudo quer ver. O íntimo assume um caráter político, na medida em que sua noção envolve a ideia de liberdade. Trata-se do direito à privacidade.

Se a autotransparência não é possível, o imperativo de transparência que atravessa todos os âmbitos da vida humana tem impactos na subjetividade.

Efeitos do imperativo social de transparência sobre a subjetividade

Em seu célebre livro *A sociedade do espetáculo* (1972), Debord destaca que as condições modernas de produção levaram a uma imensa acumulação de espetáculos, e tudo o que era diretamente vivido se afastou numa representação. As imagens se desligaram de cada aspecto da vida e seguiram um curso comum, constituindo um mundo à parte. Para o autor, a alienação do espectador em proveito do objeto contemplado exprime-se assim: quanto mais ele contempla, menos vive, e quanto mais ele concorda em reconhecer-se nas imagens dominantes socialmente, menos compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo.

As redes sociais como espaços de exibição pessoais tornam-se campos de projeção e encenação de múltiplas imagens de si, visando cativar o olhar do outro. Para Dunker (2021), a linguagem digital, com sua métrica de curtidas, altera profundamente a nossa gramática narcísica, porque amplia o acesso ao palco simbólico, estimula a variação de personagens imaginários e precifica o valor real da influência, por exemplo, pelo número de likes.

As redes sociais geram uma autoapresentação ativa caracterizada pela “inflação do perfil”, na qual a informação biográfica, as fotos e atualizações são elaboradas para parecerem mais perfeitas na expectativa de altos índices de aprovação (Zuboff, 2020). No entanto, a inserção nas redes sociais também pode levar à deflação imaginária, na medida em que as pessoas não se sentem à altura das personalidades mais populares da internet. Segundo Zuboff (2020), a “inflação do perfil” deflagra a autoavaliação negativa entre os indivíduos, quando as pessoas se comparam umas com as outras.

As identidades podem ser moldadas na rede. Como salienta Dunker (2021), na medida em que a identidade pode ser facilmente alterada por meio de procedimentos de manipulação digital, como perfis falsos, pseudônimos, avatares múltiplos, dentre outros, não conseguir realizar essa manipulação torna-se um problema de grandes proporções. Por outro lado, a mutação constante e sem horizonte de conclusão entre as mais diversas modalidades de apresentação de si é também fonte de sofrimento.

A interconexão digital em rede configura coletivos de semelhantes, espaços especulares, autorreferenciais, que refletem a própria imagem infinitamente. Além da inflação narcísica, o que está em jogo nessa formação de bolhas na internet é um modo específico de relação com o outro, pelo qual ele é incluído, mas apenas sob uma condição degradada, como algo passível de ser deletado ou desligado. Só é incluído de um

modo tal que possa ser manipulado, colocado para fora ou para dentro. Ou seja, que o outro seja incluído, mas apenas sob a forma de sua completa degradação, de sua redução a um objeto manipulável e descartável (Goldberg e Akimoto, 2021).

Na mesma perspectiva, Han, em seu livro *No Enxame, reflexões sobre o digital* (2016), destaca que a tela do smartphone é uma tela transparente. Tocar na tela com as pontas dos dedos é uma ação que interfere na relação com o outro, pois elimina essa distância que constitui o outro na sua alteridade. Através de um simples toque, dispomos do outro, nos aproximamos ou nos afastamos dele. Para o autor, o imperativo da transparência se converteu numa coerção violenta. “A coerção por transparência nivela o próprio ser humano a um elemento funcional de um sistema. Nisso reside a violência da transparência” (Han, 2017, p. 13).

Mas é importante salientar que a sociedade da transparência tem o seu reverso. A transparência é um fenômeno da superfície. Por trás dela abrem-se espaços espectrais, que escapam ao império da transparência. Existem “os algoritmos e máquinas que comunicam e se batem uns com os outros” (Han, 2016, p. 70). Existe uma rede subterrânea que se subtrai por completo à visibilidade, e que atua sobre as pessoas e interfere em suas vidas.

A coação à transparência atende a um projeto capitalista de vigilância (Zuboff, 2020). O superávit comportamental altamente preditivo, e, portanto, altamente lucrativo, é extraído do âmago do indivíduo, com os seus padrões íntimos. Como salienta Zuboff (2020), o capitalismo de vigilância reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais. Parte do material é declarado como superávit comportamental do proprietário, alimentando avançados processos de fabricação conhecidos como “inteligência de máquina” e manufaturados em produtos de previsão que antecipam o que um determina-

do indivíduo faria no presente e no futuro. Esses produtos de predições são comercializados num novo tipo de mercado para predições comportamentais que a autora nomeia de mercados de comportamentos futuros.

Essa nova forma de mercado é uma lógica de acumulação única, na qual a vigilância é um mecanismo fundacional na transformação de investimento em lucro. Nossa vida é saqueada em busca de dados comportamentais para o lucro alheio, e traduzida de maneira unilateral em dados, expropriada e modificada em seu propósito como novas formas de controle social, na ausência de nossa consciência e de nosso conhecimento, a serviço de interesses de outrem. Como salienta Zuboff (2020), essas novas criações aumentam a desigualdade, intensificam a hierarquia social, exacerbam a exclusão, usurpam os direitos e despem a vida pessoal daquilo que a torna pessoal, sua intimidade.

O acesso dessa maquinaria digital ao que é mais íntimo de cada um é algo inédito, e extrapola a noção de biopolítica. Para Han (2018), o panóptico digital não é uma sociedade biopolítica disciplinar, mas uma sociedade psicopolítica de transparência. O biopoder é substituído pelo psicopoder. Se a biopolítica não permite uma intervenção sutil na dimensão psíquica dos seres humanos, a psicopolítica é capaz de intervir nos processos psíquicos. A análise dos *big data* revela esquemas de comportamento que tornam possível proceder a prognósticos. Esquemas de comportamento os quais podem ser despercebidos ou desconhecidos pelos próprios sujeitos, pois são inconscientes.

A vigilância digital tem como meta moldar comportamentos, influenciá-los e provocá-los. Uma arquitetura desenhada e dotada de efeito proativo e performativo, para produzir e eliciar comportamentos, mais do que prever o futuro, é capaz de fabricar um futuro. Como observam Goldberg e Akimoto (2021), reduzido a uma máquina que responde a gatilhos, o ser

humano vai perdendo a capacidade de deliberar e tomar decisões sobre os rumos de sua vida.

Num mundo mediado pela tela e marcado pelo imperativo de transparência, o que se dá é a ilusão de que tudo pode ser visto, sem sombras. Então, é preciso inventar para fazer sombra, dar lugar à opacidade, para que o singular tenha lugar (Lima et al., 2021).

Considerações finais

O imperativo da transparência na cultura digital provoca o apagamento das fronteiras entre as dimensões pública e privada da existência de forma inédita. O panóptico digital não opera a partir de um poder central que subjuga a todos a quem controla. Os usuários da internet estão ligados em rede e têm intensa comunicação entre si. Eles não se expõem à visibilidade por coação externa, mas colaboram pessoalmente e ativamente para a manutenção do projeto de transparência. O que se exige é uma iluminação completa e recíproca.

Os capitalistas de vigilância descobriram que os dados comportamentais mais preditivos provêm da intervenção da máquina de modo a cativar, incentivar, motivar, persuadir e provocar comportamentos em busca de resultados lucrativos. Assim, mais do que interferir, os processos de máquina automatizados buscam moldar os nossos comportamentos.

O que se visa alcançar com esse governo do algoritmo é um mundo cada vez mais controlado e previsível, eliminando o inédito, a imprevisibilidade, o imponderável. Quanto mais cativos do imperativo de transparência, mais “adormecidos” nós nos mantemos, e mais nos afastamos da possibilidade de cerirmos e bordejarmos o que temos de mais íntimo e que nos singulariza.

Despertar é sustentar certa zona de opacidade (Stiglitz, 2019). Um futuro aberto, incerto, exige do sujeito a capacidade de fazer escolhas e se responsabilizar por elas. Que futuro teremos se nos deixarmos ser governados por máquinas? Como despertar a opacidade na sociedade adormecida pelo imperativo da transparência?

Referências Bibliográficas

- Arendt, H. (2008). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Debord, G. (2012). *A sociedade do espetáculo*. Lisboa: Antígona Editores, 2012.
- Dumont, L. (1985). *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Foucault, M. (2009). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 36ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Goldbweg, L. e Akimoto, C. (2021). *O sujeito na era digital. Ensaio sobre psicanálise, pandemia e história*. São Paulo: Edições 70.
- Han, B-C. (2017). *Sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- Han, B-C. (2013). *No Enxame. Reflexões sobre o digital*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Han, B. C. (2018). *Psicopolítica. O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: ÂYINÉ.
- Lacan, J. (1998). *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*. In Lacan, J. *Escritos* (pp. 807-842). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1960)
- Lasch, C. (1983). *A cultura do narcisismo: A vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago.
- Lima, N.L. (2014). *A escrita virtual na adolescência: uma leitura psicanalítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Lima, N.L; Berni, J.T; Rimet, M.N; Gomes, P.S. (2021). *A tela como superfície de transmissão: o que os professores inventam na pandemia?* Em: Lima, N.L; Stengel, M; Nobre, M.R; Dias, V,C. (2021). *Saber e Criação na Cultura Digital. Diálogos interdisciplinares*. Belo Horizonte: Fino Traço. (p. 149-172).

Safatle, V. (2005). A paixão do negativo: Lacan e a dialética. São Paulo, SP: Editora da Unesp.

Stigliz, G. (2019). Despertar a opacidade. Em: Lacan XXI. Revista FAPOL on-line vol. 2. Disponível em: <http://www.lacan21.com/sitio/2019/11/09/despertar-a-opacidade/?lang=pt-br>

Wajcman, G. (2011). La casa, lo íntimo y lo secreto. In: Recalcati, M; Brousse, M. H.; Wajcman, G; Cocoz, V; Ponce, X.G; Vinciguerra, R. P. (Org.). (2011). Las três estéticas de Lacan (psicoanálisis y arte). Buenos Aires: Del Cifrado. (p.9-36).

Zuboff, S. (2020). A era do capitalismo de vigilância. A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca.

**Conjugalidades, Parentalidades
e Violências na virtualidade.**

**@amordejose e sharenting:
apontamentos sobre a hiperexposição
de crianças na era digital**

Pedro Henrique Chaves Cardoso

Gabriel César Silva Rodrigues

Introdução

A internet, hoje presente em 82,7% dos domicílios brasileiros (IBGE, 2021), em seu surgimento no Brasil, não se mostrou muito atrativa para a população, por motivos como sua interface ou a dificuldade que havia em encontrar e utilizar as informações que dispunha (Carvalho, 2006). Aos poucos, essa tecnologia foi ganhando espaço nos domicílios brasileiros e hoje, para além de um uso dentro das casas, tornou-se um dos mais importantes meios de comunicação, principalmente pelo celular, que se tornou o principal meio de acesso à internet (IBGE, 2021).

E, com tamanha disseminação, aumentou-se também a preocupação do uso que se faz dessa tecnologia, especialmente dos genitores em relação a seus filhos. De acordo com o Comitê Gestor da Internet Brasil (CGI, 2011), a forma mais utilizada pelos pais para mediar a utilização da internet seria a orientação da criança para o uso; outras formas seriam o controle de tempo *online* e a observação da criança enquanto usa os aparelhos e redes sociais. Pensando em prevenir e combater os riscos associados ao uso da internet por crianças e adolescentes, como as violações à privacidade e à segurança, a discriminação e a exploração comercial, pode-se fazer o uso, também, de bloqueio de *sites* e aplicativos, bem como usar de ferramentas disponibilizadas pela plataforma, como o impedimento ao acesso de conteúdo classi-

ficado como impróprio e/ou adulto. Em alguns casos, os pais, preocupados com a maneira como a internet impera no dia a dia de sua prole, optam por retirá-los dos aplicativos e desativar suas contas, como foi o caso de Nina Rios¹, que teve suas contas no *TikTok* e no *Instagram* desativadas por sua mãe.

Entretanto, ao contrário de pais que regulam e controlam o acesso à internet de seus filhos, há uma tendência entre influenciadores, celebridades e subcelebridades², especialmente em solo brasileiro, da necessidade pela (hiper)exposição de cada momento do dia de seus filhos, desde o momento do chá de revelação até os aniversários de meses de vida e primeiros passos e palavras, expondo na internet todo o crescimento e desenvolvimento de sua prole. Para a hiperexposição dessas crianças, feita pelos próprios pais, tem-se um termo específico: *sharenting*. Como descreve Eberlin (2017), a expressão em inglês surge ao unir-se as palavras “*share*” (compartilhar) e “*parenting*” (cuidar, no sentido de exercer o poder familiar) e, nesse sentido, a prática abrangeria pais e/ou responsáveis legais que têm o hábito de postar informações, fotos e dados de crianças ou adolescentes que estão sob a sua tutela em redes sociais.

O caso que será aqui discutido e detalhado é o de José Márcio (conhecido nas redes por @amordejose), filho de Sarah

1. A mãe de Nina desativou suas redes sociais, que contavam com quase 2 milhões de seguidores e com alguns fãs-clubes, por não acreditar que sua filha devesse se desenvolver em meio à exposição e às custas de *feedbacks* virtuais de pessoas desconhecidas, algo que poderia atrapalhar seu processo de individualidade. Para aprofundamento no caso, recomenda-se o acesso a: <<https://www.metropoles.com/colunas/leo-dias/mae-exclui-tiktok-da-filha-sem-dancinhas-como-babuino-treinado>>.

2. A subcelebridade é consumida pelas mídias da mesma forma que celebridades consolidadas; porém, sua fama é mais curta e menos duradoura, sendo essa a condição para ser considerada sub. Entretanto, em raras exceções, sua fama pode ser mais longínqua (Rojek, 2008).

Pôncio (@sarah) e Jonathan Couto (@jonathancouto). Esse caso será analisado à luz do texto “Sharenting, liberdade de expressão e privacidade de crianças no ambiente digital: o papel dos provedores de aplicação no cenário jurídico brasileiro” de Fernando Büscher von Teschenhausen Eberlin, que analisa a prática do *sharenting* e os mecanismos dispostos pelo Marco Civil da Internet (MCI) e da jurisprudência brasileira; articulando com conceitos trazidos pelo filósofo coreano Byung-Chul Han. Assim, neste artigo serão ponderados os possíveis desdobramentos desse modo de criação e paradigma social em uma criança em desenvolvimento. Para tanto, far-se-á a revisão bibliográfica narrativa de artigos científicos e obras pertinentes, por ser uma metodologia que permite uma participação ativa do autor no processo de análise crítica e critérios de seleção, uma vez que os procedimentos não são padronizados (Rother, 2007). Ainda nesse sentido, Cook, Mulrow e Haynes (1997) afirmam que a revisão narrativa é mais propícia para articular campos por vezes distintos, como os do presente escrito.

O caso de José Márcio (@amordejose) e o *sharenting*

Com apenas cinco anos de idade, José Márcio já conta com um milhão e meio (1,5M) de seguidores nas redes sociais que são verificadas, isto é, que têm a autenticidade do perfil atestada pela rede social. Sua primeira aparição no Instagram foi no dia de seu nascimento, em que foi postado o seu ultrassom com a legenda: “Eu tô chegando”. Porém, antes mesmo de nascer, várias eram as fotos de sua mãe grávida, em que se vê uma simulação de comunicação por parte da criança, como se ela estivesse postando nas redes sociais. Ainda, na família de José, ele não é a única criança a contar com um perfil na internet. Seus dois irmãos, João Márcio (@amordexuaum, 653 mil seguidores³) e Josué Márcio (@amordejoxue, 498 mil se-

3. O número de seguidores dos perfis foi verificado no dia 24/01/2022.

guidores³), e seus primos Davi Pôncio (@amordedavi, 990 mil seguidores³) e Henri Brandt (@henribrandt, 199 mil seguidores³) também têm perfis administrados pelos pais, em uma simulação da criança controlando as redes. Em todos esses perfis encontram-se centenas de fotos e vídeos das crianças em seu dia a dia: em casa, na escola, brincando, fazendo birra, comendo, dormindo, chorando. E, no meio de tudo isso, algumas das postagens são publicidades de produtos infantis para o cuidado deles e de suas mães, o que se discute se caracterizar-se-ia como uma nova forma de trabalho infantil. E aqui, questiona-se: qual é o limite da exposição e da divulgação dessas crianças?

Em alguns casos de *sharenting*, os pais podem compartilhar informações sobre suas vidas em seus perfis nas redes sociais e, como os filhos são parte importante de seu dia a dia, é natural que acabem por ser expostos, seja por fotos, vídeos ou textos, mesmo que não intencionalmente. Por outro lado, o fenômeno da hiperexposição também abarca o caso de pais que, como Sarah e Jonathan, criam perfis para as crianças nas redes sociais (principalmente *Instagram*), gerindo a conta e, constantemente, publicando informações sobre a vida e a rotina. Nessa nova realidade social, em uma era digital, causa estranhamento quando encontram-se pais que não publicizam a vida enquanto genitores, que não postam fotos e vídeos da família nas redes sociais.

É importante observar que o Estatuto da Criança e do Adolescente ([ECA] — Lei nº 8.069/90) preconiza: “a proteção integral da criança e do adolescente” (Lei nº 8.069, 1990) destacando que muitas das crianças expostas simplesmente não tiveram direito a escolher não terem sua vida compartilhada, como destaca Eberlin (2017). Nesta questão, já há a discussão em relação à responsabilização civil dos pais pela exposição dos dados dos filhos (Berti, 2021).

Ainda nesse diapasão, como pontua Byung-Chul Han em sua obra *Sociedade do cansaço* (2017b), na contemporaneidade as pessoas por si só se tornaram mercadorias, passando a ter valor apenas quando têm suas vidas vistas e expostas nas mais diversas redes sociais. O objetivo existencial passa a ser reper-

cutir com o conteúdo produzido para as redes (Han, 2017b). O termo *produzir conteúdo* não se refere mais a fabricar ou confeccionar, mas tornar algo visível.

(...) hoje nós nos fazemos importantes nas redes sociais, no facebook. Nós produzimos informações e aceleramos a comunicação, na medida em que nos “produzimos”, nos fazemos importantes. Nós ganhamos visibilidade, expomo-nos como mercadorias. Nós nos produzimos para a produção, para a circulação acelerada de informação e comunicação (Han, 2017b, p. 126).

O autor aprofunda o tema em seu livro *Sociedade da transparência* (Han, 2017a), refletindo sobre a necessidade de inserção de todas as informações na esfera pública. Essa necessidade extrapola o âmbito da possibilidade diante da abundância de recursos digitais, e nos introduz num novo paradigma: o imperativo da transparência. Em síntese, esse paradigma é um lugar descrito por Han como um lugar em que “[...] tudo deve tornar-se visível; o imperativo da transparência coloca em suspeita tudo o que não se submete à visibilidade. E é nisso que está seu poder e sua violência” (Han, 2017a, p. 35) concedendo, assim, um caráter tirânico à nossa sociedade da transparência, criando um modelo de panóptico – constituído por seus princípios de vigilância e controle – no qual “aqui, todos observam e vigiam a todos” (Han, 2018, p. 124).

Num cenário totalitário de necessidade de exposição, onde o que é visível se sobrepõe à sua serventia, a quantificação toma grande relevância no processo de averiguar valor expositivo a um conteúdo e, conseqüentemente, a uma pessoa. “As ações se tornam transparentes quando se transformam em *operacionais*, quando se subordinam a um processo passível de cálculo, governo e controle. [...] As coisas tornam-se transparentes quando depõem sua singularidade e se expressam unicamente no preço (Han, 2017a, p.10, grifo do autor)”. Para Han (2017a,

2017b), tais pontos atravessam em grande parte as vivências intersubjetivas do ser, influenciando não apenas sua relação com as coisas, mas também com o seu similar e consigo próprio. Ao ter no ambiente online a quantificação das relações, coloca-se em dúvida a construção narrativa de todas as relações, conferindo valor pautando-se na quantidade de compartilhamentos alcançados por uma publicação. As relações humanas são resumidas à sua quantificação e exposição, pois “[...] tudo aquilo que não é enumerável cessa de *ser*” (Han, 2018, p. 67,) e só receberá “[...] algum valor se for *visto*” (Han, 2017a, p. 28, grifo do autor).

Nesse sentido, a sociedade da transparência, em toda sua hiperexposição, acaba por exigir dos sujeitos e, consequentemente, dos genitores em relação à prole: que se transformem em produtos para as redes sociais, exponham suas vidas nos mínimos detalhes, pois assim passariam a existir ao serem vistos, passariam a ter valor quando fossem *curtidos*. Cabendo à família, à sociedade e ao Estado a proteção integral da infância, torna-se um processo de complexa responsabilização, porém, de indagação ética por todas as frentes. Consequentemente, torna-se relevante o posicionamento dos espectadores a esse processo, como um agente relevante para a percepção da criança à essa exposição.

Outro ponto importante a se destacar se refere às relações comerciais e econômicas que podem advir destes perfis infantis. No caso de @amordejose, das seis últimas postagens no perfil, duas tinham diretamente a imagem de marcas ou citação delas nos textos das publicações⁴. Sobre essas postagens, é possível que elas tenham envolvido acordos comerciais entre as marcas e os pais da criança, com pagamentos por essas “publis”⁵. Desse modo, destaca-se que o contexto criado nessas situações de exposição digital infantil gera discussões em relação ao que configura uma relação de trabalho por parte da criança.

4. As publicações no perfil @amordejose foram visualizadas no dia 24/01/2022.

5. “Publis” como uma gíria comum para se referir a uma publicidade comercial feita nas redes sociais.

Em alusão, em outras situações que envolvam crianças e adolescentes em relações trabalhistas, foram criadas regras específicas para possibilitar essa atuação — como em atletas de base (Tuleski, 2013) e em crianças no meio artístico (Pinto, 2019). No primeiro caso, os clubes só podem firmar contratos profissionais a partir dos 16 anos de idade, sendo que a partir dos 14 anos podem oferecer bolsas para a prática esportiva e alojamento para os atletas; e, mesmo assim, para contratar os atletas menores de idade, os clubes precisam cumprir alguns requisitos, relacionados à presença de profissionais de saúde (incluindo psicólogas) e ofertar uma estrutura adequada (Lei n° 9.615, 1998). No caso de crianças no meio artístico, como televisão, teatro e música, não existe uma regulamentação específica para esse grupo na legislação vigente; porém, por meio de convenções internacionais ratificadas pelo Brasil, é permitida a autorização individual por meio de autoridades competentes (Pinto, 2019).

Nesse sentido, Han (2017a) pondera sobre as consequências psíquicas de um excesso de exposição. Para o autor, é necessária uma esfera privada da vida, algo oculto na vivência, para que esta não se torne algo unicamente mensurável e controlado. Questiona-se, então: Quais as possíveis consequências na formação identitária e existencial de uma criança criada em tamanha exposição?

Repercussões na infância: saúde mental e experiências existenciais

Tomaz (2017) elabora uma tese relativa ao desenvolvimento das concepções de infância desde o início da modernidade até os dias atuais. Para a autora, a diferença principal reside na oposição entre público e privado — intimidade/resguardo *vs.* exposição. De acordo com a pesquisadora, uma das marcas que definem o período da infância, tal como se estabe-

leceu no século XX, é o resguardo que se tinha em relação às crianças, isto é, o entendimento da infância como um período específico e anterior à fase adulta, cujo espaço deveria ser reservado e preservado para que as crianças pudessem crescer. Nas palavras da autora:

(...) *para ser, tornou-se necessário crescer*. A elaboração de um período em suspensão para que crianças pudessem retardar seu ingresso no universo adulto marcou a distinção entre estas duas categorias etárias por meio de oposições que expressavam incompletude/completude (Tomaz, 2017, p. 46, grifo nosso)

Sendo assim, a concepção moderna de infância compreendia a necessidade de certo resguardo da criança em ambiente privado (familiar e escolar, principalmente), para que essa pudesse se desenvolver, crescer e, eminentemente, *ser*. Contudo, a autora observa uma transformação na relação que se estabelece entre *ser*, privacidade e desenvolvimento, pois hoje essa transformação se daria por meio da exposição midiática.

No artigo, a autora realiza um estudo de caso de uma *youtuber* mirim, Júlia Silva, à época do texto com 9 anos de idade e 300 milhões de visualizações na plataforma *Youtube*. Nesse estudo, a autora extrai algumas conclusões proeminentes sobre qual seria a concepção contemporânea de infância — inclusive na compreensão das próprias crianças. Se na Modernidade a criança deve “crescer para ser”, a concepção contemporânea é a de que a infância é “um tempo de ser antes de crescer” (Tomaz, 2017, p. 47). Ela apoia essa compreensão tendo por base a popularidade da exposição em redes sociais entre crianças e a forma como essa relação com a mídia provoca modificações concretas no modo-de-ser-criança atual. De acordo com a autora, com a possibilidade de fama no horizonte infantil, o que

marca a possibilidade de *ser* é ser visível, ser famosa — uma vida pública —, exigências essas que requerem não só uma hiperexposição nas mídias, como também “um *eu* que se constitui enquanto *performatizado*” (p. 50, grifos do autor) — um imperativo que traria o dever de se expôr, e se expôr *do jeito certo*. Sendo assim, a concepção de infância (em particular para estas crianças famosas) se transforma dessa posição de resguardo e desenvolvimento para uma possibilidade de compreender esse período como uma época que já permite — por meio da exposição e performance — *ser, tornar-se alguém* antes de crescer.

Pretende-se, então, refletir acerca da constituição dos modos-de-ser destas crianças que se envolveram com essa espécie de fama no meio digital. Como essas experiências forjarão existencialmente suas vidas? Quais serão os efeitos disso em sua saúde mental — tanto neste período como na vida adulta?

No estudo feito por Salgado, Zequetto & Mariano (2019), os autores discorrem sobre como o acesso às tecnologias e a exposição às redes sociais está presente na infância, e, sobretudo, como o imperativo da imagem é instaurado nestes corpos. Nas entrevistas, as crianças mostram, ao falarem sobre seus hábitos no celular, como elas já internalizaram as noções neoliberais da sociedade da transparência. Os relatos deflagram o caráter imagético em que elas já estão inseridas. Frases ditas pelas crianças entrevistadas, como “Só gosto de tirar foto quando a gente está bonita, porque se não está bonita, não dá”, “Eu gosto de tirar fotos pra ter curtidas no Facebook” ou “Eu posto para ficar de recordações, e para todo mundo que me segue ficar sabendo do que eu estou fazendo” (Salgado, Zequetto, & Mariano, 2019, p. 12-14) demonstram o alinhamento dessas crianças com essa nova subjetividade midiática, calcada na noção especular de produção de si na exposição da vida. As autoras ainda ressaltam que:

[...] as crianças aprendem que a produção de imagens de si e o compartilhamento dessas imagens nas redes sociais não podem escapar do escrutínio rigoroso dessas normativas que operam nos olhares de si e do outro, nas alteridades produzidas nos espaços virtuais, que funcionam como espelhos sociais, nos quais as imagens de si projetadas passam por juízes implacáveis (Salgado et al., 2019, p 11-12).

Nesse momento, a problemática, para Han (2017a), não é necessariamente a produção das imagens de si, mas, sim, a iminência de que tudo deva se tornar visível. A *selfie*, dessa forma, é tomada como a forma de significar o corpo, é aqui que a produção *transparente* da cultura supõe desvelar qualquer encobrimento. Logo, o rosto e o corpo são meros artifícios coibidos a serem expostos à normativa da visibilidade. As crianças se inserem nesse mesmo contexto. Como apontado, “a imagem do corpo já ocupa o lugar do próprio corpo no mundo” (Salgado et al., 2019, p. 13).

Além disso, é um campo novo de pesquisa que se abre a partir dos efeitos dessa transparência na saúde mental de crianças — nessa predominância da hiperexposição indiscriminada em meios digitais, desenvolvem-se subjetividades características vinculadas a esse modo de ser. Como alerta William Corsaro (2011) sobre possíveis consequências da falta de conhecimento dos sentidos atribuídos a essa exposição obscena: “[...] seja de suas imagens, seja de conteúdos, bem como sobre como negociam o que veem, como se apropriam, usam e entendem as informações da mídia [...]” (p. 10). O que há são as consequências disso em fases posteriores do desenvolvimento, como na adolescência por meio de uma série de comportamentos de risco, sejam eles psíquicos ou físicos. Souza & da Cunha (2019) descrevem, por meio de uma revisão sistemática da literatura, os possíveis efeitos da hiperexposição a saúde desses jovens encontrados na bibliografia nacional e internacional, são elas:

taquicardia, alterações na respiração, tendinites e mudanças posturais (que são mais facilmente detectados), qualidade das relações familiares prejudicada, *Cybersickness* (náusea digital), vulnerabilidade afetiva, distúrbios alimentares, sedentarismo e obesidade, síndrome do toque fantasma (sensação de que o celular está tocando, sem que ele realmente esteja), narcisismo (preocupação completa com a própria imagem), distúrbios de personalidade, mudanças na auto-estima, distúrbios de concentração/acadêmicos, transtornos de ansiedade, fobia e isolamento social, dependências e vícios, crimes virtuais, *grooming* (assédio ou abuso sexual via mídias sociais de internet), distúrbios do sono, *cyberbullying* e *selfie-cyberbullying*, e por fim, depressão e suicídio (Souza, & da Cunha, 2019, p. 213, grifos do autor).

A lista volumosa de descritores parece evidenciar um cenário catastrófico para a saúde mental dos adolescentes, que cada vez mais se encontram conectados e sem orientação adequada para o manejo adequado do uso dessas tecnologias. As autoras do artigo ressaltam a existência de tratamentos para nomofobia⁶, que se utilizam de uma espécie de desintoxicação tecnológica (Souza & da Cunha, 2019, p. 214). Entretanto, aquilo que parece tomar forma é só mais uma reação a um problema endêmico do sistema. Han (2017b) orienta que a violência neural do sistema é produzida pelo *hiper*, pelo excesso de positividade. Logo, a descrição analítica de classificações dessas “patologias” da tecnologia não passa de uma tentativa coercitiva de um sistema que satura seus indivíduos ao máximo.

6. Termo que descreve o medo de ficar sem contato com o celular.

Considerações finais

É preciso repensar, portanto, a forma como pais como Sarah e Jonathan lidam com a (hiper)exposição de seus filhos na era digital, mas também a maneira como a sociedade passa a lidar com a auto exposição nas redes sociais, visto que os ditos *influenciadores digitais* são recompensados financeiramente com as postagens que fazem e com as curtidas e compartilhamentos que recebem. A forma como essas crianças, de tão tenras idades, estão sendo inseridas no mundo tão precocemente, tornando-se um bem público e mercadorias, poderá afetar e impactar no âmbito intrapsíquico e nas relações sociais que terão à medida que crescerem. Mas, para além de culpabilizar os genitores de José, que estão inseridos em uma sociedade da exposição, da informação e do consumo, é preciso trabalhar a forma como o Estado e as empresas de aplicações digitais vão lidar com o sharenting, que está se tornando algo tão comum. A implementação de políticas públicas que eduquem os pais no uso das ferramentas digitais faz-se cada vez mais necessária, por meio de propagandas e campanhas (Eberlin, 2017); mas faz-se necessário também discutir a forma como a comunidade em geral e a sociedade podem ser implicadas nesse processo de *reeducação* para uso das redes sociais.

Ainda, é preciso que haja uma regulamentação da presença de crianças na internet. Poucos são os estudos que se encontram sobre canais de crianças em plataformas de vídeos e quase nada quando se refere à criação de contas com o objetivo de compartilhamento de fotos e informações. Percebe-se a ausência de trabalhos acadêmicos que enfoquem a prevenção e a correção da vivência de crianças e adolescentes no mundo virtual, que possibilitem a construção de um ambiente digital que permita a execução do direito ao esquecimento.

Dado os questionamentos aqui levantados, como o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes, a manutenção da saúde mental e as relações comerciais e econômicas advindas dessas práticas, tratam-se de questões que precisam ser postas para que a sociedade, a comunidade e o poder público possam cumprir a função garantidora da lei. Ressalta-se que o Direito não passa apenas pela discussão da liberdade individual ou não dos pais de realizar essas postagens, mas também dos possíveis desdobramentos para a formação do indivíduo pelo qual são corresponsáveis.

Pontua-se, por fim, a importância de uma maior investigação nas áreas que tangenciam a questão da hiperexposição de infantes e jovens nas redes sociais, visto a pouca amplitude do referencial bibliográfico, mas também a recente discussão que se levantou sobre o *sharenting*. Sugerem-se estudos acerca dos impactos psíquicos e dos desdobramentos da formação da identidade, do debate sobre o entendimento de que se trataria, ou não, de uma nova forma de trabalho infantil e das possibilidades de regulamentar-se a atuação e também sobre os direitos de crianças como José Márcio que podem estar sendo violados.

Referências bibliográficas

Berti, L. G & Fachin, Z. A. (2021). Sharenting: Violação do direito de imagem das crianças e adolescentes pelos próprios genitores. *Revista de Direito de Família e Sucessão*, 7(1), 95-113. Recuperado de: <<https://indexlaw.org/index.php/direitofamilia/article/view/7784/pdf>>.

Carvalho, M. R. S. M. de. (2006). *A trajetória da internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado de: <<https://www.cos.ufrj.br/uploadfile/1430748034.pdf>>.

Cook, D. J.; Mulrow, C. D. & Haynes, R. B. (1997) Systematic reviews: synthesis of best evidence for clinical decisions. *Annals of Internal Medicine*, Filadélfia, 126 (5), 376-380. Recuperado de: <<https://doi.org/10.7326/0003-4819-126-5-199703010-00006>>.

Comitê Gestor da Internet no Brasil. (2011). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010*. São Paulo, SP: Comitê Gestor da Internet no Brasil. Recuperado de: <<https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/tic-domicilios-e-empresas-2010.pdf>>.

Corsaro, W. A. (2011). *Sociologia da Infância*. (2. ed.). Porto Alegre: Artmed.

Eberlin, F. B. V. T. (2017). Sharenting, liberdade de expressão e privacidade de crianças no ambiente digital: o papel dos provedores de aplicação no cenário jurídico brasileiro. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 7(3), 255-273. Recuperado de: <<https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/4821/xml>>.

Han, B-C. (2017a). *Sociedade da transparência*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Han, B-C. (2017b). *Sociedade do cansaço* (2. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Han, B-C. (2018). *No Exame: perspectivas do digital*. Petrópolis, RJ: Vozes.

IBGE. (2021). *Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento*. Recuperado de: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf>.

Lei n. 8.609, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>.

Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. Recuperado em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615compilada.htm>

Pinto, M. C. (2016). A exploração do trabalho infantil no meio artístico no Brasil. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, n. 5682. Recuperado de: <<https://jus.com.br/artigos/71549>>.

Salgado, R. G., Zequetto, A. C., & Mariano, C. L. S. (2019). Nos espelhos da cibercultura: crianças e a produção de imagens nas redes sociais. *Revista Cocar (Online)*, 7, p. 131-152. Recuperado de: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2795>>.

Santana, J. F., Lourenço, J. G., & Silva, F. M. (2019, junho). A Construção Social da Celebridade pelo Escárnio: O Caso Gretchen. *Anais do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*, São Luís, MA, Brasil. Recuperado de: <<https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-0777-1.pdf>>.

Souza, K., Cunha, M. X. C. da. (2019). Impactos do uso das redes sociais virtuais na saúde mental dos adolescentes: uma revisão sistemática da literatura. *Educação, Psicologia e Interfaces*, 3(3), p. 204- 217. Recuperado de: <<https://doi.org/10.37444/issn-2594-5343.v3i3.156>>.

Rojek, C. (2008). *Celebridade*. Rio de Janeiro: Rocco.

Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paul Enferm.*, (20)2, p. v-vi. Recuperado de: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>>.

Tomaz, R. O. (2017). YouTube, infância e subjetividade: o caso Julia Silva. *Revista Educação, Cultura e Comunicação*, 8(16), p. 43-54. Recuperado de: <<http://unifatea.com.br/seer3/index.php/ECCOM/article/view/444/396>>.

Tuleski, A., Rodrigues N., & Shimano, C. R. (2013). O Trabalho Infantil e os Direitos Trabalhistas do Jogador de Futebol Menor de Idade. *Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)-ISSN 2177-4153* 11.2, p. 128-141. Recuperado de: <<https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/2477/2033>>.

O amor líquido no Tinder:

Uma análise dos relacionamentos amorosos na pós-modernidade

Ana Elisa Vilas Bôas Moreira, Gabriel Magalhães, Gladston Norberto, Jéssica Houri Cossenzo, João Sangawa, Larissa Alves Barbosa de Lucas, Luíza Raad Barbosa, Miguel Altoé, Nádía Laguárdia de Lima.

Introdução

Vivemos em uma sociedade que valoriza o desempenho, de forma que o sujeito internaliza a necessidade de se tornar produtivo e passa a se comportar por essa lógica, que reduz a pessoa humana e suas relações a um valor de mercadoria e mercado. Ao passar a se configurar da lógica de sujeito para a do desempenho, o indivíduo não está mais submetido a um controle externo.

A sociedade contemporânea, imbuída pelo pensamento neoliberal, cria a ilusão de uma liberdade positiva e sem limites, que coloca o indivíduo na posição de empresário de si mesmo, tornando-se seu próprio projeto. Isso esconde o deslocamento do controle, que agora passa a ser internalizado, transformando-se em uma autoexploração.

A lógica mercadológica da sociedade do desempenho se aplica a várias dimensões, sendo uma delas o amor e as relações afetivas. É nesse sentido que se justifica este trabalho, que busca investigar como o amor e os relacionamentos afetivos são entendidos na pós-modernidade, considerando o advento da internet e dando especial atenção às dinâmicas e especifici-

dades promovidas no aplicativo de relacionamento Tinder. O foco está em compreender as minúcias desse modo tão novo de se relacionar romanticamente, as origens e motivações por trás de um interesse que, da mesma forma que surge, pode desaparecer.

Este trabalho tem como principal intuito discutir o impacto da tecnologia na mediação das relações afetivas pós-modernas. Diante disso e a partir de uma revisão teórica de base filosófica, busca-se alcançar uma reflexão teórica acerca de uma possível relação entre o esvaziamento existencial que acomete os sujeitos atualmente e os vínculos proporcionados por aplicativos de relacionamento. Para alcançar seu propósito, pretende-se debater o amor romântico e como ele se manifesta após sua origem mediada pela internet. Além disso, examinar as particularidades presentes nos relacionamentos afetivos atuais, de modo a averiguar a reverberação das novas subjetividades engendradas pela sociedade do controle.

Entendemos que não é possível trivializar os processos gerados por essa forma relacional particular. Nossa hipótese é a de que os elementos diferenciais do relacionamento construído a partir do uso de aplicativos impactam profundamente nas formas relacionais presentes na cultura. A saber, o laço construído por intermédio de uma empresa com interesses econômicos próprios, além do uso do meio lúdico e a busca por estabelecer um imaginário de demanda infinita causam, necessariamente, uma alteração na forma de constituição do relacionamento amoroso.

Metodologia

O artigo consiste em uma reflexão teórica, fundamentada nas bases filosóficas dos estudos do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, e motivada pela revisão bibliográfica, cuja

palavra-chave norteadora foi: Tinder. Devido às mudanças das relações do ser humano com o mundo, atualmente já existe uma notória produção sobre o tema que foi de grande valia para que pudéssemos fomentar nossas indagações e partir para o momento de reflexão. Foram consultadas as bases de dados Literatura Latino Americana, do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e do Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Somada à filosofia de Byung-Chul Han utilizamos, para fazer essa discussão, o conceito de pós-modernidade do filósofo e sociólogo Zygmunt Bauman, a fim de buscar compreender a função do uso do aplicativo nas novas formas de se relacionar na sociedade atual.

O sujeito pós-moderno

Atualmente, vivemos em uma sociedade do desempenho, onde o sujeito internaliza a necessidade de se tornar produtivo ao máximo a partir da ideologia onipotente do “Yes, we can”, ou seja, sempre somos capazes de nos tornarmos ainda mais otimizados; e, para isso, precisamos nos expor para obter reconhecimento, agregando, assim, mais valor a nós mesmos. Porém, que valor é esse que está supostamente sendo agregado? O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2010) problematiza essa busca pela otimização ao apontar que, nesse contexto, a pessoa humana e suas relações são reduzidas ao valor de mercadoria e mercado:

Aqui a pessoa humana é reduzida ao valor de cliente, ou ao valor de mercado. A intenção que está ao fundo desse conceito é que toda a pessoa, toda sua vida é transformada num valor puramente comercial. O hipercapitalismo atual dissolve totalmente a existência humana numa rede de relações comerciais. (p.127).

O autor aponta, ainda, que o sujeito deixa de se configurar como propriamente sujeito nessa sociedade do desempenho, passando a ser um projeto. Perde-se essa constituição, pois entende-se que o indivíduo não está mais submisso a (sujeito a) um controle externo, característico da sociedade disciplinar, embutida de negatividade com proibições e limitações. A lógica atual pós-moderna, influenciada pelo neoliberalismo, tem antes como base uma suposta liberdade positiva e sem limites, que coloca o indivíduo na posição de empresário de si mesmo, tornando-se seu próprio projeto. Tal sentimento de liberdade, porém, esconde o deslocamento do controle, que antes era externo, passando agora a ser internalizado, transformando-se em uma autoexploração que busca incessantemente, e muitas vezes destrutivamente, alcançar um Eu-ideal: “A sociedade de desempenho é uma sociedade de autoexploração. O sujeito de desempenho explora a si mesmo, até consumir-se completamente (burnout)” (p. 101).

É importante destacar o seguinte: entendemos que o sujeito contemporâneo não se encontra mais em uma concepção de modernidade, mas, sim, no que autores como Zygmunt Bauman chamam de pós-modernidade. Compreendemos Modernidade como a época em que a razão e o progresso científico se encontram em destaque, com a figura humana colocada como central na construção do mundo, sendo assim, livra-se da tradicional forma de organização social baseada no divino, e as atividades religiosas passam a serem relegadas para a vida privada (Cruz, 2018). Com a solidez das tradições baseadas no sagrado sendo derretidas, a sociedade moderna usa da ciência para reinventar ou descobrir o mundo, utilizando de seus princípios para tornar o mundo novamente previsível e administrável, funcionando como um orientador estável da vida do sujeito moderno. Entretanto, a confiança plena na ciência e na razão como capazes de levar ao progresso seguro da sociedade encontra momentos de crise principalmente no século XX:

O ideal moderno de racionalidade baseado na absolutização da razão entrou em crise e conduziu a inúmeras ações destruidoras: confecção de bombas atômicas, massacres totalitários, guerras mundiais, dentre outros atos destruidores. Tudo isso levou o sujeito a perder a confiança na razão, entrando de forma descontrolada no universo das emoções. (Cruz, p.354. 2018).

Considerando a internalização da necessidade de se alcançar uma produtividade e como o sujeito se situa no contexto pós-moderno, podemos observar que a lógica mercadológica se aplica a várias dimensões da sociedade, sendo uma delas o amor e as relações afetivas, o que aparece no questionamento de Zygmunt Bauman (2003):

Consideradas defeituosas ou não ‘plenamente satisfatórias’, as mercadorias podem ser trocadas por outras, as quais se espera que agradem mais (...) automóveis, computadores ou telefones celulares perfeitamente usáveis, em bom estado e em condições de funcionamento satisfatórias são considerados, sem remorso, como um monte de lixo no instante em que ‘novas e aperfeiçoadas versões’ aparecem nas lojas e se tornam o assunto do momento. Alguma razão para que as parcerias sejam consideradas uma exceção à regra? (p.14).

Nesse sentido, pretendemos investigar como o amor e os relacionamentos afetivos são entendidos na pós-modernidade, considerando o advento da internet e dando especial atenção às dinâmicas e especificidades promovidas no aplicativo de relacionamentos Tinder.

Não se trata, na contemporaneidade, da desvalorização da privacidade, de sua substituição por ideais coletivos ou sociais, ou seja, não há uma substituição da valorização individual pela preocupação coletiva ou pública. O que se constata, na verdade, é uma busca pela exaltação da individualidade, que deve ser exibida ao olhar do outro. É a imposição da privacidade no público. Assim, os relacionamentos devem ser mostrados para o público em geral, para transmitir uma ideia de felicidade e complementaridade do casal (Moreira; Lima; Stengel; Pena & Salomão, p.11, 2017).

Desse modo, buscaremos entender e analisar as origens de uma cultura relacional marcada pela descartabilidade, que preza por laços frouxos entre os pares. Da mesma forma que se estabelecem, podem ser desfeitos, como se nunca tivessem existido. Esse é um subproduto da realidade ultra conectada em que as sociedades pós-modernas se encontram. A partir disso, surgem os “relacionamentos de bolso”.

É possível buscar “relacionamentos de bolso”, do tipo que se pode “dispor quando necessário” e depois tornar a guardar. Ou que os relacionamentos são como a vitamina C: em altas doses, provocam náuseas e podem prejudicar a saúde. Tal como no caso desse remédio, é preciso diluir as relações para que se possa consumi-las (Bauman, 2003, p. 10).

O foco está em compreender as minúcias desse modo tão novo de se relacionar romanticamente, que ocorre em uma interface completamente digital, sem contato físico em um primeiro momento. Dessa forma, nossa pesquisa planeja também refletir acerca de uma possível relação entre o esvaziamento

existencial que acomete os sujeitos atualmente e os vínculos proporcionados por aplicativos de relacionamento.

Os impactos da tecnologia nas relações sociais

É interessante delinear um conceito útil para pensarmos as relações mediadas pela tecnologia: o ciberespaço. Segundo Martino (2014), ciberespaço foi um termo utilizado pela primeira vez em 1984 no livro *Neuromancer*, de William Gibson, referente “a um espaço imaterial ao qual seres humanos eram conectados através de aparelhos eletrônicos” (p. 29). Com o advento das redes sociais e a popularização dos smartphones, o ciberespaço promove uma modificação das noções de distância e contato entre as pessoas, uma vez que o mundo se desdobra em um ambiente virtual e um físico que coexistem o tempo todo. Assim, a experiência de lugar dos sujeitos sofre um deslocamento, o corpo não é mais um limite tão evidente do espaço de interação. Uma vez que as relações instantâneas não dependem de corpos materializados em contato, Illouz (2011) indica que a internet pode ser entendida como uma “tecnologia descorporificadora” (p.108).

Nesse sentido, a peculiaridade desse novo mundo de interação reside no fato de que “para existir no ciberespaço é preciso ser visto” (Marinho, 2021, p.22). A exposição pessoal é um fator essencial para a possibilidade de interação, o que acaba por borrar as fronteiras entre o público e o privado dentro das redes. Para ser reconhecido pelo público virtual, é preciso se submeter a um certo grau de transparência com o próprio mundo privado. Mas como aponta Moreira et al. (2017), não é uma desvalorização absoluta da privacidade, “o que se constata, na verdade, é uma busca pela exaltação da individualidade, que deve ser exibida ao olhar do outro. É a imposição da privacidade no público” (p.11). Nessa lógica, os relacionamentos amoro-

so precisam ser colocados nas redes, para exibição ao público geral, quase como uma prova de sua autenticidade.

É indispensável demarcar o impacto dos dispositivos de comunicação e das redes sociais nas subjetividades e intersubjetividades. A riqueza de possibilidades e informações viabilizadas pela internet, somada à facilidade de manipulação de um imaginário virtual, abre espaço para uma maior exploração – e exposição – do eu. Tendo isso em vista, Moreira et al. (2017) pontuam que a publicização excessiva da própria imagem faz com que o sujeito mergulhe cada vez mais no “interior de sua vida afetiva e no seu próprio eu” (p. 9), de modo que a necessidade de autocontrole, aceitação e externalização do íntimo se tornam cada vez mais presentes. Os autores destacam que: “A expansão do capitalismo, o declínio da esfera pública e a ampliação da esfera privada levaram a uma valorização dos pequenos objetos, íntimos, pessoais” (p. 10).

À vista disso, ao investigar as especificidades presentes nas relações afetivas da pós- modernidade, Bauman (2004, p. 27) verifica o caráter de “mercadoria a ser consumida”, ou seja, o objeto de amor passa a ser encarado como produto, ao passo que o consumidor de tal produto também é consumido. Junto a tal característica, Bauman destaca a efemeridade e fluidez dessas relações, que são facilmente descartadas quando perdem o caráter de satisfatoriedade, engendrando, assim, o funcionamento do mercado neoliberal em relações humanas. Essas particularidades dos relacionamentos contemporâneos são intensificadas pela tecnologia e pela criação de dispositivos virtuais que objetivam facilitar o início de relações. Assim, Acselrad e Barbosa (2017) tencionam a discussão para as contradições presentes no ideal romântico, que se opõe ao real dos aplicativos de relacionamento:

A mesma sociedade que cria os aplicativos de relacionamento e que faz e desfaz contratos num piscar de olhos

é aquela em que boa parte das pessoas ainda busca um relacionamento duradouro e significativo e em que o ideal de casamento permanece presente no imaginário de boa parte das pessoas. Malgrado o aumento exponencial no número de divórcios e separações, muitos deles acontecidos em questão de semana” (p. 165).

Nesse sentido, a forma de se relacionar com o outro e as relações amorosas foram diretamente impactadas e reeditadas pelas possibilidades que o ambiente virtual revela. O usuário, ao ter total controle do conteúdo exposto e da imagem que quer tornar pública, inaugura uma nova forma de estabelecer vínculos afetivos, já que pode escolher seus objetos de afeto com a influência da manipulação de imagem, do algoritmo da rede, dos gostos e personalidades expostos de modo arbitrário etc.

O Tinder, criado em 2012, é um dos maiores aplicativos de relacionamentos utilizado no mundo, e sua premissa é bem simples: os usuários selecionam perfis que consideram interessantes e, caso o interesse seja mútuo, há um “match” – ou seja, uma combinação entre dois usuários. O aplicativo permite que as pessoas escolham diversas fotos, marquem seus interesses e coloquem biografia, de modo a despertar a atração externa por meio da construção manipulada da própria imagem. Após o “match”, é possível conversar com a pessoa de interesse em um chat privado. Essa grande ferramenta da contemporaneidade tenciona questionamentos acerca das novas formas de se relacionar e, mais do que isso, das novas formas de se subjetivar na era da internet. De acordo com Moreira et al. (2017), o espaço virtual e todas as possibilidades que ele implica influenciam de modo direto na relação do sujeito com a sua própria interpretação da realidade:

Diante da tela do computador, os adolescentes ficam fascinados pelas inúmeras possibilidades de relaciona-

mento, pelo grande número de pessoas que se oferecem como “produtos” na vitrine para os consumidores vorazes, ávidos pela experimentação. Na rede, os jovens conhecem pessoas, conversam, compartilham fotos e dados pessoais. Todavia, protegidos pela tela do computador, eles também podem criar diversos personagens, experimentar diferentes papéis e identidades. Nesse sentido, o “não encontro” dos corpos no espaço virtual favorece a projeção das fantasias (p.12).

Dentre as nuances despertadas pelo Tinder e outros aplicativos de relacionamento, Dela Coleta e Guimarães (2008, p. 280) pontuam que a ilusão de proximidade e intimidade – apesar da distância geográfica – se somam a uma lógica de “estar junto” que não mais depende da territorialização. Isso se opõe às concepções da sociologia clássica, que consideravam a materialidade como indispensável nas relações sociais.

O discurso do mercado e as relações interpessoais

Podemos analisar que existem dois interesses que se conciliam de forma quase implícita entre as partes envolvidas nos sites de relacionamento. De um lado estão as pessoas que buscam uma relação interpessoal com diferentes finalidades, seja de busca por um parceiro amoroso com finalidades duradouras ou pessoas que querem apenas a busca por uma relação causal. Enquanto isso, do outro lado, tem-se o “intermediador”, por meio do aplicativo que possui apenas intenções financeiras, e adquire, já que para se aumentar as chances de encontrar um parceiro, é preciso a exposição de forma consistente e ampliada ao máximo de público alvo possível (Marinho, 2021).

Existe uma relação entre as tecnologias e as mudanças relacionais desencadeadas na Modernidade. Há, entretanto, nessa relação um elemento particular que entendemos como essencial para esta discussão, a saber: as apropriações discursivas e ideológicas sobre essa relação. A tecnologia e a possibilidade de levar as relações interpessoais ao âmbito virtual, enquanto desenvolvidas em um meio de valorização do capital, tem, necessariamente, o lucro como elemento central dessa proposta. Posto que são criações humanas, as novas tecnologias relacionais não só atendem à lógica de monetização como têm nessa lógica seu principal foco. Em dado divulgado em 2018, o faturamento do Tinder havia ultrapassado a marca dos 800 milhões de dólares.

Ora, a exploração monetária das relações interpessoais há de afetá-las, uma vez que os meios de relação sofrem interferência de elementos que não atendem à relação em si, mas à lógica mercantil. Tentar definir como exatamente essa afetação se dá seria muita arrogância nossa, tendo em vista as dimensões do presente trabalho. Entretanto, os autores e teorias por nós citados buscam aludir a reflexões nesse sentido.

Há, então, uma lógica específica que se faz necessária tornar evidente, quando se trata das mudanças relacionais na modernidade. Tratá-las como mudanças orgânicas, com motivos não diferenciáveis, é se adequar às determinações ideológicas propostas por esses meios interessados. Que o Tinder e outros aplicativos não sejam somente novas formas de relacionamento, mas que também contenham interesses econômicos, impacta diretamente sobre a forma da relação, uma vez que apresenta dicotomias entre o que propõe e as intenções que omite.

Por exemplo, o fato de que parte estruturante do modelo de venda é a superação do uso do aplicativo no ponto em que o usuário consolida uma relação com outro. Ora, isso representaria dois usuários a menos no aplicativo. Mais adequado ao modelo de negócio é a dessubjetivação das propostas rela-

cionais mostradas no aplicativo através de uma *gamificação* do modo de interação e uma promoção (novamente ideológica) da quantidade de curtidas e competitividade entre usuários. Em resumo, é do interesse da empresa a permanência do usuário no serviço, independente de qual seja esse serviço. No caso, a matriz ideológica, como visto, tem alta eficácia ao apropriar-se de determinados discursos no controle das formas de exposição do serviço ao usuário.

Que fique claro que não estamos defendendo o meio virtual como causador das mudanças relacionais, pelo contrário, os aplicativos de relacionamento se posicionam como consequências possíveis e respostas mercadológicas às mudanças sociais presentes. Nem marcamos qualidades aos efeitos desencadeados por essas mudanças. Mas entendemos que a enunciação dos elementos em questão na construção dessas novas formas relacionais trabalha para a prevenção de dinâmicas alienantes ao sujeito, essa sim, de caráter antiético.

Considerações Finais

O desenvolvimento tecnológico comporta forças contraditórias em tensão constante, exigindo leituras críticas que possam lançar alguma luz sobre suas sombras (Lima et al., 2021).

Os aplicativos de relacionamento ganharam espaço ao longo do tempo, ocupando uma parte relevante da forma de construção de laços interpessoais na contemporaneidade. Sendo tomados, em sua maioria, para fins de relacionamentos românticos, o grupo tem o interesse de investigar como se dão e quais são as particularidades desse modo de construção relacional, visto seu aparecimento há pouco tempo.

O que encontramos na literatura é que há uma aparente queda nos relacionamentos mais sérios, o que torna as relações mais superficiais e passageiras, onde um pode não se preocupar

com os sentimentos do outro, principalmente em relações casuais obtidas por meio do aplicativo, podendo ocorrer episódios de frustração, quando as partes envolvidas não compartilham do mesmo objetivo (um pensa em relação duradoura e outro em relação casual), facilitando, assim, uma relação superficial e individualista, frutos de uma Modernidade líquida, que acaba condicionando os usuários a colocarem seus focos e atenção apenas nos prazeres momentâneos que podem obter; desprezando, assim, a ideia do que seja o romantismo (Castro, 2017). De forma clara, analisamos que muitos indivíduos buscam suprir a sua carência e a falta de vínculos associativos através do aplicativo de paquera.

Foi interessante também pensar que, segundo Maia e Bianchi (2014), a utilização de aplicativos de paquera pode auxiliar na criação e desenvolvimento de laços sociais e que os aplicativos representam, na verdade, uma ferramenta para obtenção de vínculos afetivos. Contudo, pode haver uma superficialidade no momento em que as relações saem do virtual para o presencial e isso pode ocorrer devido a uma insegurança dos indivíduos em não atender ou não terem suas expectativas atendidas pelo parceiro (a), preferindo, com isso, manter uma relação “rasa”, a fim de não se decepcionar. Ou seja, o modo virtual pode facilitar as relações, mas também muda a perspectiva relacional de todo um grupo social.

Pudemos analisar neste artigo que existem dois interesses que se conciliam de forma quase implícita entre as partes envolvidas. De um lado estão as pessoas que buscam uma relação interpessoal com diferentes finalidades, seja a busca por um parceiro amoroso com finalidades duradouras, ou pessoas que buscam uma relação causal. Enquanto isso, do outro lado, tem-se o “intermediador”, por meio do aplicativo que possui apenas intenções financeiras, e, para aumentar as chances de se encontrar um parceiro, oferece a exposição do máximo de público-alvo possível (Marinho, 2021).

De um lado, os aplicativos favorecem uma aproximação entre as pessoas, pela comodidade de conhecerem e se relacionarem de forma virtual, e por ampliarem as possibilidades, já que pelo aplicativo é possível conversar com uma gama maior de pessoas, e sem precisarem estar no mesmo ambiente físico. Porém, os impactos da tecnologia nessas relações são grandes, pois, dentre outros, leva os usuários a buscar o maior número de relações interpessoais, o que propicia a troca constante, além de formas superficiais de se relacionar.

Talvez seja necessário avaliar a possibilidade de separação, por parte do aplicativo, dos indivíduos, selecionando e aproximando apenas aqueles usuários que possuem objetivos similares, para posteriormente investigar quais seriam os impactos dessa ação nas relações interpessoais, e se ou como isso mudaria a forma de se relacionar das pessoas, por exemplo, se diminuiria o problema das frustrações e das expectativas lançadas sobre o outro a partir do momento que os interesses são semelhantes.

Referências

- Acselrad, M. & Barbosa, R. R. L. (2017). O amor nos tempos do Tinder: Uma análise dos relacionamentos amorosos na contemporaneidade a partir da compreensão de adultos e jovens adultos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 17(1), 161-180.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Cruz, D. N. (2018). Pós-modernidade ou Hipermodernidade? O sujeito contemporâneo sob a ótica de Lipovetsky e Bauman. *Sapere Aude*, 9(18), 351-371. doi: 10.5752/P.2177- 6342.2018v9n18p351-371.
- Dela Coleta, A. S. M., Dela Coleta, M. F. & Guimarães, J. L. (2008). O amor pode ser virtual? O relacionamento amoroso pela internet. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 277-285.
- Han, B. (2015). *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes.
- Illouz, E. (2011). *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lima, N.L; Stengel, M; Nobre, M.R; Dias, V.C. (2021). Apresentação. Em: Lima, N.L; Stengel, M; Nobre, M.R; Dias, V.C. (2021). *Saber e Criação na Cultura Digital. Diálogos interdisciplinares*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- Maia, J. & Bianchi, E. (2014). Tecnologia de geolocalização: Grindr e Scruff redes geosociais gays. *Logos*, 2(24). doi: <https://doi.org/10.12957/logos.2014.14157>
- Marinho, D. S. (2021). *O afeto na era digital: uma análise das experiências corporais e afetivas no aplicativo Tinder (Dissertação de mestrado)*. Universidade Federal de Campina Grande. UFCG, Campina Grande, PB, Brasil. Recuperado de: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/20493>
- Martino, L. M. S. (2014). *Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes*. Petrópolis: Vozes.

Moreira, J. O., Lima, N. L., Stengel, M., Pena, B. F. & Salomão, C. S. (2017). A exposição do amor na internet: público ou íntimo? *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 69(1), 5-18. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000100002&lng=pt&nrm=iso

Senecultura como cuidado ou sacrifício da qualidade de vida? – Envelhecer na Sociedade do Cansaço¹

Gabriela Maria Leroy Viana ;

Paulo Eduardo Rodrigues Alves Evangelista

O envelhecimento tem sido mais discutido e observado, à medida que a expectativa de vida no Brasil aumenta. Com uma maior expectativa de vida, nota-se um crescimento da população idosa, a qual, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), já ultrapassou a marca dos 30 milhões em 2017. Em função disso, muitos estudos têm sido feitos, a fim de definir estratégias para um envelhecimento saudável e de qualidade. Seus resultados apresentam métodos e técnicas a serem usados desde a juventude, mostrando como cuidados realizados na primeira metade da vida promovem boa qualidade de vida na velhice. Esse olhar para o envelhecimento e, principalmente, para o que chamamos de produção da velhice saudável, inscreve-se no paradigma filosófico-científico contemporâneo descrito pelo filósofo Byung-Chul Han como “Sociedade do Cansaço” e “da Transparência”. Apoiado na obra de Foucault e Arendt, esse autor descreve consequências psicológicas da era digital e do sistema econômico neoliberal, sistemas esses fundados no projeto positivista moderno de explicitação total da natureza visando previsão e controle. Não mais controladas por agentes externos, cada existência se torna um empreendedor de si mesmo, enquanto a vida se mostra como um esforço de autoprodução que frequentemente culmina em exaustão, ansiedade e depressão (Han, 2017).

1. Pesquisa realizada como Iniciação Científica Voluntária, com apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPq) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O presente artigo objetiva reconstruir o discurso científico biologizante acerca do envelhecer com sucesso, indicando o caráter de responsabilização individual do sujeito pela qualidade de vida na sua velhice. Em seguida, retomam-se contribuições da psicologia existencial para a compreensão do envelhecer como questão humana (mais do que fato biológico). Por fim, apresenta-se o paradigma psicopolítico da Sociedade do Cansaço, e situa-se nele o fenômeno da produção da boa velhice, concluindo com indagações acerca do modo como se almeja a qualidade de vida nesta época histórica. Objetiva-se colocar uma pergunta que permanece encoberta pelas prescrições do envelhecer saudável.

Envelhecer com “qualidade de vida”

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) considera que, para se ter uma boa experiência do processo de envelhecimento e uma vida mais longa de forma saudável, o envelhecimento deve ser ativo. Por envelhecimento ativo, a OMS (2005) entende um “processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, à medida que as pessoas ficam mais velhas” (p. 13). Ainda segundo a OMS (2005), saúde é “bem-estar físico, mental e social” (p. 13). Em função desse cenário atual, que atrela o envelhecimento a um envelhecimento saudável, nota-se a construção de uma ciência do envelhecer. Estudos referentes a essa ciência tentam propor soluções para que o indivíduo chegue à idade madura com boa qualidade de vida. Chama-se “senecultura” (Silva, Lima e Galhardoni, 2010, p. 872) as práticas interdisciplinares, que podem se iniciar na juventude, para contribuir para uma melhor qualidade de vida para o idoso na sociedade. Diante desse cenário contemporâneo, “o envelhecimento saudável é, pois, uma tarefa para toda a vida” (Filho, 2009, p. 32).

Na Gerontologia, área que estuda idosos, usa-se o termo envelhecimento bem-sucedido, o qual apresenta diferentes definições segundo os estudos de Teixeira e Neri (2008). A primeira se refere a um conjunto de aspectos que podem ser observados como indicadores de sucesso, tais como: “satisfação com a vida, longevidade, ausência de incapacidade, domínio/crescimento, participação social ativa, alta capacidade funcional/independência e adaptação positiva” (Teixeira & Neri, 2008, p. 83). Uma segunda definição destaca três elementos para que se tenha um envelhecimento bem-sucedido: “(1) probabilidade baixa de doenças e de incapacidades relacionadas às mesmas; (2) alta capacidade funcional cognitiva e física; (3) engajamento ativo com a vida” (Teixeira & Neri, 2008, p. 84). Em ambas as definições apontadas pelos autores percebe-se o conceito de saúde delimitado pela OMS (2005).

Teixeira & Neri (2008) indicam ainda que o envelhecimento bem-sucedido apresenta três estratégias principais: seleção, otimização e compensação. Uma das formas de envelhecer bem nessa concepção é buscando melhor funcionamento psíquico pelo aprendizado de coisas novas para minimizar perdas cognitivas: seleção de demandas ambientais e capacidades individuais, estratégias de otimização para garantir que algo novo foi realmente aprendido e interiorizado e estratégias de compensação por aquisição de novas aprendizagens para adaptar o idoso às habilidades cognitivas/motoras perdidas ou minimizadas. Os autores chegam, então, à conclusão de que “o envelhecimento bem-sucedido se aproxima de um princípio organizacional para alcance de metas, que ultrapassa a objetividade da saúde física, expandindo-se em um continuum multidimensional” (p. 91).

Em outro estudo feito por Mantovani, Lucca e Neri (2016), “o envelhecimento saudável é definido por medidas subjetivas, tais como: satisfação de vida, afetos e disposição de espírito, e por medidas objetivas, nomeadamente, morbidade,

independência e mortalidade” (p. 204). A partir disso, discorrem sobre dois modelos de envelhecimento bem-sucedidos, sendo o primeiro de ordem sociológica – buscando-se o equilíbrio entre os afetos positivos e negativos, assim como avaliar a sua satisfação com a vida – e o segundo de ordem psicológica – buscando-se a excelência pessoal. Para esses autores, mostra-se relevante para os idosos se enxergarem como pessoas satisfeitas com a vida, o que está relacionado a conseguirem “gerir sua própria vida e determinar quando, onde e como se darão suas atividades de lazer, convívio social e trabalho” (Mantovani, Lucca & Neri, 2016, p. 220). Ainda segundo Rosa et al. (2018), o “autogerenciamento” (p. 304) é visto como um dos recursos que podem ser desenvolvidos para que se possa alcançar a meta de um “melhor envelhecer” (p. 304). Santana e Santos (2005) demonstram que idosos utilizam expressões diferentes para se referirem ao bom e mau envelhecimento: “ser velho” (p. 209) carrega uma imagem ruim da velhice, enquanto o “tornar-se idoso” (p. 209) é visto como algo bom que estimula e concretiza o bom envelhecimento.

Silva e Santos (2010) apresentam o Modelo de Promoção da Saúde de Nola Pender, composto por três componentes principais: “características e experiências individuais, sentimentos e conhecimentos sobre o comportamento que se quer alcançar e resultados de conduta” (p. 746). Esse tipo de modelo auxilia no entendimento das doenças e orienta para solucionar as necessidades dos idosos. Além disso, nota-se como importante nessa visão a reflexão dos idosos sobre os próprios comportamentos, visando desenvolver um maior autocuidado. De acordo com Silva e Santos (2010), a promoção de saúde pode ocorrer pelo maior controle com vistas à qualidade de vida no processo de envelhecimento: “para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente” (p. 746).

Concomitante a essa ideia, Ribeiro et al. (2018) concluem que os idosos que se mantêm ativos, seja por meio de trabalhos voluntários ou por atividade remunerada, apresentam “melhor desempenho cognitivo, maior satisfação e bem-estar com a vida” (p. 2684).

Associado à promoção da saúde, depara-se com a importância da realização de atividades físicas, as quais são apontadas como preditoras de maior longevidade, contribuindo, assim, para “manutenção/melhoria da capacidade cognitiva” (Raymundo et al., 2017, p. 7). Segundo Chaves, Balassiano e Araújo (2016), indicam-se “150 minutos de exercícios aeróbicos moderados ou 75 minutos de exercício em alta intensidade por semana” (p. 257), além de ser desejável conciliar com o “exercício de fortalecimento muscular, de flexibilidade e de equilíbrio” (p. 258). De acordo com esses autores, o exercício físico não-aeróbico é de grande relevância para a redução das incapacidades e das limitações físicas que surgem com o envelhecer, pois foi mostrada uma relação entre flexibilidade corporal, equilíbrio e força muscular. O estudo de Chaves, Balassiano e Araújo (2016) ainda apontam uma correlação positiva entre hábitos de atividade física até o fim da adolescência e na idade madura.

Segundo Santos, Andrade e Bueno (2009), observam-se fatores que atuam para uma proteção do envelhecimento. O primeiro fator está relacionado à “atenção aos riscos ambientais ou pessoais que possam ser desencadeadores de doenças e não podem ser alterados, como idade, etnia e fatores genéticos” (p. 6). Em função disso, os autores supracitados discutem a importância de desde a juventude tomar certos cuidados, como “fazer uso de uma dieta adequada e de práticas esportivas, não se tornar dependente químico ou de fatores debilitantes, como alto nível de estresse físico e mental” (p. 6). Eles frisam que “a qualidade de vida é imperativa para um bom envelhecimento” (p. 6-7). O segundo fator para a proteção do envelhecimento depende da identificação de disfunções ou pertença a grupo de

risco para buscar melhoras específicas e garantir o atendimento à saúde necessário. Por fim, a proteção terciária se refere “ao tratamento, suporte e reabilitação para minimizar os efeitos da doença ou até mesmo buscar sua cura” (p. 7). Sendo assim, Santos, Andrade e Bueno (2009) concluem que:

Com o planejamento precoce desta época da vida, levando em consideração, desde idades anteriores, a qualidade e o estilo de vida, dietas de baixa caloria, atividades físicas e mentais, é possível conquistar longevidade e saúde, uma díade desejada e perseguida por muitos. (p. 8)

As restrições e as imposições sobre o que é preciso fazer para envelhecer bem podem restringir possibilidades de existência ao longo da vida, isto é, exigir que se abra mão de viver determinadas experiências hoje para não ter uma má qualidade de vida no futuro. No entanto, em um contexto como o atual, em que a perfeição e a mortalidade (Sfez, 1996 *apud* Menezes et al., 2015) são idealizadas pelas pessoas e estimuladas pelas ciências biomédicas, as possibilidades singulares da existência são cada vez mais deixadas de lado em prol do viver de acordo com as orientações pré-estabelecidas.

A partir dessa perspectiva, notam-se ponderações quanto às verdades proferidas pela ciência do envelhecer. De acordo com Menezes et al. (2015), “os idosos transformaram-se em um novo nicho de mercado” (p. 602), sendo vistos hoje como pessoas ativas que seguem um estilo de vida baseado no valor da juventude; não como idosos passando por um período de decadência inevitável. Para esses autores, o envelhecimento positivo é valorizado; daí transformar-se em mercadoria. Além disso, acrescentam que “as alterações, as dificuldades na velhice são cada vez menos toleradas. Devem ser patologizadas, medi-

calizadas, revertidas. O aparato científico deve ser responsável por normalizar o envelhecimento e gerir a velhice” (Menezes et al., 2015, p. 602).

Como resultado dessa determinação sobre o que é ser saudável, Menezes et al. (2015) exploram a questão de que há um controle dos indivíduos sob perspectiva moral e política, a partir do desenvolvimento e estímulo de estratégias para se ter um controle sobre a velhice. Dessa forma, outros fatores determinantes, como aspectos econômicos, culturais e sociais passam ao largo do processo de envelhecimento, visto que há uma reprivatização da velhice (p. 602), na qual as ações individuais são enfatizadas como fundamentais para o bom envelhecimento, como a escolha de alimentação saudável. Sendo assim, o idoso com má qualidade de vida passa a se tornar o “culpado último por seu sofrimento e merecedor moral dos tormentos que o acometem” (Menezes et al., 2015, p. 608).

Entretanto, para Luz e Amatzuzi (2008), o idoso aparece como alguém que se encontra em um momento de liberdade e com o trunfo de ter um acúmulo de experiências, o que lhe possibilita e o capacita a desenvolver ainda projetos de vida e potencialidades existentes. Isto é, o envelhecer traz consigo a maior possibilidade de conhecer a si mesmo, o que pode implicar o idoso ao modo como está vivendo a sua velhice.

Envelhecer do ponto de vista biológico

A discussão sobre ‘o que é envelhecer’ pode ser abarcada por diferentes contextos, uma vez que a existência é muito mais complexa e indeterminada do que as biociências apresentam. A Psicologia também concebe o ser humano do ponto de vista enfaticamente biológico. Papalia e Feldman (2013), por exemplo, dividem o envelhecer em fases: 1) idoso jovem, categoria que engloba as pessoas entre 65 e 74 anos, as quais são consi-

deradas “ativas, animadas e vigorosas” (p. 573); 2) idoso idoso, que abriga aqueles que estão na faixa etária entre 75 e 84 anos; 3) idosos velhos, acima dos 85 anos, que “estão mais propensos a uma condição de fragilidade e doença, e têm dificuldade em administrar as atividades da vida” (p. 573). As autoras também discutem a questão da idade funcional, entendida como “a capacidade de uma pessoa interagir em um ambiente físico e social em comparação com outros da mesma idade cronológica” (p. 574). A partir disso, nota-se que um adulto com uma boa saúde e ativo pode ser visto como um idoso jovem, independentemente de sua idade, assim como um adulto com saúde mais frágil e debilitado pode ser visto como um idoso idoso, também sem depender da idade cronológica.

Outra divisão proposta pelas autoras acima referidas é entre envelhecimento primário e secundário. O primeiro é considerado como um “processo gradual e inevitável de deterioração física que começa cedo na vida e continua ao longo dos anos” (p. 573), independente das ações das pessoas. Ou seja, trata-se de perdas físicas e cognitivas consideradas naturais do ficar velho. Enquanto isso, o envelhecimento secundário aponta para as vivências ao longo da vida, como maus hábitos e doenças sofridas, que podem ser evitadas e controladas. Com isso, o “que as pessoas fazem e como vivem tem muito a ver com a forma como envelhecem” (p. 513).

Pelo viés do envelhecimento natural, biológico, Papalia e Feldman (2013) citam transformações físicas, como os declínios perceptuais, presbiopia, tendência de perda auditiva, entre outras capacidades sensoriais que vão se deteriorando. Além disso, há perda óssea e osteoporose com consequente risco pela ossatura ficar mais fina e frágil e limitação na locomoção, atribuídas à menor absorção de cálcio. Podem ocorrer também hipertensão e diabetes. No entanto, as transformações físicas mais visíveis são as mudanças na aparência: a pele mais flácida, menos firme, os cabelos mais finos e mais grisalhos. As trans-

formações cognitivas englobam diminuição na velocidade de processamento mental e o raciocínio abstrato.

Ainda segundo Papalia e Feldman (2013), as perdas físicas podem ser compensadas, como visto anteriormente. Estudos estatísticos apontam que o risco de morte na meia-idade e na velhice diminui em quatro vezes se o indivíduo mantiver em sua rotina atividades físicas, comer em abundância frutas e vegetais, beber com moderação e não fumar. A prática de exercícios físicos contribui para uma velhice mais saudável e mais longa e menor redução na mobilidade. A alimentação saudável diminui o risco de arteriosclerose, doenças cardíacas e diabetes.

O novo conceito de envelhecimento bem-sucedido mostra que as pessoas que seguem um estilo de vida mais saudável conseguem ter uma velhice com melhor qualidade, com menos doenças incapacitantes, com alta capacidade psicológica, cognitiva e física e sendo mais ativas e produtivas (Papalia & Feldman, 2013; Teixeira & Neri, 2008). Mesmo com essa tendência por um envelhecimento bem-sucedido, a ciência ainda não conseguiu chegar ao que determina de fato esse processo e nem a um consenso em relação ao termo (Nascimento, Rosa & Ribeiro, 2017; Papalia & Feldman, 2013). Por outro lado, Papalia e Feldman (2013) ponderam que o envelhecimento bem-sucedido pode ser tomado como um valor ('bem-sucedidos' ou 'malsucedidos') e sobrecarregar os idosos, "pressionando-as a alcançar padrões que elas não podem ou não querem atingir" (p. 612), o que pode ser observado, ainda, como uma forma de menosprezar o processo de envelhecimento pelo qual cada pessoa passa.

Envelhecer como questão existencial

Mais atentos à experiência pessoal de envelhecer, psicólogos de orientação existencial e/ou humanista descrevem esse momento existencial como modos de ser. Bühler (1990) define-o como um momento de “esgotamento da energia adaptativa” (p. 65). Começando a lidar com doenças que vão surgindo com o avanço da idade, a questão da finitude da vida se torna mais presente. E enfatiza que a experiência e a confiança aumentam com o avanço da idade, equilibrando a diminuição de reflexos, memória e outras habilidades. Com isso, o envelhecimento é apontado pela autora como um período em que as pessoas se deparam com uma série de “fenômenos que revelam a decadência de capacidade anteriormente absolutamente formadas, advertem o fim da vida que se aproxima como uma realidade até agora não encarada de frente” (p. 328).

Do ponto de vista da sociedade, em razão da perda de sua capacidade produtiva, Bühler (1990) aponta que o idoso é, muitas vezes, colocado de lado. O tempo na velhice muda; “o dia de trabalho tem um ritmo natural; o dia dos reformados não” (p. 338); e se torna uma dificuldade psicológica lidar com o tempo. Daí a importância de trabalhos voluntários, *hobbies* e outros modos de se manter em atividade nesse momento existencial. Retrospectivas de vida podem trazer sentimentos de pesar e culpa por “ocasiões perdidas, ao tempo desperdiçado, as decisões erradas e uma vida errada” (p. 332).

Já o futuro se apresenta curto e sem o mesmo sentido que tinha quando se era mais jovem; o idoso fica limitado na possibilidade de planejar algo objetivo para os próximos anos que virão. Dessa forma, a autora conclui que “são felizes aquelas pessoas que podem levar realizada até ao fim a sua vida de idosas, através de muitos interesses ou atividades criadoras” (p. 342). Nestas, a vida apresenta uma coerência interna, chama-

da por Bühler (1968) de “intencionalidade” (p. 184). Por outro lado, há idosos que sofrem resignados por não terem se realizado na vida e não terem energia para continuar lutando por sentido e outros que viveram vidas sem sentido nem reflexão (Bühler, 1961).

Erikson e Erikson (1998) consideram o envelhecer como um embate entre “forças psicossociais” (p. 53), as quais se mostram sintônicas e distônicas, sendo que é por meio desse choque entre as forças que o desenvolvimento se consolida, passando-se por “crises psicossociais” (p. 55). Com isso, os autores apresentaram estágios do ciclo de vida, visto que em cada um deles há um embate de forças psicossociais diferentes, começando pela infância, em que há confiança básica vs. desconfiança básica, resultando em esperança, e terminando com a velhice integridade vs. desespero e repulsa, resultando na sabedoria. Esses estágios não são determinados em função da idade, mas, sim, das experiências vividas e das crises psicossociais pelas quais as pessoas passaram.

Focando no oitavo estágio, o momento da velhice ocupa um lugar de imprevisibilidade de tempo para a trajetória de vida humana. Por ‘integridade’, Erikson e Erikson (1998), entendem a capacidade de integrar os estágios anteriores da vida, ou seja, de unir o que foi vivenciado no campo individual do ciclo de vida ao contexto histórico/social, no qual se está imerso. A esperança está presente como fé. Em contrapartida, a força psicossocial distônica, ‘o desespero e a repulsa’ pelos quais o idoso se sente paralisado nas suas experiências presentes, o faz se orientar às recordações do passado de forma nostálgica. Segundo os autores,

Especialmente quando os pacientes idosos parecem estar de luto, não apenas pelo tempo perdido e pelo espaço esgotado, mas também pela autonomia enfraquecida,

iniciativa perdida, falta de intimidade, generatividade negligenciada – para não falar em potenciais de identidade ignorados ou, de fato, uma identidade vivida muito limitadamente (p. 59).

À medida que a perda de capacidades vai chegando, autoestima e confiança podem ir diminuindo, de modo que “enfrentar o desespero com fé e humildade apropriada talvez seja o caminho mais sábio” (Erikson & Erikson, 1998, p. 95).

Perdas cognitivas e físicas vêm acompanhadas de perda na autoconfiança e favorecem o surgimento do desespero e de estados depressivos. Perdendo autonomia, o idoso pode ter que ficar sob o cuidado ou controle de outrem, sentindo-se estagnado e inútil. Suas iniciativas tornam-se mais cautelosas e com ritmo mais lento. Numa sociedade como a nossa, que preza por competência e produtividade, podem vir sentimentos de inadequação e incerteza sobre seu lugar, sua função, sua identidade existencial. Também vêm sentimentos de solidão e dificuldade de se relacionar com os outros. Erikson e Erikson (1998) concluem que na nossa sociedade “os indivíduos idosos são frequentemente ostracizados, negligenciados e desprezados; os idosos não são mais vistos como portadores de sabedoria, mas como personificação da vergonha” (p. 103), vítimas de desprezo e repulsa. Nossa sociedade valoriza a juventude e não a sabedoria adquirida com a experiência.

É possível, nessa fase existencial, a ‘gerotranscendência’, a qual evidencia “uma mudança na meta perspectiva, de uma visão materialista e racional para uma mais cósmica e transcendente, normalmente seguida por um aumento na satisfação com a vida” (Erikson & Erikson, 1998, p. 110). O idoso passa a entrar em contato consigo mesmo, compreendendo e aceitando as mudanças que ocorreram e ocorrem em sua existência, libertando-se da competição da sociedade produtiva, deixando de ter pressa para viver.

Para Pompeia e Sapienza (2004), o envelhecimento é a possibilidade de amadurecimento. A existência é ampliada ao longo da vida, sendo que “tudo aquilo que já fez parte do percurso [...] permanece ali. Isso quer dizer que se ampliam as possibilidades, aparecem novas formas de relacionamento com o mundo” (p. 122), concepção essa que se contrapõe à biologicizante do envelhecimento.

Sobre a importância do saber receber, postura essa que não indica passividade, mas, sim, uma disponibilidade para acolher o que é apresentado, Pompeia e Sapienza (2004) afirmam:

A maturidade é o momento da plenitude no sentido da disponibilidade para repartir, para compartilhar. Isso pressiona o homem, exige-o. Por outro lado, é a hora também de compreender a importância do receber. O ato de receber fundamenta o sentido da ação de dar. Aquele que recebe faz por aquele que doa a função de permitir que o sentido do dar aflore (p. 132).

A maturidade existencial é, assim, uma expansão, uma entrega ao mundo e ao outro, tendo em vista que a condição humana é a de ser-no-mundo, o que implica uma maior capacidade de “debruçar-se para compartilhar, para proporcionar, para permitir que as coisas sejam” (Pompeia & Sapienza, 2004, p. 143). Concomitantemente, nota-se maior aproximação de si mesmo, situação que resulta em maior compreensão da singularidade de outras pessoas. Vem a possibilidade de enxergar as situações vividas como uma forma de se envolver no mundo em que se encontra, com maior receptividade e participação, além de que o tempo passa a ser vivido como oportunidade. As situações chegam como ocasiões de escolha entre participar ou se afastar e, assim, seguir constituindo a própria identidade a partir de tais experiências.

Segundo Pompeia e Sapienza (2004), há uma diminuição de potência que “pode trazer um certo desencanto, pode afetar nossos sonhos” (p. 148), assim como se ganha maior consciência de que toda escolha implica renúncia. Esse desencanto é a compreensão da indigência existencial, de que a vida não acontece exatamente como se queria. Indigência e mortalidade se aproximam: não poder tudo é saber que não se viverá para sempre; a maturidade realça a condição finita do humano, para quem morrer é uma questão presente a todo momento da vida.

Ser mortal diz respeito não apenas a uma limitação final pela morte que acontecerá um dia, mas diz respeito também à percepção de todos os outros limites a que estamos sujeitos, entre os quais se incluem a ausência de quem gostaríamos de ter próximo, a percepção da precariedade presente de todo lado, a aceitação de que não podemos tudo. O modo de ser maduro está presente quando conseguimos conviver com tudo isso (Pompeia & Sapienza, 2004, p. 137).

A maturidade existencial acontece, assim, como um transbordamento, como uma plenitude que:

[...] de tão pleno transborda. É aquele pleno marcado pela aceitação, pela entrega, pelo compartilhar, pela paciência, pela responsabilidade; que pode conter todos os vazios que provêm da falta, da ausência, da renúncia, da incerteza; que tem mais o sabor do fruto que o exibicionismo da flor; que transborda no recolhimento. (Pompeia & Sapienza, 2004, p. 151)

O envelhecimento bem-sucedido baseado em uma boa qualidade de vida, até aqui discutido, revela regras e imposições generalizadas que apontam para um cuidado da saúde de forma impessoal. Sendo esse cuidado sustentado por meio de estatís-

ticas biomédicas e de dados objetivos, uma vez que a ciência se insere no contexto atual como normatizadora da vida humana (Menezes et al., 2015). Por outro lado, segundo Luz e Amatu-zzi (2008), a velhice se mostra como um momento de busca interior e autoconhecimento, apontando que os idosos possuem plena “capacidade de ajustar seus projetos de vida segundo suas condições presentes” (p. 306).

Sternad (2021), analisando o envelhecimento sob a ótica da fenomenologia, defende que, mais que psicológico, se trata de um processo espiritual², relacionando-se com o modo como cada uma tece sua narrativa biográfica. Isto é, seu foco é como a pessoa vivencia e significa seu envelhecer, sendo, portanto, modificado ao longo da vida. Articula-se, aqui, uma concepção de temporalidade existencial, por qual a “extensão de nosso passado cresce continuamente, enquanto a extensão de nosso futuro encolhe a cada dia. A extensão do presente, entretanto, fica cada vez mais comprimida entre a extensão crescente do passado e a extensão diminutiva do futuro” (p. 314). Ademais, o envelhecer precisa ser pensado à luz da dialética entre o perceber-se e o ser percebido pelos outros. Nesse sentido, pode-se afirmar que a idade é uma atribuição social, que chega carregada de valores culturais. “É um processo,” afirma o autor, “em que tenho que me atualizar a mim mesmo, frente aos outros, e um processo em que os outros atualizam a imagem que têm de mim” (p. 317). Este processo dialético é muito frequentemente conflituoso, pois quem alguém se concebe sendo não harmoniza com a imagem que os outros têm de si. O conflito aumenta quando levamos em conta que o outro também é internalizado e cada pessoa se olha a partir de si e dos outros concomitantemente. E o autor conclui:

2. O autor utiliza o termo ‘espiritual’ no sentido de Max Scheler, que envolve atos intencionais e de significação necessariamente pessoais.

Portanto, é uma importante lição a se tirar contra o reducionismo popular do envelhecimento que considera somente o envelhecimento celular ou a ‘atitude’ em relação ao envelhecer. [...] Nós coincidiríamos com o envelhecimento dos componentes materiais e todo o drama humano envolvido no fenômeno especificamente humano do envelhecer seria perdido (p. 318).

Os autores fenomenológicos consideram o envelhecimento como um processo individual e social, cujos significados são compartilhados culturalmente. Nesse sentido, não pode ser pensado estritamente em termos do envelhecimento biológico, que individualiza essa experiência. Ademais, enquanto discurso social sobre o envelhecimento, a senecultura compartilha valores com a sociedade em que se inscreve. Isto exige que, antes que se compactue com o envelhecimento saudável propagado pela senecultura, se dê um passo para trás e tome-se em consideração a contemporaneidade. Nessa perspectiva, vale a pergunta: Com isso, apesar de a qualidade de vida ser quantificada em indicadores que preveem, dirão, o sucesso do envelhecimento, cabe aqui o questionamento: há qualidade de vida durante esse processo?

A Contemporaneidade: A Sociedade do Cansaço

Byung-Chul Han (2017) analisa a sociedade neoliberal e digital na qual hoje vivemos sob o prisma biopolítico e de seus efeitos psicológico-existenciais. A senecultura não escapa dos tentáculos desse modo de ser: torna-se performance e o idoso torna-se mercadoria. O século XXI vê a responsabilidade individual por fazer-se a si mesmo com sucesso acirrada. A questão do bom desempenho se torna central, o que estimula doenças mentais, como a síndrome de *Burnout*. O positivismo

científico, cujo desdobramento no campo do envelhecimento se dá na forma de descrição dessa fase existencial do ponto de vista biológico, coaduna-se a uma sociedade da positividade, que não tolera a falta, a falha, o desconhecido, o oculto, o improdutivo, em suma, o que o autor chama de negativo. Nota-se também, que é uma sociedade baseada no que ele chama de positividade, isto é, em que os indivíduos sempre podem fazer e alcançar o que desejam, por meio de um desempenho. Nesse contexto, não cabe um olhar contemplativo para a vida e os sujeitos da contemporaneidade permanecem perdidos na ‘fazeção’ performática, buscando o alto desempenho na produção de si mesmos.

Han (2017) aponta para uma falsa ideia de liberdade na contemporaneidade, visto que as pessoas continuam subordinadas não a um indivíduo externo mandante, mas a si mesmas; situação que provoca “um cansaço e um esgotamento excessivos” (p. 70). A “sociedade do desempenho” (p. 23) visa à maximização da produção. Os comportamentos não são mais pautados por regras disciplinares, em que há algum superior exigindo produtividade. O indivíduo está posto como controlador, senhor e patrão de si mesmo, com a falsa ideia de ser autônomo; “empresários de si mesmos” (p. 23). Essa nomeação do indivíduo atual indica que ele próprio se cobra para ter um desempenho de alto nível, exercendo, assim, uma autoexploração para que alcance uma realização. Percebe-se, então, a presença de uma liberdade paradoxal, na medida em que “o explorador é ao mesmo tempo o explorado. Agressor e vítima não podem ser distinguidos” (p. 30).

Como sintetiza Mallamaci (2017),

Han vê a aparição de um programa onde os sujeitos creem não estar submetidos porque podem projetar seu eu sobre o modelo do empreendimento pessoal, mas na

realidade se submetem às coações internas do rendimento e à otimização. A liberdade do poder fazer e empreender a partir da ideia de capital humano é ilimitada, mas termina gerando mais coações que o dever do disciplinamento. Aparece, então, um sujeito de rendimento que pretende ser livre, mas é um escravo absoluto, já que ele mesmo é seu amo. O sujeito de rendimento não responde a forças externas de disciplinamento produtivo, mas, outrossim, autoexplora-se de forma voluntária (p. 77).

Han (2017) define, então, o século XXI como a época das doenças neuronais, tais como depressão e síndrome de *Burnout*; o que ele chama de “violência neuronal” (p. 17) inerente ao sistema e que resulta em “infartos psíquicos” (p. 20). Esses podem ser vistos como um colapso do indivíduo em função de uma sobrecarga de produção e de desempenho, visto que “frente ao eu-ideal, o eu real aparece como fracassado” (p. 102). Ou seja, o envelhecimento bem-sucedido parece estar ao alcance de todos, basta que se empenhem. Porém, a violência neuronal, observada pelo filósofo, é “permissiva e pacificada” (p. 19), inerente à sociedade contemporânea, tornando-se invisível. Associada a um sentimento de liberdade que permeia a percepção de que o indivíduo não é explorado por um outrem, conduz ao sofrimento existencial, fazendo com que se produzam “depressivos e fracassados” (p. 25).

O tempo na sociedade do desempenho fica limitado ao trabalho; o tempo para o tédio é malvisto e pouco tolerado. A pressa e exigência de performance limita a capacidade de compreender o que é sentido diante do que se experiencia. Com isso, a autocobrança e o superdesempenho, relacionados com a falta de tempo para a contemplação da existência, produzem uma sociedade do cansaço, na qual “o excesso da elevação do desempenho leva a um infarto da alma” (Han, 2017, p. 71).

Envelhecer na Sociedade do Cansaço

A maneira como os estudos científicos olham para o processo de envelhecimento, a partir de uma percepção de cobrança do próprio ser para manter uma qualidade de vida durante a velhice, pode ser vista como uma manifestação da sociedade do desempenho. Responsabilizar cada indivíduo pelo que pode vir a acontecer em um futuro aberto e indeterminado – cenário que representa um aspecto de negatividade para essa sociedade – impondo que seja feito um planejamento de vida saudável pode conduzi-lo a sentimentos de culpa. Pensando nisso, o envelhecimento bem-sucedido promove qualidade de vida ou traz um sofrimento existencial à vida atual?

A sociedade do desempenho veicula aos indivíduos a falácia do poder ilimitado, pelo qual se é responsável pelo próprio desempenho, o que inclui o papel ativo pelo cuidado de si mesmo obedecendo ao que a ciência positiva define como saudável. Ao associar o envelhecimento à qualidade de vida que provém de uma quantidade mínima exata de exercícios físicos por semana, a existência internaliza uma determinação impessoal do que é bom para ela mesma e como deve proceder. Ou seja, já está disponível o caminho para a vida saudável, de sucesso, bastando que se o siga. No entanto, não seria essa forma homogênea de vida saudável, imposta por uma ciência positivista biologizante, uma eliminação de possibilidades próprias de cada existência?

Essa homogeneização encobridora de diferenças particulares pode ser considerada mais uma forma de manifestação da sociedade do desempenho, em que as pessoas tendem a se relacionar com o igual, já que este enaltece a positividade e esta, por sua vez, possibilita o desempenhar (Han, 2017). Durante essa busca pelo igual, há um choque com questões culturais, visto que, por exemplo, comidas típicas que representam a his-

tória de uma população são significadas como de má qualidade para a vida futura e, por isso, devem ser evitadas. Porém, evitar, no presente, o que é significado como prejudicial para um futuro (que é indeterminado) não significaria limitar as relações sociais que são promovidas pelo encontro com a cultura? As determinações científicas do bom envelhecer não estariam eliminando a singularidade e a história cultural das pessoas? Seria a busca pelo igual a única forma de se envelhecer bem e ter uma boa qualidade de vida?

Na busca pelo igual no processo de envelhecimento, deparamo-nos ainda com a necessidade de cuidar da aparência. Na sociedade que privilegia o poder fazer, sem limitações, a aparência idosa lembra limite: limite da vida, de potência, do corpo. Em função disso, os cuidados com a pele e com o corpo são mais evidenciados durante a trajetória de vida, já que é justamente na aparência que a pessoa se encontra com o envelhecimento de forma mais nítida. É pela aparência que muitas pessoas se percebem envelhecidas. Com isso, os centros de estética que oferecem serviços para manter a pele jovem, os produtos de beleza que promovem o rejuvenescimento e o retardamento da velhice, cirurgias plásticas que tiram as marcas de expressão ganham cada vez mais espaço no mercado e na vida das pessoas. O cultivo de aparência saudável, sinônima do bom envelhecimento, torna-se sinônimo de autocuidado. Por que seria preciso remover as marcas de expressão e as rugas? Para parecer sempre jovem e saudável? A aparência idosa necessariamente tem que remeter a algo ruim?

A autocobrança que é envolvida nesse processo de envelhecimento coloca o ser em contato com um futuro que deve ser planejado ao longo da vida – desde já. Planejar-se faz parte da vida, uma vez que oferece segurança. Um futuro aberto e indeterminado pode ser frustrante e angustiante para uma existência que se orienta pela espera do já determinado. Em razão disso, a ciência positivista do envelhecer se torna hegemônica,

visto que fornece informações sobre como planejar e realizar o envelhecimento saudável e de sucesso. Mas... o futuro é passível de determinação? Nesse contexto epistemológico e existencial, pode o futuro aparecer como imprevisto, imprevisível, indeterminado?

Nesta sociedade em que o sujeito do desempenho tem o tempo tomado por afazeres, o envelhecer com sucesso parece se colocar como mais uma tarefa no cotidiano; ter que comer bem, ter que praticar exercícios físicos, ter que cuidar da pele. Esse 'ter que' não provém necessariamente de um olhar para si mesmo, mas de orientações gerais impostas pela senecultura biológica e implica uma existência imprópria (determinada por outros, alheia). O tempo para mergulhar em si mesmo, para refletir e sopesar a trajetória existencial, é considerado um tempo inútil em que nada se produz. Será, então, que esse afastar da singularidade da própria vida em nome de ser como o sujeito neutro da especulação científica conduz a existência a um bom envelhecimento e expressa realmente uma boa qualidade de vida?

Durante a trajetória de vida, as pessoas se deparam com possibilidades de escolhas. A cada decisão existencial tomada, outras tantas são negadas. Ainda que a sociedade do desempenho enalteça a positividade do ser, ao colocar como possível tudo aquilo que é desejado, a existência, em algum momento, terá de lidar com a negatividade do não poder fazer, do não poder ser. Como resultado disso, os sentimentos de culpa e de fracasso podem emergir, levando a pessoa a questionar as suas escolhas. Será que seguir uma vida baseando-se no que outros determinam diminui os sentimentos de culpa e de fracasso?

A partir da interpretação existencial do envelhecer, pode-se compreender a tarefa de entrega ao mundo e abertura a si e ao outro. É um momento em que a vida vivida – no passado e para o futuro – se revela como possibilidade e como ocasião de responder a pergunta: quem sou eu? Além disso, a aceitação

da indigência existencial é terreno fértil para ser experienciada e abarcada, uma vez que o tema da finitude da vida suspende a crença em um poder ilimitado. Pensando nisso, a ciência do envelhecer, ao estabelecer soluções para um envelhecimento bem-sucedido, retira da existência a autonomia para tomar decisões próprias quanto a como viver sua vida. Assim, retornamos à pergunta inicial: o modo como o envelhecimento bem-sucedido está sendo proposto traz mesmo qualidade de vida?

Referências

- Bühler, C. (1961). Old age and fulfilment of life with considerations of the use of time in old age. *Vita humana*, 4(3), p. 129-133, 1961.
- Bühler, C. (1968). The course of human life as a psychological problem. *Human Development*, 11, 184-200.
- Bühler, C. (1990). *A psicologia na vida do nosso tempo*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Chaves, T. O. et al. (2016). Influência do hábito de exercício na infância e adolescência na flexibilidade de adultos sedentários. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, 22(4), 256-260. <https://doi.org/10.1590/1517-869220162204159118>.
- Erikson, E. H. & Erikson, J. M. (1998). *The life cycle completed*. 1. ed. New York: W. W. Norton, 1998.
- Filho, W. J. (2009). Fatores determinantes do envelhecimento saudável. *Boletim do Instituto de Saúde (Impresso)*, 47, 27-32.
- Han, B.-C. (2017). *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Luz, M. M. C. et al. (2008). Vivências de felicidade de pessoas idosas. *Estudos de Psicologia*, 25(2), 303-307. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000200014>.
- Mallamaci, M. G. (2017). El poder psicopolítico en las sociedades postdisciplinarias del homo digitalis: apuntes sobre el pensamiento de Byung-Chul Han. *Revista Latina de Sociología*, 7(1), 74-94. <http://hdl.handle.net/2183/22586>
- Mantovani, E. P. et al. (2016). Associações entre significados de velhice e bem-estar subjetivo indicado por satisfação em idosos. *Revista brasileira de geriatria e gerontologia*, 19(2), 203-222.
- Menezes, M. F. G. et al. (2015). Reflexões sobre alimentação saudável para idosos na agenda pública brasileira. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 18(3), 599-610. <https://doi.org/10.1590/1809-9823.2015.14235>.
- Nascimento, E. et al. (2017). The importance of research on the perception of successful aging. *MOJ Gerontology Geral*, 2(5), 1-3. <http://doi.org/10.15406/moj-gg.2017.02.00066>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Envelhecimento ativo: uma política de saúde* [PDF]. Brasília: Organização Pan-americana da Saúde. Disponível em: <https://bvs-ms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf>

Papalia, D. & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento humano*. 12. ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda.

Pompeia, J. A. & Sapienza, B. T. (2004). *Na presença do sentido: uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas*. São Paulo: EDUC.

Raymundo, T. M. et al. (2017). Treino cognitivo para idosos: uma estratégia interventiva utilizada pela Terapia Ocupacional. *Revista Ocupación Humana*, 17(2), 5-19. <https://doi.org/10.25214/25907816.168>

Ribeiro, P. C. C. et al. (2018). Permanência no mercado de trabalho e satisfação com a vida na velhice. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(8), 2683-2692. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018238.20452016>.

Rosa, F. H. M. et al. (2018). Relato de experiência de um grupo de apoio à proatividade e ao envelhecimento. *Revista Kairós-Gerontologia*, 21(4), 299-315. <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2018v21i4p299-315>

Santana, R. F. et al. (2005). Como tornar-se idoso: um modelo de cuidar em enfermagem gerontológica. *Texto & contexto enfermagem*, 14(2), 202-212. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072005000200007>.

Santos, F. H. et al. (2009). Envelhecimento: um processo multifatorial. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 3-10. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/FmvzytBwzYqPB-v6x6sMzXFq/abstract>

Silva, A. C. S. et al. (2010). Promoção do autocuidado de idosos para o envelhecer saudável: aplicação da teoria de Nola Pender. *Texto & contexto enfermagem*, 19(4), 745-753. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072010000400018>

Silva, H. S. et al. (2010). Envelhecimento bem-sucedido e vulnerabilidade em saúde: aproximações e perspectivas. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 14(35), 867-877. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832010005000034>

Sternad, C. (2021). When time becomes personal. Aging and personal identity. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 20, 311-319. <https://doi.org/10.1007/s11097-020-09726-7>

Teixeira, I. N. A. O. et al. (2008). Envelhecimento bem-sucedido: uma meta no curso de vida. *Psicologia USP*, 19(1), 81-94. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642008000100010>

**Formação e exercício
profissional da Psicologia**

“Instagramação” da Psicologia:
A mercantilização do cuidado

**Eduarda Macedo Ferreira; Frederico Tunes e Sousa;
Gabriela Maria Leroy Viana; Gisleide da Costa Santos;
Gregory Nicolás Santos; Gustavo Ferreira de Barros;
Leidiane Maria da Silva Leonardo; Louise Maffre Dupuis**

Introdução

De acordo com o filósofo Byung-Chul Han, a sociedade atual é marcada pela positividade e pelo desempenho, de modo que são desconsiderados os processos lentos e dolorosos, a fim de se olhar apenas para os resultados, dos quais se espera imediatez e sucesso. Com isso, os indivíduos são absorvidos por uma realidade imaginária que, embora distante daquela experienciada em seu dia a dia, se constitui tal qual um grande objetivo. Para isso, há uma autocobrança excessiva em produzir e ser positivo, resultando em uma exposição massiva nas redes sociais (Han, 2017a; Han, 2017b; Han, 2018).

O acesso ao virtual está cada vez mais presente no cotidiano das pessoas do século XXI. Dessa forma, as redes sociais tornam-se, para além de um meio de comunicação, um modo de divulgação de serviços. Segundo Han (2017a), “na sociedade expositiva cada sujeito é seu próprio objeto-propaganda; tudo se mensura em seu valor expositivo” (p. 31). A Psicologia não escapa dessa lógica, uma vez que psicólogas(os) se utilizam desse recurso para promover seus trabalhos, inclusive como forma de ampliar a agenda de clientes para atendimentos clínicos. Quando psicólogas(os), entretanto, usam as redes de uma maneira dissonante do proposto pelo Conselho Federal de Psico-

logia (CFP), isso pode se apresentar como uma problemática. De acordo com a Resolução do CFP Nº 003/2007¹, capítulo II referente à Publicidade Profissional Art. 56, ao psicólogo é proibido utilizar-se de técnicas sensacionalistas em detrimento de outros profissionais, para promover-se, prever resultados e propor meios que não sejam científicos ou que fujam à função do profissional.

Dessa maneira, há orientações próprias do CFP para a articulação profissional no espaço virtual (Resolução CFP Nº 11, de 2018; Resolução CFP Nº 4, 2020). Han (2017b) explora as consequências da transição de uma sociedade disciplinar para uma sociedade do desempenho, na qual “cada um carrega consigo seu campo de trabalho. A especificidade desse campo de trabalho é que somos ao mesmo tempo prisioneiro e vigia, vítima e agressor.” (p. 25). Num excesso da positividade do fazer, a Psicologia traz como potencial a chance de reflexão, pensamento e escolha do que fazer ou não. A investigação desse campo de trabalho, e de que forma ele produz resistência ou conformidade aos modelos de subjetivação produzidos na sociedade sob a ótica de Han, traz a possibilidade de entender: 1) as(os) psicólogas(os) como sujeitos expostos às mesmas pressões, internas e externas, de uma Sociedade do Desempenho; e 2) de que forma esse regime de subjetividade afeta o saber-fazer da Psicologia e seu objetivo político-existencial.

Diante da exposição nas redes, movimento que se apresenta ilusoriamente como totalmente livre, independente de um mediador (Han, 2018), as pessoas buscam se expor da forma mais “transparente” possível (Han, 2017a). Cabe, entretanto, questionar como a ascendência do capitalismo digital tem influenciado a prática psicológica. Objetivando elucidar essa questão, o presente trabalho busca investigar a atuação de psi-

1. A resolução completa encontra-se disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/02/resolucao2007_3.pdf

cólogas(os) nas redes sociais, e, mais especificamente, no Instagram. Com os objetivos específicos de compreender como a atuação digital impacta na profissão, observar se há uma separação do espaço privado e profissional na vida da(o) psicóloga(o) *instagrammer*², e investigar qual é o papel da Psicologia em relação aos efeitos subjetivos de uso exacerbado da mídia.

Método

Como ponto de partida para a construção dos questionamentos levantados no presente ensaio, utilizaram-se as obras de Byung-Chul Han, em especial *Sociedade do cansaço* (2017b), *Sociedade da transparência* (2017a) e *No enxame: Perspectivas do digital* (2018), as quais serviram de embasamento para reflexões na análise de perfis públicos de psicólogas(os) na rede social Instagram; e isso ao pensá-los à luz do contexto apresentado por Han. Desse modo, realizou-se um diálogo entre as publicações acerca de publicidade profissional da Psicologia no Instagram e as obras de Han, empregando uma revisão bibliográfica não sistemática como recurso metodológico; quando necessário, recorrendo às principais bases de dados online de artigos relacionados ao tema da pesquisa, utilizando o computador e a internet. Cabe salientar o recorte temporal estabelecido para a análise das publicações na rede social, o qual se restringiu ao período de julho de 2021 a janeiro de 2022, no intento de apreender a atualidade do tema. Além disso, a análise não se estendeu a outras mídias digitais além do Instagram e tampouco ao conteúdo de cursos ou materiais fora dos perfis públicos das(os) profissionais.

2. O termo *instagrammer* se refere a qualquer pessoa que faça uso da plataforma Instagram. Aqui, direcionamos a atenção para os profissionais da Psicologia que usam a rede social para promover seu trabalho e ganhar reconhecimento e/ou dinheiro.

Na escolha dos perfis, foi estabelecido um critério de no mínimo 10 mil seguidores, pensando no alcance e impacto que os conteúdos produzidos são capazes de atingir. Alcançado esse requisito mínimo, foi feita uma análise qualitativa do teor das publicações, observando a existência ou não de elementos considerados questionáveis ou emblemáticos das características da sociedade atual dentro do pensamento de Han. Foram selecionados três perfis, cada um exemplificando uma problemática identificada: 1) a transgressão da barreira mercadológica da propaganda, 2) a prática considerada irresponsável ou superficial e 3) a mistura do pessoal e profissional dentro do mesmo perfil.

Tomou-se como critério, também, a necessidade das(os) proprietárias(os) dos perfis analisados serem profissionais de psicologia com registro ativo no Conselho Regional de Psicologia (CRP), verificação realizada por meio do Cadastro Nacional de Psicólogas(os) no site oficial do CFP. Esse critério se justifica para que seja possível avaliar os preceitos da legislação da profissão e, especialmente, do Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP) de forma coerente, considerando que muitas(os) profissionais não-psicólogas(os) fazem uso de redes sociais para falar sobre o referido campo, por vezes, constituindo-se como exercício ilegal da profissão.

Os perfis analisados neste trabalho foram organizados da seguinte maneira: 1) o perfil de uma psicóloga que se coloca como empreendedora na Psicologia, ensinando às(aos) psicólogas(os) como aumentar o número de clientes e, conseqüentemente, o ganho com a psicologia clínica; 2) o perfil de uma psicóloga que divulga de forma superficial os conteúdos sobre esta área de conhecimento; e 3) o perfil de uma psicóloga que envolve a vida pessoal para fins profissionais no Instagram. Para este fim, os perfis serão mantidos em sigilo, devido às questões éticas.

Discussão

A fim de pensar sobre como tem sido a inserção de psicólogas(os) nas redes sociais digitais, foi feita a escolha para este estudo da plataforma online Instagram. O Instagram é um aplicativo para dispositivos móveis, que permite o acesso online, onde pode ser realizado o compartilhamento de fotos e vídeos entre os usuários da plataforma que têm acesso ao perfil de quem as compartilha. Segundo dados observados por Kemp (2020), no Brasil cerca de 140 milhões de pessoas (66% da população brasileira) fazem uso de plataformas digitais para se relacionar, sendo que, dessas, 79% relataram fazer uso do Instagram. Além disso, a pesquisa de Kemp (2020) encontrou que 51% dos usuários do Instagram o utilizam para fins de trabalho. Dessa forma, atualmente, pode-se observar que a plataforma digital Instagram ganhou um considerável espaço nas relações interpessoais, assim como nas relações profissionais dos brasileiros. A Psicologia também passou a ocupar um espaço no Instagram a partir de profissionais que se colocam na rede social digital em busca de divulgarem o trabalho que fazem. Baseando-nos nesses perfis, foram observadas diferentes formas de exposição, com uma visão mais mercadológica da profissão, neste espaço.

De acordo com o dicionário online Infopédia, o neologismo “*Instagramar*” significa “publicar (fotografia, vídeo) na rede social Instagram”. O fenômeno aqui identificado como *Instagramação*, no entanto, não se trata da mera adesão de profissionais à rede social, mas lida, sim, com a potencial mudança lógica de subjetividade que essa adesão pode significar. Han (2017a) coloca que a “coação por exposição que coloca tudo à mercê da visibilidade faz desaparecer a aura enquanto ‘manifestação de uma distância’” (p. 16). O autor discute como há uma perda do valor cultural com a ascensão do valor de exposição, numa perfeita consonância com a essência do capitalismo. Sem entrar no mérito

de como essa mudança lógica impacta outras áreas, é importante localizar a Psicologia enquanto campo de conhecimento, atuação profissional e, para além disso, como um projeto ético-político de transformação da sociedade. Ignacio Martín-Baró (1996) aponta para essa perspectiva: “Daí o imperativo de examinar não só o que somos, mas o que poderíamos ter sido; e, sobretudo, o que deveríamos ser frente às necessidades de nossos povos, independentemente de contarmos ou não com modelos para isso” (p. 13).

A manifestação da distância que se perde, e, com isso, o valor cultural, para Han, pode significar uma chave para a preservação ou, pensando de forma mais radical, o resgate ou invenção de uma Psicologia que tenta escapar da produção da ordem estabelecida e se firmar como ponto de resistência. Martín-Baró (1996) propõe que o “fazer do psicólogo busque a desalienação das pessoas e grupos, que as ajude a chegar a um saber crítico sobre si próprias e sobre sua realidade” (p. 17), num processo de conscientização. Na análise dos perfis selecionados, buscou-se entender até que medida o fazer psicológico estava comprometido com a promoção da crítica e reflexão, ou se tornou um instrumento de reprodução das exigências impostas pelo sistema hegemônico.

Exposição Mercadológica Da Psicologia

Psicologia como empreendimento de marketing digital

O perfil escolhido para este tópico conta com mais de 100 mil seguidoras(es) (perfil 1), que recebem diariamente postagens sobre como “lotar a agenda em menos de um ano” (perfil 1, publicado em 17 de janeiro 2021) no exercício da Psicologia Clínica. Ele busca ensinar estudantes de Psicologia e profissionais formadas(os) como conquistar clientes de psicoterapia a partir do marketing digital, objetivando o sucesso financeiro na profissão. Sendo assim, utiliza a lógica mercadológica ao dar dicas de como vender a Psicologia.

Para este fim, disponibiliza um curso próprio com módulos de atividades que abarcam desde estratégias digitais, como frequência de postagem, o que colocar na legenda de fotos/vídeos, aplicativos para auxiliar neste processo de produção; até mesmo à preparação da(o) profissional, como, por exemplo, falar das crenças limitantes para a exposição ou até dos medos existentes – o que em uma postagem é nomeado como “ladrões do seu sucesso” (perfil 1, publicado em 14 de janeiro 2021). Outra estratégia utilizada é a divulgação em postagens com retorno satisfatório daquelas(es) que compraram o curso e fizeram um depoimento demonstrando o quão importante foi ter acesso a tais conhecimentos, sempre enfatizando a importância do curso no ganho de público e na quantidade de clientes para acompanhamento.

São postagens diárias, demonstrando que o sucesso para o empreendimento parte da(o) profissional. Contudo, ressaltam que, para ser bem-produzido, é importante ter um “*head de Marketing*” – pessoa com conhecimentos específicos sobre o espaço digital e sobre a produção de conteúdo de qualidade para alcançar o sucesso, ou seja, uma mentoria de marketing digital. Dessa forma, este perfil se coloca como um especialista que prepara pessoas profissionais da Psicologia para “dar o primeiro passo” (perfil 1, publicado em 22 de janeiro de 2021) para ser bem-sucedido.

Segundo Han (2017a), “a economia capitalista submete tudo à coação expositiva, é só a encenação expositiva que gera valor, deixando de lado todo e qualquer crescimento próprio das coisas” (p. 18). É partindo da lógica de mercado, da pressão pelo bom desempenho, da agenda lotada de clientes que psicólogas(os) têm o seu valor medido nesta sociedade. Han (2017a) coloca ainda que “a falta de distância não é proximidade; ao contrário, ela a aniquila” (p.20), o que em uma profissão, como a Psicologia – na qual é preciso se dispor, se entregar ao cliente para sutilmente ir tecendo a intimidade a cada encontro

(Canello, 1991) – não é cabível. Assim, na sociedade do “*Yes, We can*” (Han, 2017b), da motivação para o sucesso, perde-se de vista a beleza da narrativa, do próprio tempo que a vida requer para que aconteça.

Psicologia a partir de conteúdos superficiais

Outro perfil selecionado de uma psicóloga (perfil 2), que possui mais de dez mil seguidores, afirma que existem sintomas que não parecem ansiedade, mas são: procrastinação, falta de concentração, irritabilidade constante, pensamento e preocupação em excesso, chorar sem motivo (perfil 2, publicado em 16 de novembro de 2021). Essa colocação levanta questionamentos, na medida em que é incerto se todas as pessoas que cumprem esses requisitos podem ser consideradas ansiosas patológicas, na medida em que a afirmação gera um contexto de generalização que elimina a análise individual e qualificada, no caso a caso. A mesma psicóloga lista dicas do que fazer em uma crise de ansiedade, que são: “respire lentamente, pensamentos não são fatos, você é capaz (de superar a crise)” (perfil 2, publicado em 6 de setembro de 2021). Não há questionamentos sobre o que seria uma crise de ansiedade, o que estaria causando essa crise ou as diferentes vivências individuais da ansiedade. Há ainda “5 formas de dar um nocaute na procrastinação: 1) O despertador tocou? Levante da cama; 2) Coloque suas tarefas no dia no checklist; 3) Elimine as distrações durante o trabalho ou estudo; 4) Faça uma tarefa por vez; 5) Divida as tarefas em pequenos passos” (perfil 2, publicado em 30 de novembro de 2021).

Han (2017b) aponta as doenças neuronais como: depressão, transtorno de déficit de atenção (TDAH), Síndrome de Burnout etc. como uma paisagem patológica do século XXI. Esse cenário se evidencia nas redes sociais, especialmente de

profissionais em psicologia. As postagens sobre como acabar com a procrastinação, aumentar produtividade, curar a ansiedade, eliminar a insônia são numerosas e seguem a lógica da positividade evidenciada por Han (2017b): eliminar tudo que é negativo. O indivíduo é “senhor e soberano de si mesmo” (p. 29) e depende exclusivamente dele conseguir seus objetivos e/ou eliminar tudo que possa ser compreendido como obstáculo; e tudo isso de forma rápida, para que o sujeito possa desempenhar suas funções. Assim, postagens com passos e roteiros simplistas acabam por abordar de forma rasa e superficial assuntos que necessitam de cuidado, visto que são causas de sofrimentos para muitas pessoas.

A tratativa que se dá para esses assuntos no Instagram segue a lógica do próprio site e, de certa forma, da nossa sociedade. Isto é, o que se oferece são diagnósticos *express* e soluções rápidas, nada de tratamentos demorados ou reflexões que possam causar, momentaneamente, mais angústia que alívio; afinal, o intuito é possibilitar que o sujeito do desempenho descrito por Han (2017b) exerça o seu papel de produtividade e positividade.

Confusão Entre Perfil Pessoal X Profissional

Exposição da vida pessoal e da imagem em perfil profissional

A partir da análise das postagens de um perfil (perfil 3), que conta com quase 60 mil seguidores, é possível perceber que a exposição de aspectos da vida pessoal da psicóloga *instagrammer* e pequenas lições de vida se mesclam nas publicações do seu perfil profissional como uma estratégia de engajamento. Como exemplo, a fim de fazer uma breve reflexão sobre o tema do amadurecimento, a psicóloga faz uma publicação na qual compartilha com o público os percalços de um processo de uso continuado de métodos contraceptivos que a levou a precisar

fazer uma cirurgia uterina. Na publicação, ela explica a intenção da sua auto exposição: “Conhecer as experiências de outras pessoas também pode ser muito engrandecedor [...]. Por isso, decidi me “despir” aqui com vocês, principalmente com outras mulheres que talvez se conectem com minha história” (perfil 3, publicado em 17 de dezembro de 2021).

Ao abordar o tema da “sociedade expositiva” (Han, 2017a, p.16), o autor trabalha a autoexposição obscena e mercadológica que serviria para angariar alguma visibilidade no domínio da Sociedade da Transparência. Sobre essa exposição, Han (2017a) diz: “a sociedade exposta é uma sociedade pornográfica; tudo está voltado para fora, desvelado, despido, desnudo, exposto. O excesso de exposição transforma tudo em mercadoria que está à mercê da corrosão imediata, sem qualquer mistério” (p. 18).

O compartilhamento da imagem da psicóloga também parece ser constantemente usado como uma ferramenta para captar a atenção da comunidade virtual na página do perfil e vender os seus serviços em Psicologia, visto que pequenos vídeos e autorretratos, muito bem-produtos, são postados entre suas produções textuais. Han (2017a) chama atenção para o fato de, na nossa sociedade, haver um imperativo de nos expormos e transformarmos a própria imagem em produto. Para o autor, a bela aparência parece ser, inclusive, um aspecto que dita o valor expositivo do “sujeito objeto-propaganda” (Han, 2017a, p. 18) que se entrega a esse imperativo dos paradigmas atuais.

Apesar de não se mencionar diretamente a exposição da imagem pessoal como uma prerrogativa, esse raciocínio aparece, de certa forma, em uma postagem do primeiro perfil selecionado, na qual uma necessidade de “aparecer todos os dias e ter uma certa frequência de postagem” (perfil 1, publicado em 18 de janeiro de 2022) figura entre uma das “5 chaves para o sucesso na Psicologia” no entender da psicóloga responsável pela publicação. Dado o alto número de seguidoras(es)

atingidas(os) por essas páginas, pode ser que o uso dessa estratégia tenha, de fato, algum efeito no engajamento virtual e, portanto, no consumo da exposição da(o) profissional. Todavia, o aumento nos indicadores de engajamento nas redes não se traduz, necessariamente, no sucesso esperado no exercício da profissão de “lotar a agenda”. Isto é, não significa que irá existir uma maior disposição, por parte dos seguidores, para iniciar um processo de psicoterapia, deixando de ser meros expectadores da exposição do profissional para compor uma relação terapêutica. É importante atentar para o caráter violento dessa coerção por transparência e exposição à qual nos sujeitamos para nos adaptarmos aos moldes atuais de produção capitalista, já que, para Han (2017a), na sociedade da exposição, “o imperativo da transparência coloca em suspeita tudo o que não se submete à visibilidade” (p. 19).

Excesso de informação e positividade: a complexidade não instagrável

Diante de um cenário tão marcado pela rapidez das mídias digitais, bem como pela necessidade de visibilidade, chega-se, neste tópico, a outro ponto de análise que busca compreender, a partir do olhar de Han (2018), quais as implicações do caráter cumulativo e aditivo da informação na produção dos conteúdos compartilhados no terceiro perfil investigado. Para tanto, parte-se do entendimento da dinâmica das redes, tal qual propõe Han (2018), como “um campo de caça digital” (p. 47), em que a comunidade consumidora/produtora de conteúdo, referenciada pelo mesmo autor como “caçadores de informação”, busca, “com cada clique, conquistar uma presa” (p. 48).

Faz-se possível perceber, nesse sentido, que a exigência de que se produza mais implica, como já apontado em sessões anteriores, o compartilhamento de informações que povoam a

tela com fragmentos desconectados de um todo, que afastam cada vez mais os indivíduos da experiência de refletir com alguma profundidade acerca da variedade de temas apresentados. Para Han (2018), o excesso de informações gerado pela lógica acima nada tem a ver com a produção de avanços propriamente ditos, mas, pelo contrário, aponta para um definhamento das habilidades humanas de contemplar e reconhecer as coisas do mundo, além de simplesmente conhecê-las. De acordo com o autor:

Quanto mais informação é liberada, mais o mundo se torna não abrangível, fantasmagórico. A partir de um determinado ponto, a informação não é mais informativa [*informativ*], mas sim deformadora [*deformativ*], e a comunicação não é mais comunicativa, mas sim cumulativa. (Han, 2018, p. 52).

Desse aspecto, a omissão de questionamentos profundos, em detrimento de uma visão puramente positiva da vida e do mundo, configura um aspecto problemático do perfil analisado. O que se faz possível observar, a partir de frases como “às vezes a liberdade está em simples palavras unidas em pequenas frases” (perfil 3, publicado em 16 de janeiro de 2022), ou ainda, a partir do compartilhamento de vídeos de cunho humorístico, reproduzindo situações da prática clínica – tal qual a publicação em que, com música animada e atmosfera festiva, reproduz uma comemoração pessoal diante do término de uma cliente hipotética a uma relação abusiva – (perfil 3, publicado em 26 de agosto de 2021). Assim, a página investigada parece exemplificar o pensamento de Han (2018), ao contribuir para que recortes informacionais se acumulem na *timeline* de seus seguidores, na aparente tentativa de apagar a negatividade de tudo o que seja pouco *instagramável*.

Sociedade do controle: fronteiras entre o público e privado

De acordo com Han (2017a), a sociedade do controle “não se desnuda por coação externa, mas a partir de uma necessidade gerada por si mesmo; onde, portanto, o medo de renunciar à sua esfera privada e íntima dá lugar à necessidade de se expor à vista sem qualquer pudor” (p. 55). Não estariam os perfis estudados, e as respectivas pessoas por trás deles, sendo influenciadas por algo que diz da sociedade atual? Uma crença de que não existe se não está na rede? E, por isso, é importante ter seus seguidores?

Ao fazer um paralelo do que o Han apresenta sobre o ato de governar e de marketing com a utilização das redes sociais, nota-se que usuárias(os) do Instagram se assemelham ao eleitorado e, assim, podem dar visibilidade a quem produz conteúdos digitais. Sendo assim, “as opiniões eleitorais serão descobertas por meio de data mining [mineração de dados]. Os votos negativos serão sanados por meio de propostas novas e mais atrativas. Aqui não somos mais agentes ativos, não somos cidadãos ou cidadãos, mas sim consumidoras(es) passivas(os)” (Han, 2018, p. 58). Nesse eleitorado livre em que todas(os) podem participar elegendo ou se candidatando, torna-se fácil perder de vista aquilo que se deseja inicialmente transmitir, buscando agradar um determinado público para conseguir mais engajamento. Isso não é difícil em uma rede que possibilita caixas de textos de sugestão, enquetes rápidas, curtidas, entre outros recursos. Os perfis analisados não revelam somente a posição individual de cada profissional, mas também um modo de agir cada vez mais impregnante na sociedade.

Há, dessa maneira, uma perda de significado, pois “a informação é o econômico, social, político, concreto” (Han, 2018, p. 49). Desse modo, aumenta-se a busca de estar conectado,

pois quase tudo encontra-se disponível na rede, não apenas serviços, mas também pessoas. A renúncia da esfera privada para estar em contato na internet corrobora, então, com a vigilância e com o controle, de modo que as redes sociais acabam por ser um espaço onde todos expõem e observam (Han, 2018). A máquina de espionagem é tão bem elaborada que, segundo Han (2018):

Essa internet das coisas é a consumação da sociedade de controle. Coisas que nos cercam, que nos observam. Somos agora observados, desse modo, também pelas coisas que usamos todo dia. Elas enviam, sem pausa, informações sobre o nosso fazer e o nosso deixar [de fazer]. Elas participam ativamente do protocolamento total de nossa vida (p. 62).

Dessa maneira, deixamos rastros digitais e na busca por transparência há um protocolamento total da vida, onde a confiança dá espaço ao controle (Han, 2018). Os espaços público e privado, com isso, são misturados em diversos setores da vida, e, como observado no presente artigo, até mesmo na área profissional da psicologia, pois “o protocolamento total e sem lacunas da vida é a consumação da sociedade de transparência” (Han, 2018, p. 60).

Considerações Finais

Como foi possível perceber ao longo do texto, atualmente o ambiente social é marcado por uma forte demanda por desempenho e positividade, e, de modo rápido, tem ocorrido a submissão a essa carência. O avanço da tecnologia e dos meios de comunicação parecem naturalmente influenciar nesse

processo, visto que a virtualidade contribui na aceleração de processos nas relações sociais através da possibilidade de comunicação entre espaços fisicamente distantes. Justamente por essas razões, no campo profissional da Psicologia, existem preconizações que visam orientar a atuação no âmbito virtual (RES CFP 11/2018; RES CFP 04/2020).

A análise dos três perfis anteriormente apresentados norteou reflexões e, nela, foi possível enxergar que, nesses casos, a Psicologia se transformou numa venda de produtos que promove, de modo geral, a necessidade de ajustamento a um ideal de sucesso capitalista; e isso por meio: a) do emprego de estratégias baseadas no alcance de visualizações, moldadas pelos algoritmos do Instagram, tendo, portanto, forte viés mercadológico, onde o produto é considerado útil apenas se obtiver indicadores de eficiência; b) da aplicação superficial de conceitos teóricos, como se não houvesse um contexto amplo e complexo a ser considerado para cada pessoa que tem acesso a tais informações, criando a falsa certeza quanto à resolução de conflitos por si só e de modo usual; c) da não distinção entre pessoal e profissional, transformando a própria imagem em produto.

Em se tratando de influências, o campo de atuação em questão não pode ser analisado como entidade externa à coletividade e, dessa forma, é necessário considerar a realidade dominante como fator comum a todas as pessoas. Logo, como o meio digital é uma reverberação da dinâmica social, é inevitável que a Psicologia não se aproprie dele para acontecer. Infelizmente, aspectos como informações fragmentadas, limitação de processos reflexivos, abandono da privacidade na busca pelo contato frequente (como consequência do vício em vigilância e controle) – ou seja, fatores que podem ser entendidos como afastamento entre a intenção profissional e a ação, em busca do engajamento – são passíveis de acontecer, caso não haja o cumprimento dos aspectos éticos do cuidado.

Quanto à exacerbada exposição mercadológica, devemos reconhecer que não somente a Psicologia sofre com essa consequência, mas, também, diversas outras áreas do conhecimento. Não se trata, assim, de um inconveniente particular. Contudo, considerando a necessidade de se tomar uma posição responsável no exercício da profissão, cabe questionar se, ao conquistar espaços virtuais, o trabalho faria uso saudável dos meios disponibilizados ou somente reproduziria costumes desfavoráveis. Afinal, dentre outros desafios possíveis, tem-se, por exemplo, a necessidade de averiguar a legalidade desses perfis, visto que há um grande volume de contas produzidas e aceitas/seguidas pela maior parte da comunidade leiga do Instagram.

Isto posto, pode-se considerar que a atuação de psicólogas(os) no ambiente virtual do Instagram merece atenção das pessoas profissionais que os administram, dos Conselhos e da comunidade usuária dos serviços relacionados. Primeiramente, é interessante relembrar que ser integrante de uma comunidade precede ser profissional da Psicologia e, por mais atrelados que sejam os desdobramentos dessas duas circunstâncias, impera a necessidade de se manter uma distinção saudável entre vida pessoal e ambiente destinado ao trabalho. A atuação em meio digital ainda requer o cumprimento dos compromissos éticos, visto que é fator indispensável para a efetividade e a valorização da profissão.

Ademais, a Psicologia tem como papel, no que tange aos efeitos subjetivos de uso inadequado da mídia, se apropriar dos novos recursos tecnológicos de modo a agregar valor aos seus princípios, considerando que ela é um instrumento para a sociedade que se encontra em constante dinamicidade. No entanto, também se faz necessária a constante vigilância da utilização desses mecanismos, para que não ocorra a perpetuação de práticas hegemônicas e de caráter dominante.

Referências

- Cancello, L. (1991). *O fio das palavras: um estudo de psicoterapia existencial*. (2a ed.). São Paulo: Summus.
- Código de Ética Profissional do Psicólogo*. (2005). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Han, B. C. (2017a). *Sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes.
- Han, B. C. (2017b). *Sociedade do cansaço*. (2a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Han, B. C. (2018). *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes.
- Instagramar. (2022, 27 de Janeiro). In *Infopédia: dicionários* porto editora. Recuperado de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/instagramar>
- Maranhão, J. H., Lopes, F. G., & Silveira, K. M. (2020). Psicologia e Ética Nas Redes Sociais [Cartilha]. *Conselho Regional de Psicologia 11ª Região*, 1-16. Recuperado de <http://crp11.org.br/upload/CARTILHA%20PSICOLOGIA%20E%20%C3%89TICA%20NAS%20REDES%20SOCIAIS.pdf>
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/?format=pdf&lang=pt>
- Resolução CFP Nº 11, de 20 de dezembro de 2000*. Dispõe sobre a disciplina de oferta de produtos e serviços ao público. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2000/12/resolucao2000_11.pdf
- Resolução CFP Nº 7, de 14 de junho de 2003*. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf

Resolução CFP Nº 3, de 12 de fevereiro de 2007. Institui a Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/02/resolucao2007_3.pdf

Resolução CFP Nº 11, de 11 de maio de 2018. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP N.º 11/2012. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/05/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-11-DE-11-DE-MAIO-DE-2018.pdf>

Resolução CFP Nº 4, de 26 de março de 2020. Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do COVID-19. Recuperado de <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-sobre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid19-?origin-instituicao&q=004/2020>

Kemp, S. (2020). Digital 2020: Brasil. In: *Hootsuite e We Are Social*. New York. Recuperado de <https://datareportal.com/reports/digital-2020-brazil?rq=brazil>

O enxame de Lacan a Han: o saber na dispersão digital

Márcio Rimet Nobre¹

Em seu livro *No enxame: perspectivas do digital*, o filósofo Byung-Chul Han (2018) evoca, já no prefácio, a observação feita em 1964 por Marshall McLuhan² sobre a capacidade dos meios eletrônicos, então em ascensão, de fazer circular a informação, comparando-os com a imprensa tradicional e considerando seus efeitos sobre a sociedade. Para Han, o que hoje assistimos com relação à mídia digital é algo semelhante, algo que se configura como uma mudança de paradigma: “Arrastam-nos atrás da mídia digital, que, aquém da decisão consciente, transforma decisivamente nosso comportamento, nossa percepção, nossa sensação, nosso pensamento, nossa vida em conjunto” (2018, p. 10).

No trecho, Han anuncia inicialmente os efeitos das mídias digitais para o conjunto das funções cognitivas ditas superiores. Trata-se daquelas geralmente situadas na região cortical pelos estudiosos da neurologia, e que outrora foram tomadas também como modelos humanos para o desenvolvimento do computador, ele mesmo hoje não mais que um protótipo para a gama de dispositivos em circulação. É aí, sem dúvida, que se perfila boa parte das estruturas – físicas ou psíquicas – que dão o suporte ao funcionamento subjetivo e possibilitam que o

1. Psicanalista e pesquisador da interface subjetividade e cultura digital. Doutor em Psicologia na área de Estudos Psicanalíticos pela Universidade Federal de Minas Gerais.

2. Educador, filósofo e intelectual canadense pioneiro no estudo das teorias das comunicações. Falecido em 1980, McLuhan publicou diversos trabalhos sobre os efeitos sociais das mídias de massa entre os anos 1950 e 1970, tendo cunhado a famosa expressão “aldeia global”, largamente empregada no recente contexto da globalização.

saber ganhe forma, permitindo que o ser falante tome seu lugar como sujeito inserido no laço social.

Entretanto, como a leitura do trabalho de Han nos leva a constatar, os demais aspectos da subjetividade estão no cerne desse arraste. Nesse caso, trata-se daqueles elementos mais próximos ao campo dos afetos, do imaginário, das fantasias e, enfim, do desejo. Pois bem, para a psicanálise, o foco recai nesse outro lado que se deixa arrastar por essa nova linguagem. É sobre esse campo que as tecnologias digitais parecem ter avançado, este lado oceânico que impregna de afetos o próprio saber. E é sobretudo para esse segundo nível, aparentemente menos visível, que a psicanálise, desde seus primórdios, se dedica fundamentalmente: o saber, seu caráter essencialmente inconsciente e sua vizinhança com os afetos e com o campo do gozo.

No percurso a seguir, buscarei aproximar a ideia de *enxame*, tal como empregada recentemente por Han, daquela mencionada por Lacan em seu ensino, cerca de quarenta anos antes. Procurarei demonstrar como, a partir de ambas as leituras, é possível perceber em que medida o excesso de informação resultante da nova linguagem digital tem efeitos deletérios para nossa relação primordial com o saber, que, em virtude de sua proximidade com o registro simbólico, os estende para o próprio laço social. Se a contemporaneidade de Han ao digital permite sua leitura por estar inserida no contexto, a de Lacan soava, em certa medida, como um prenúncio daquilo que hoje se torna claro em relação às diferenças entre o saber e a informação.

Nos termos de Han, “embriagada” e “cega” pela nova linguagem digital, a sociedade se encontra rendida e sem condições de avaliar as consequências de seus impactos: “Essa cegueira e estupidez simultânea a ela constituem a crise atual” (2018, p. 10). Nesse sentido, a noção de gozo mostra-se não apenas de grande utilidade, mas também central como contribuição da leitura psicanalítica dessa sociedade embriagada pela

linguagem digital, que redefine e padroniza uma cultura cada vez mais global (Nobre, 2021).

Lacan e o enxame de significantes

A introdução da noção de discurso por Lacan (1992) na passagem dos anos 1960-1970 trouxe consequências importantes para sua concepção de linguagem e, desse período em diante, ele dedicar-se-á à expansão do campo do gozo, refletindo tanto a dimensão clínica quanto as mudanças percebidas no laço social no período moderno, especialmente nas últimas décadas do século XX.

Com a “teoria dos discursos”, Lacan (1992) desenvolve sua concepção de laço social, passando a se dedicar com maior afinco à sua concepção de real que, atrelado ao conceito de gozo, faz com que ele se aprofunde em aspectos da subjetividade anunciados, mas não explorados por Freud. A mudança fundamental diz respeito ao anúncio do “saber [como] meio de gozo” (Lacan, 1992), e, daí em diante, os dois conceitos serão aproximados. Nesse sentido, a ideia de discurso traz em seu cerne um ponto de impossibilidade e, portanto, o real que se introduz fundamentalmente no jogo discursivo, sendo impossível a garantia de que a própria cadeia ou rede de linguagem perdure, construa-se enquanto tal.

Concebida inicialmente pela estrutura binária da cadeia algorítmica [$S_1 - S_2$], a linguagem, sob a noção de discurso, passa a absorver também os efeitos das lacunas deixadas pelo vazio do objeto *a*. Lacan (1992) formula a figura topológica do *matema*, criada especialmente para a nova leitura que fará sobre a linguagem, e que dará lugar aos quatro discursos radicais³. Além dos três significantes do algoritmo, no *matema* irão circular também o objeto, renomeado *mais-de-gozar*, que,

3. Discurso do mestre, da histórica, da universidade e do analista. Alguns anos depois, Lacan (1978) irá propor o discurso do capitalista, o único que não favorece o laço social.

a partir desse momento, recebe uma dupla inscrição em termos de perda e de suplementação. O objeto *a* passa a ser o terceiro elemento do tetrápode, sendo o sujeito dividido o quarto, efeito desse jogo.

No *matema*, a operação põe em causa o desejo na forma do laço que se estabelece entre o sujeito e o Outro, mas sem deixar de também veicular algo do gozo que, de fato, é decifrado pelo saber inconsciente. Como propõe Lacan em *Televisão* (2003), “o que Freud articula como processo primário no inconsciente [...] não é alguma coisa que se cifra, mas que se decifra. Digo eu: o próprio gozo. Caso em que ele não constitui energia e não poderia inscrever-se como tal.” (p. 521). Conforme Lacan (1992), é ainda o significante S_1 que, em sua função de traço unário, introduz o gozo na rede de S_2 , abrindo espaço para a função do objeto mais-de-gozar nessa rede. Assim, de modo semelhante, na navegação digital, se S_1 representa o sujeito no ponto em que se inaugura uma “busca”, é também aquilo que faz variar a cadeia de S_2 que se constrói a partir da “navegação”, em que se passa de um “*link*” a outro, permitindo-se abrir diferentes páginas, que vão se atualizando.

Três anos depois de lançar sua teoria dos discursos, Lacan (1972/2010) irá evocar o corpo já desde a homofonia do título de seu *Seminário 20, Encore* [mais, ainda] com a expressão *en corps* [no corpo], para sinalizar a articulação do gozo em virtude de sua implementação pelo significante *e*, portanto, pela rede que constitui o saber. É o corpo de afetos, marcado pelo gozo que se introduz pelo significante S_1 , o que caracterizará seu ensino a partir desse momento. Lacan dirá seu aforismo “*il y a de l'un*” [Há Um] para dar destaque ao S_1 como o significante “que assegura [...] a unidade da copulação do sujeito com o saber” (2010, p. 273). Em sua dupla função, o S_1 introduz tanto o significante, dando acesso ao saber, quanto o gozo.

Como se sabe, Lacan brinca com os sons da língua *e*, a essa altura de seu ensino, está em franco uso de neologismos. É

breve o trecho em que se vale algumas vezes do termo “enxame” para se referir ao significante mestre, brincando com a homofonia entre a palavra francesa *essaim* [enxame] e a expressão *esse un* [S_1].

O que quer dizer Há Um? O que quer dizer Há Um é o que a articulação significante permite perceber, é que de Um entre outros – e trata-se de saber se é qualquer um – levanta-se um S_1 , um *essaim*, um enxame de significantes, um enxame zumbindo, ligado a isso: que esse Um de cada significante, com a questão “será deles (*est-ce d’eux*)⁴ que falo?”, esse S_1 que eu posso escrever, de início, por sua relação com S_2 : $S_1 - S_2$, pois bem, é isso que é o enxame. E vocês poderão acrescentar aqui quantos quiserem, é o enxame de que falo. (Lacan, 2010, p. 272)

$$S_1 (S_1 (S_1 (S_1 - S_2)))$$

Ora, não se trata de Um significante qualquer: “ele é a ordem significante, pois ele se instaura do envolvimento pelo qual toda a cadeia subsiste” (Lacan, 2010, p. 273), sendo o que representa o sujeito na rede formada pelo saber. O enxame é, portanto, *esse Um* que se encarna no corpo onde “esse saber repousa” (Lacan, 2010, p. 171), isto é, o saber inconsciente, lacunar, que se traduz também como Outro, campo em que nos remetemos uns aos outros no enlaçamento, via linguagem. É a um elemento basal para a ligação entre a linguagem e o corpo de afetos, dotado de gozo, que o enxame de Lacan faz referência. Para ele, cada S_1 é início de nova cadeia, ou seja, ponto introdutório para o enxame infinito, gatilho interveniente para os múltiplos direcionamentos que o saber pode tomar à mercê das contingências da língua e dos efeitos do real que lhe atravessa.

4. Homófono a S_2 *esse deux*: saber.

Para introduzir o tema central da presente discussão, podemos traçar um paralelo entre a emergência do saber inconsciente e a navegação na *web*. Tal como na representação da cadeia de S_1 e S_2 , na *navegação*, o primeiro termo é o que insere os desvios, as mudanças que nos levam à abertura de outras *páginas*, o que tem sua maior representação na estrutura de *hyperlinks* da rede. E Lacan chega a representar esse diferencial de S_1 , como na cadeia acima, o que nos permite, por exemplo e sem maiores dificuldades, estabelecer uma relação com os *hyperlinks*. Nesse caso, cada S_1 assumiria o valor de uma nova janela, dando origem a novos links, novas cadeias de saberes ou de informações. A ideia é a de que, ao “sabor” desse saber inconsciente, o sujeito se entregue à aleatoriedade da navegação que, assim como a cadeia da linguagem, se faz por meio das lacunas desse saber que se desvia a cada momento, em função do surgimento de novos S_1 a intervirem para formar S_2 , que representa o próprio encadeamento dos significantes.

Entretanto, como sabemos, desde o final dos anos 2000, essa aleatoriedade da navegação foi perdida em função da entrada em ação do algoritmo digital da internet. Nesse sentido, a noção de *enxame* como introdutório da rede de saber pode ser pensada nos dois casos de linguagem: a algorítmico-matemática, conforme Lacan concebe nossa linguagem via significantes, e a algorítmico-digital, essa mesma que se forma por números, hoje francamente desenvolvida.

É com a recente leitura de Han acerca da metáfora do *enxame* que poderemos refletir sobre o que acontece com a relação do sujeito com o saber, em função de sua dispersão em termos dos algoritmos digitais.

Han e o enxame digital

À semelhança do que Lacan coloca sobre o *enxame* de significantes, Byung-Chul Han (2018) retoma esse termo para

propor a ideia do *enxame digital*, refletindo sobre seus efeitos para o laço social. Para o autor, na lógica do capital informacional:

O enxame digital não é nenhuma massa porque, nele, não habita nenhuma *alma* [Seele], nenhum *espírito* [Geist]. A alma é aglomerante e unificante. O enxame digital consiste em indivíduos singularizados. A massa é estruturada de modo inteiramente diferente. Ela revela propriedades que não podem ser referidas aos indivíduos. Os indivíduos se fundem em uma nova unidade, na qual eles não têm mais um *perfil próprio*. Um aglomerado contingente de pessoas ainda não forma uma massa. É primeiramente uma alma ou um espírito que os funde em uma massa fechada e homogênea. Uma alma de massa ou um espírito de massa falta inteiramente ao enxame digital. (Han, 2018, p. 27)

Ora, em Lacan, o S_1 só tem sentido na referência do conjunto a que dá origem e que produz um saber. De fato, a própria definição lacaniana de sujeito se dá pela relação entre os significantes, sendo ele o que emerge dessa relação, emprestando sentido à linguagem. É apenas por serem tomados de forma isolada que os S_1 podem ser considerados elementos de um enxame, o que parece guardar semelhança com o que Han compreende como os indivíduos singularizados, sem alma, do enxame digital.

Han vai além desse ponto, quando resgata o *homo electronicus* de McLuhan (1978, p. 174 citado por Han, 2018), definido como um “ninguém”, um habitante espectador, cujo psiquismo se dissolvera na solicitação excessiva do globo eletrônico. A esta ideia, Han (2018) contrapõe a expressão *homo digitalis*:

O *homo digitalis* [“homem digital”] é tudo menos um “ninguém”. Ele preserva a sua identidade privada, mesmo quando se comporta como parte de um enxame. Ele se externa, de fato, de maneira anônima, mas *via de regra* ele tem um *perfil* e trabalha ininterruptamente em sua otimização. Em vez de ser “ninguém”, ele é um *alguém* penetrante, que se expõe e que compete por atenção. O ninguém do meio de massas, em contrapartida, não reivindica nenhuma atenção para si mesmo. A sua identidade privada é dissolvida. Ele é absorvido pela massa. É nisso que também consiste a sua fortuna. Ele não pode ser *anônimo*, pois ele é um *ninguém*. O *homo digitalis*, em contrapartida, apresenta-se frequentemente, de fato, anonimamente, mas não é um *ninguém*, mas sim *alguém*, a saber, um *alguém anônimo*. (p. 28-29)

Esse ponto remete-nos ao que Sibilia (2008) nomeia como *Eu S.A.*, em que o sujeito se torna um empreendedor de si, no gerenciamento incessante dos diversos perfis digitais. A autora chama atenção para o fato de que, em 2006, a revista *Time* elegeu como personalidade do ano ninguém menos que Você!: “Um espelho brilhava na capa da publicação e convidava seus eleitores a nele se contemplarem, como Narcisos satisfeitos de verem suas personalidades cintilando no mais alto pódio da mídia.” (p. 15).

Han destaca a crise da representação em nosso tempo como base dessa mudança de paradigma do sujeito que, dissolvido no enxame digital, sofre os efeitos de um achatamento da linguagem e da cultura, que se vulgarizam. Nesse sentido, a informação torna-se veículo de uso político, inserindo uma lógica de urgências que hipervaloriza o presente e termina por anular “o *futuro* [que], enquanto tempo político, desaparece.” (Han, 2018, p. 39). Com isso, segundo o autor, a erosão do Nós torna-se patente. Nesse contexto, a transparência e o excesso de presente da comunicação digital destroem o silêncio necessá-

rio à interioridade, à tatilidade e à corporeidade (Han, 2018). Diante do excesso de informação, a vida se torna intangível, uma vez que a lógica do capital se implementa na forma de mais comunicação (Han, 2018).

Na pura positividade e na exterioridade que caracterizam a informação, a verdade, tal como Heidegger a havia concebido em termos do par velamento-desvelamento – que devem ser tomados também numa lógica de positividade-negatividade –, torna-se explícita, o que incide sobre nossa relação com o saber:

Não há massas de verdades, [mas] há, em contrapartida, massas de informação. Sem a negatividade se chega a uma massificação do positivo. Por causa da sua positividade, a informação também se distingue do saber. O saber não está simplesmente disponível. Não se pode simplesmente encontrá-lo como a informação. Não raramente, uma longa experiência o antecede. Ele tem uma temporalidade completamente diferente do que a informação, que é muito curta e de curto prazo. A informação é explícita, enquanto o saber toma, frequentemente, uma forma implícita. (Han, 2018, p. 75)

Embora Han trabalhe com elementos diferentes daqueles de Lacan, aqui vemos como informação e saber se mostram distintos. Assim como destaca Han, também para Lacan (2010) o saber, ao contrário da informação, para ser apreciado, deve ser buscado no campo do Outro e, portanto, no laço social. Para ele, o saber é essencialmente *não-saber*, posto que inconsciente, sendo originário para qualquer relação nossa com suas demais derivas, como o conhecimento e a informação. Além disso, Lacan leva em conta que a aquisição do saber deve remeter às duras penas da experiência que, desde Freud, demanda sua passagem pelo corpo⁵. 5. Esta é também uma leitura próxima a de Walter Benjamin (2016), para quem a experiência do corpo se constrói na forma de uma narrativa.

O saber na dispersão digital e os efeitos para o laço social

Imersos no mar digital de informações, com seu gigantesco acervo imaginário, afastamo-nos cada vez mais rapidamente desse elemento que compõe a riqueza de nosso campo simbólico, o saber. Atuando pela cifragem de seu gozo, o sujeito, sem que se dê conta, é levado a abdicar da temporalidade necessária ao saber inconsciente, entregando-se ao processamento facilitado pela digitalização, que a tudo torna efêmero, superficial, passageiro e, sobretudo, *atual*, para empregar aqui o outro lado do virtual, conforme Lévy (1996)⁶.

Como destacou Alberti (2010), o tempo, assim como o gozo, é entrópico, dispersivo, na mesma medida em que a informação, tal como o saber, é negentrópica. Com a aceleração implementada pelos processos digitais, o sujeito se perde na tendência à dispersão de seu gozo, incapaz de assimilar todo o excesso que se apresenta no *hic et nunc* da cultura digital (Nobre, 2021). A informação digital, ao contrário do saber, ocupa com maior rapidez esta lacuna, uma vez que, por seu caráter numérico, consegue capturar algo do sujeito. Trata-se desse algo contável, algo de seu gozo. Com sua transitoriedade, sua leveza intangível e a multiplicidade de formatos como imagens, vídeos e novos ícones, a informação digital torna-se mais sedutora, convidando o sujeito à fruição ininterrupta.

Para o internauta, é difícil encarar com desagrado a atividade da navegação na rede mundial, frente a todas as possibilidades disponíveis ao sujeito no ciberespaço. Parece inerente a essa atividade um caráter lúdico

6. Para Lévy (1996), o fenômeno da virtualização não é inerentemente bom nem mau, e nem mesmo neutro para a vida humana, mas, sim, algo que transforma nosso modo de ser em outro: ele é “a essência, ou a ponta fina, da mutação em curso” (p. 11), sendo necessário compreendê-lo em toda sua amplitude, ao invés de rechaçá-lo.

que reativa a memória de experiências satisfatórias do passado conclamando o desejo a manifestar-se, tendo à frente a fantasia a propiciar esse amálgama. (Nobre, 2014, p. 155)

Na mesma medida, o processamento dos conteúdos digitais disponibilizados pelos usuários também se revela mais ágil, o que torna a informação hiperneguentrópica em relação ao saber. Além disso, sob o uso dos algoritmos digitais, entra em cena o fenômeno da personalização, apontado por Antoinette Rouvroy (2019; Rouvroy & Berns, 2015) como um importante ponto de captura entre as estratégias mercadológicas atuais. Na medida em que o usuário disponibiliza na rede os dados que virão a ser manejados pelo *big data* (Rouvroy, 2019), o retorno lhe vem na forma de uma mobilização do afeto que, em última instância, logo poderá se transmutar em produtos. No afã de participar da grande comunidade digital, o sujeito fornece para o mestre-mercado suas informações mais íntimas, que terminam por ocupar a lacuna inerente ao não-saber que o inconsciente aflora como verdade de sua falta-a-ser, e que cede lugar a outra verdade, unificada nos termos do excesso de consumo.

Não há dúvidas de que, sob o algoritmo digital, se perde algo de aleatório que há no exercício do saber (Nobre & Lima, 2019). Nesse sentido, torna-se imperativa a indagação acerca dos efeitos dessa troca do saber referido ao Outro e à experiência narrativa pela lógica da informação digital. Para Han (2018), a rapidez e o excesso de informação geram um cansaço extra em nossa sociedade, debelando nossa capacidade de distinguir o essencial do não-essencial.

Conforme Han (2018), nossa sociedade vive sob os efeitos do panóptico digital que, diferentemente do panóptico de Jeremy Bentham⁷, composto por células isoladas, faz com que

7. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Jeremy_Bentham.

os usuários da rede sejam prisioneiros, embora vivam a ilusão de liberdade, por manterem uma intensa comunicação e vigilância mútua. Embora não sejam explorados diretamente pelo outro, entregam-se à autoexploração, bem mais eficiente. Na lógica de transparência que sustenta o laço no meio digital, a confiança mútua torna-se obsoleta e a exibição pornográfica de si coincide com o controle panóptico de todos por todos (Han, 2018, p. 123). O próprio Lacan já havia assinalado os excessos contemporâneos, ao apontar para as mudanças no registro do público e do privado, destacando o fato de que esta passagem não representava mais uma abertura da noção de público como da ordem de um desvelamento, pois “agora não se desvela mais nada já que tudo está desvelado” (1978).

Han refaz o trajeto de poderes delineado por Foucault (1987) entre o poder soberano e o biopoder disciplinar para chegar a uma nova proposta: a transparência psicopolítica. Assim, se o controle biopolítico se dava por meio de fatores externos como taxas estatísticas, o poder inerente à psicopolítica adentra uma esfera bem mais profunda que, com a vigilância digital, pode “ler e controlar pensamentos” (Han, 2018, p. 130). Trata-se de uma mudança de paradigma em que a tecnologia “está em condições de intervir nos processos psicológicos” (Han, 2018, p. 131).

A imensa massa de informações em circulação, segundo Han, dá ao *big data* condições de agir simplesmente pela comparação direta de dados, o que torna obsoleta a própria questão entre o verdadeiro e o falso. Com isso, a teoria torna-se superficial, sendo facilmente dispensada: “A teoria é um constructo [...] que compensa a falta de dados. Se há dados o suficiente, ela é, então, superficial. A possibilidade de decifrar modelos de comportamento a partir do Big Data enuncia o começo da *psicopolítica*.” (Han, 2018, p. 132).

“Toda nova mídia revela um inconsciente”, anuncia Han (2018, p. 132), retomando a noção de “inconsciente ótico”

atribuído à câmera por Walter Benjamin (1963), em sua clássica discussão sobre a reprodutibilidade técnica da obra de arte. Para Benjamin (citado por Han, 2018): “Ficamos sabendo do inconsciente ótico primeiramente por meio dela, como ficamos sabendo do inconsciente-pulsional por meio da psicanálise”.

Considerações finais

Para Han (2018), o inconsciente ótico pode ser relacionado ao *data-mining*, dispositivo do *big data* que minera os dados dos usuários, tornando visíveis os padrões de comportamento que permitem um prognóstico dos comportamentos que virão. Isso torna os usuários potenciais consumidores com grande possibilidade de assertividade por parte dos conglomerados detentores da internet. O autor lança a ideia de um inconsciente coletivo digital, como correlato ao inconsciente ótico.

O psicopoder é mais eficiente do que o biopoder, na medida em que vigia, controla e influencia o ser humano não de fora, mas sim a partir de dentro. A psicopolítica se apodera do comportamento social das massas ao acessar a lógica inconsciente. (Han, 2018, p. 134)

Em meio a essa dispersão digital o saber se perde em grande medida substituído pela eficácia da informação em preencher as lacunas que antes faziam com que o sujeito, no laço, se movesse em direção ao Outro. Assim, sob a ótica da psicanálise, pode-se compreender como todo esse processo termina por erodir a dimensão desejante do sujeito que, passando a operar na vertente suplementar do gozo, encontra, a seu dispor e no lugar do saber lacunar, o grande acervo da informação, cujo afluxo traz consequências para a própria dialética do laço social.

Na operação que retém o usuário na teia da *web* por meio da intensificação dos afetos, movimenta-se sua economia psíquica, que traz implícita a dimensão econômica do mercado. Nessa confluência, inaugura-se o vasto campo a ser explorado pelo grande capital e pelos controles governamentais, como previsto por Gilles Deleuze (1992) e pela diversidade de autores que estudam a governança digital.

A nosso ver, ainda considerando a contestação da ideia de repressão sexual por Foucault (1988), se no marco freudiano a moral vitoriana teria feito uso do aparato pulsional do sujeito para movimentar a base da sociedade industrial, no controle digital, sob a aparência de absoluto exercício da liberdade de escolha e fruição do desejo, parece pertinente pensar que o mercado descobre um modo otimizado de aproveitamento dessa energia libidinal nos dois sentidos. A libido, antes “disciplinada” para a produção, é hoje “controlada” e, portanto, orientada para o consumo.

Assim, a noção de gozo pode ser compreendida como a grande contribuição da psicanálise para o entendimento do conjunto social. Em sua pretensão de a tudo circunscrever, a ciência moderna não pode lidar com o caráter de insatisfação humana deixado por esse furo e que, por essência, faz com que procuremos o outro em qualquer de suas instâncias. Entretanto, se a ciência não pode apagar no sujeito as decorrências dessa marca alteritária, ela encontra a maneira de empregar aquilo que, do afeto, toma forma por meio da linguagem.

Saber e gozo encontram-se hoje em franca parceria sob emprego do algoritmo digital. Nesse novo contexto, parece pertinente que a psicanálise empreenda uma tarefa em certa medida inversa àquela que moveu Freud, ou seja, a de perscrutar o sujeito em suas fantasias e desejos mais reclusos para lhe permitir livrar-se da repressão coercitiva. Sem focar apenas nesse aspecto, o analista hoje deve propiciar que o sujeito se indague – quando algum mal-estar advém como queixa, como questão – sobre o que mais pode haver para além da cegueira resultante dos imperativos do excesso, da fruição desmedida.

Referências:

- Alberti, S. (2010). Tempo e entropia. *Heteridade 7 – Revista de Psicanálise*, Internacional dos Fóruns, Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano, p. 77-83, 2008-2010.
- Benjamin, W. (2016). O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Benjamin, W. *Magia, técnica, arte e política: Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense. (p. 197-221). (Trabalho original publicado em 1936)
- Deleuze, G. (1992). *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: *Conversações, 1972-1990*. Trad. Peter Pal Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34. (p. 219-226)
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal. (Trabalho original publicado em 1976)
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalheite. 20.ed. Petrópolis, RJ: Vozes. (Trabalho original publicado em 1975)
- Han, B.-C. (2018). *No enxame: perspectivas do digital*. Trad. L. Machado. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lacan, J. (1978). Discours de Jacques Lacan à l'Université de Milan le 12 mai 1972, paru dans l'ouvrage bilingue: *Lacan in Italia 1953-1978*. Milan: Salamandra. (p. 32-55)
- Lacan, J. (2010). *Encore (1972-1973)*. Trad. Analucia Teixeira Ribeiro, Rev. Isabela B. do Prado. Edição não comercial destinada aos membros da Escola. Rio de Janeiro: Escola da Letra Freudiana.
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise, 1969-1970*. Vers. bras. Ary Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Campo Freudiano no Brasil)
- Lacan, J. (2003). *Televisão (1973)*. In: Lacan, J. *Outros escritos*. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 508-543). (Campo Freudiano no Brasil)
- Lévy, P. (1996). *O que é o virtual?* Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34. (Col. Trans)

- McLuhan, M. (1978). *Wohin steuert die Welt? Massenmedien und Gessellschaftstruktur* [Para onde vai o mundo? Mídias de massa e estrutura da sociedade]. Viena et al.
- Nobre, M. R. & Lima, N. L. (2019). Algoritmos, matemas e o sujeito: o discurso, do desejo ao gozo. In: Alves, M. A. S. & Nobre, M. R. (orgs.). *A sociedade da informação em questão: O direito, o poder e o sujeito na contemporaneidade*. Belo Horizonte: D'Plácido. (p. 99-122)
- Nobre, M. R. (2021). A cultura digital e suas incidências no campo do saber. In: Lima, N. L.; Stengel, M.; Nobre, M. R. & Dias, V. C. (orgs.). *Saber e criação na cultura digital: diálogos interdisciplinares*. Belo Horizonte: Fino Traço. (p. 61-76)
- Nobre, M. R. (2014). Realidade virtual, realidade psíquica na pós-modernidade: um encontro com Freud na infinitude fantasística do ciberespaço. Curitiba: CRV.
- Rouvroy, A. (2019). O(s) fim(ns) da crítica: behaviorismo de dados *versus* devido processo. In: Alves, M. A. S. & Nobre, M. R. (orgs.). *A sociedade da informação em questão: O direito, o poder e o sujeito na contemporaneidade*. Belo Horizonte: D'Plácido. (p. 15-46)
- Rouvroy, A. & Berns, T. (2015). Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação? *Revista Eco Pós, Tecnopolíticas e vigilância*, v. 18, n. 2, p. 36-56.
- Sibilia, P. (2008). *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Crianças No Feed: Vozes virtuais sobre a violência sexual contra as crianças e os adolescentes

**Mariana Ribeiro Melo
Laura Cristina Eiras Coelho Soares**

No cenário midiático atual tornou-se frequente nos depararmos com notícias intensas a respeito da violência contra a criança e o adolescente, ainda mais quando se trata da violência sexual. Esse assunto traz inquietação, vergonha, assombro e revolta, como mencionado na reportagem a seguir:

A violência sexual contra crianças e adolescentes representa uma terrível violação dos direitos humanos, um crime de alta gravidade e uma ameaça à saúde. Qualquer estupro é hediondo e deve ser severamente combatido. Mas a violência sexual contra crianças e vulneráveis é de uma atrocidade que nos faz pensar no caldeirão abjecto das notícias e do mundo obscuro que nos envergonha (Brunet, 2020, s/p).

A insegurança em relação à violência é um sentimento crescente, que contribui para a instabilidade social, pois tem-se a impressão de que a violência está em todo lugar (Nascimento, 2014); e, a partir disso, pensa-se em formas de combatê-la. Com a violência contra a criança e o adolescente não é diferente: “O reconhecimento da ocorrência de maus-tratos contra crianças trouxe como consequência direta a necessidade de protegê-las” (Gonçalves & Ferreira, 2002, p. 315).

Apesar dos esforços para apreender a violência sexual infantil, uma dificuldade que se apresenta para a sua observação reside na diversidade do seu entendimento teórico (Amên-

dola, 2009). A autora mencionada apresenta alguns conceitos que são privilegiados na conceitualização do abuso sexual infantil como: intencionalidade, poder, consequências, danos, padrões, sintomas, intensidade, gravidade e contato, variando entre os autores. A pesquisadora encontra que dano e poder são frequentemente contemplados nas definições, mas reforça o caráter sócio-histórico do conceito, indo de encontro à universalização muitas vezes pretendida (Amêndola, 2009). Logo, não há consenso em sua definição por se tratar de um objeto sócio-histórico marcado culturalmente (Gonçalves, 2003). Portanto, torna-se importante abordar como a violência sexual infantil tem sido retratada, sem pretender reconhecê-la para controlá-la em um conceito definitivo.

A escolha da pesquisa na internet justificou-se pelo crescimento do uso das tecnologias como meio de manifestações e pelo fato de que, assim como bem salientado por Oliveira, Gianordoli-Nascimento, Naiff e Ávila (2017), a Psicologia Social deve estar onde quer que as interações sociais aconteçam. Para fins de análise e fio condutor deste artigo, abordou-se um caso de violência sexual intrafamiliar que teve grande repercussão em meados de 2020. Inicialmente, pensou-se em nomeá-la como a menina de 10 anos, pois, além de preservar o anonimato, é assim que a vítima é mencionada majoritariamente nas notícias e nas mídias sociais. Contudo, essa forma provoca distanciamento do fato de que se trata de um sujeito em desenvolvimento que foi violentado e, portanto, optou-se por criar o nome fictício Armelle para a criança. O critério de escolha foi o estrangeirismo, na tentativa de não coincidir com o nome dela. Felizmente, a justiça decretou a suspensão das postagens com seu nome em todas as plataformas, tornando-o totalmente oculto. Também se buscou por um nome que, além de estrangeiro, não carregasse um significado ou conotação pejorativos.

De acordo com a denúncia, o delito teria ocorrido no Estado do Espírito Santo e as violações teriam perdurado por

quatro anos. Apesar de outras pessoas serem investigadas, o principal suspeito é o tio da menina. O caso ganhou grande repercussão, quando a criança foi levada – a partir da decisão do juiz da Vara da Infância e Juventude – a um hospital para a realização da interrupção da gravidez ocasionada pelos abusos, tendo o hospital se negado à realização do procedimento. Diante da negativa e do contínuo interesse da vítima e da família no procedimento, a criança foi transferida para Recife, onde conseguiu acesso à intervenção.

Entre esse período da recusa do primeiro hospital e o aceite do segundo, houve reverberações consideráveis de dois grupos: um de defensores do direito à interrupção da gravidez – em prol do direito à escolha que nesse caso estava previsto em lei – e outro segmento contrário ao procedimento. Apesar do cerne dessa repercussão ter sido em grande parte sobre o direito à realização do aborto, para fins deste artigo, nos ateremos às repercussões da violência sexual contra criança¹.

Percebeu-se grande visibilidade de alguns autores dos posicionamentos frente ao tema: artistas e *influencers* famosos; autoridades ou até mesmo pessoas anônimas, que tiveram destaque pela sua profissão, tais como: um padre e uma professora. Esses sujeitos viram suas publicações ter um grande alcance e essas posturas identificadas nos *Tweets*² permitem o levantamento sobre os entendimentos que perpetuam e, por vezes, naturalizam a prática da violência sexual contra criança e os caminhos pensados para seu enfrentamento.

1. Para leituras sobre o tema, sugere-se: Gonzaga, P. R. B., Gonçalves, L., Mayorga, C (Orgs.) (2019). Práticas acadêmicas e políticas sobre o aborto. Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. Recuperado de <https://clacaidigital.info/bitstream/handle/123456789/1251/pr%C3%A1cticas%20academicas%20e.pdf?sequence=2&isAllowed=y>

2. Nome dado às publicações dos usuários no Twitter.

As repercussões sociais sobre o tema e como a mídia relata o ocorrido podem alavancar respostas jurídicas e legislativas. Sousa (2017) apontou que o papel da mídia na projeção da figura da vítima interfere no modo como a violência e o crime são percebidos e procurou mostrar que havia uma fé inquebrantável na penalização como sanção de má conduta. No contexto da violência infantil, tivemos em 2017 a promulgação da Lei 13.431 (2017) que instaurou a prática do Depoimento Especial. Trata-se de uma forma de inquirição de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, forma essa que trouxe dissensos sobre a sua condução. Felman (2014) analisou grandes julgamentos históricos a partir de uma ótica multidisciplinar, articulando literatura e direito. A autora introduz a noção de inconsciente jurídico compreendido como repetidas feridas culturais de casos jurídicos traumáticos reprimidos que retornam compulsivamente e inconscientemente, e aponta os limites do direito. Ao analisar o famoso julgamento de O. J. Simpson nos Estados Unidos, ela apontou para como todo o país e não apenas o jogador foram a julgamento naqueles dias, visto que “o processo criminal é sempre instituído efetivamente não em nome da vítima, mas em nome da comunidade cuja lei é violada” (Felman, 2014, p. 110). O julgamento seria a tradução de traumas privados para um trauma coletivo e reconhecido, sendo, portanto, um ato de justiça histórica e não apenas jurídica.

Felman (2014) se articulou com as ideias de Caruth (1995) que, por sua vez, acrescentou que o trauma transmite uma verdade pessoal, mas também uma verdade histórica que não é literal e nem facilmente acessível. A partir dessas autoras e demais autores da Psicologia Social Jurídica, pretendeu-se levantar o impacto da violência sexual contra a criança e o adolescente nas manifestações dos internautas.

Metodologia

Como percurso metodológico optou-se pela análise de postagens pessoais na internet diante de um caso de violência infantil de grande repercussão nacional. O desenvolvimento dos recursos tecnológicos de comunicação e informação, de acordo com Oliveira, Gianordoli Nascimento, Naiff e Ávila (2017), potencializam novas questões para a Psicologia Social. Portanto, pensamos nesse campo como um espaço relevante para a pesquisa, visto que podemos encontrar na *web* visões político-sociais (Oliveira, Gianordoli-Nascimento, Naiff e Ávila, 2017).

Assim, foram selecionadas publicações de perfis pessoais da rede social *Twitter* entre o primeiro dia de agosto de 2020 até o último dia do respectivo mês. Esse período selecionado justifica-se pelo fato de o caso em análise ter iniciado sua notoriedade midiática no dia oito de agosto de 2020. Buscaram-se publicações que contivessem as palavras: menina, 10, e anos, por meio da busca avançada da própria plataforma. Foram excluídas as publicações que faziam referência a outros casos de meninas de 10 anos, as notícias e as mensagens cujo foco era a discussão do aborto. A partir dessa seleção foram encontradas 469 publicações. Optou-se por colocar nomes fictícios para garantir a privacidade dos usuários, apesar de as informações serem de acesso público.

A escolha pela plataforma *Twitter* se deu pelo seu propósito de abrigar diversas “pessoas, perspectivas, ideias e informações” (Twitter, 2021, s/p). De acordo com o site da respectiva mídia social, o Twitter é “o que está acontecendo no mundo e o que as pessoas estão falando agora” (Twitter, 2021, s/p). Entende-se que, nos dias atuais, temos uma “nova discursividade afetada e mediada pela tecnologia” (Moreira & Romão, 2011, p.78).

Para a coleta de dados utilizou-se a metodologia de análise de documentos. Com o advento da tecnologia percebe-se a ampliação de recursos considerados como documentos, como dizem Sampaio e Medrado (2020) que discutiram vídeos no *Youtube* de uma indústria farmacêutica. Partimos da compreensão dos “documentos de domínio público como práticas discursivas que fazem circular saberes e contribuem na institucionalização de regimes de verdade, jogos de poder e modos de subjetivação” (Sampaio e Medrado, 2020, p.228). Esses autores comentam que na atualidade somos incentivados a registrar nosso cotidiano em vários formatos e, apesar de não ter a finalidade de formar material para análise em pesquisa, podem ser utilizados para tal. Isso se soma ao que foi discutido anteriormente, ao fato de que o *Twitter* funciona como um registro de pensamentos e ideias cotidianas, tornando-se, portanto, fonte para a análise documental. Encontraram-se outros autores (Queiroz & Bueno, 2013; Pimenta, 2014; Cavalcanti, Calazans, & Lucian, 2015; Appel, 2019) que trataram essa rede social como fonte de análise documental. Logo, considerou-se que agrupar as postagens no *Twitter* produzidas sobre o caso de violência em tela é se aproximar de um panorama sobre o entendimento psicossocial a respeito da violência sexual contra crianças em nosso país.

Para análise dos dados, optou-se pela análise de conteúdo, visto que, com essa prática, é possível ir além do que está sendo comunicado, descobrindo conteúdos (Gomes, 2016). As unidades de registro foram divididas em cinco categorias: reverberações pessoais; posicionamentos; soluções; banalização da violência contra a criança e corpos violáveis, que serão apresentadas e comentadas a seguir.

O que os usuários têm a dizer?

A seguir, estão dispostas as cinco categorias, sinalizando suas respectivas subcategorias e a quantidade de publicações elencadas em cada uma dessas últimas.

Categoria	Subcategorias/quantidade de publicações		
<u>Reverberações pessoais</u>	Relatos pessoais/28	Comoção social/95	
<u>Posicionamentos</u>	Desejo punitivista/69	Questões políticas e/ou religiosas/58	
<u>Soluções</u>	/28		
<u>Banalização da violência contra a criança</u>	Não relevância dada à violência/58	Responsabilização da criança/36	Generalização do abuso/49
<u>Corpos violáveis</u>	Sexualização precoce/29	Corpo feminino/19	

A categoria “Reverberações Pessoais” uniu dois aspectos: os relatos pessoais e a comoção social. Essas postagens compartilham situações pessoais de vivências de violência sexual e emoções suscitadas em torno da ciência do caso da Armelle. As notícias que envolvem o caso levaram ao surgimento

de identificações, nas quais os usuários da plataforma confidenciam situações semelhantes vividas por eles. Alguns revelaram vivências desconhecidas até mesmo dentre os familiares: “minha mãe tá chorando desde ontem por causa da menina de 10 anos que foi estuprada, um dos meus maiores medos é ela descobrir o que aconteceu comigo...” (@abreu, 2020, n.p.).

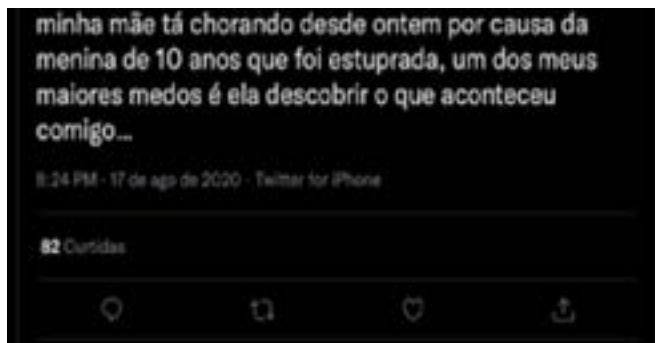


Figura 1³

Fonte: @abreu, 2020, n.p

Outra repercussão comum foi o envolvimento de crianças com a notícia do fato: “– Mãe, como uma menina de 10 anos pode ficar grávida? Juro pra vocês que não tenho a menor estrutura pra responder isso pra minha filha um ano mais nova que essa ‘mãe’” (@fernandes, 2020, n.p.). Ramos (2015) ressaltou que o tema da violência sexual infantil está em todo lugar e que isso possibilita que todos tenham uma opinião a respeito. A

3. Pretende-se, com essa imagem, retratar o formato de um tweet, para os leitores que não são usuários da plataforma e também pensando na longevidade deste texto. Foram recortados o nome e a foto para fins de confidencialidade. Abaixo dos seus escritos percebem-se os símbolos que representam, respectivamente, os botões para responder, retweetar, curtir e compartilhar. Retweetar é a republicação de uma postagem para seus seguidores.

internet passa a sensação de proteção do olhar do outro (Han, 2018), mas em alguns comentários e postagens com os quais as pessoas se identificaram houve reverberações a ponto de virarem notícia. Fica evidente o quanto a mídia impacta a vida dos indivíduos, endossando sua importância para a vida de quem posta e influenciando no entendimento de quem lê. O que se passa na mídia e o que se passa no mundo privado se confluem.

Importante ressaltar que a subcategoria “comoção social” foi a que conteve o maior número de tweets. São muitas e diversas pessoas compartilhando o impacto da notícia no seu dia a dia, como paralisação, nojo, repulsa e tristeza. Comentários de esgotamento psicológico por conta do assunto foram comuns: “Eu não to nem querendo discutir essa questão da menina de 10 anos que foi estuprada pq eu sinceramente não tenho mais saúde mental pra isso, to cansada dos nossos corpos serem objetificados” (@macedo, 2020, n.p.). “Acabei de ver sobre a menina que foi abusada desde os 6 anos de idade e agora, aos 10, está grávida. Eu fiquei muito abalada. Nem consigo me imaginar passando por algo parecido. É terrível” (@moura, 2020, n.p.).

A mobilização e o compartilhamento de sentimentos possuem um alcance para além de expressões individuais, dizem sobre concepções e entendimentos históricos e culturais, influenciando processos e instituições. Pensando nos tribunais, vemos uma influência da visão histórica sobre as sentenças. Segundo Felman (2014), os veredictos “(...) são decisões em torno do que admitir na memória coletiva e do que transmitir da memória coletiva” (Felman, 2014, p.117), sendo o julgamento uma “(...) reorganização jurídica e social do público e privado” (Felman, 2014, p.167), na qual “(...) a lei se relaciona com a história por meio do trauma” (Felman, 2014, p.117).

Erikson (1995) ressalta que, assim como os veteranos de guerra, pessoas traumatizadas se conectam umas com as outras de um modo especial, visto que conhecem uns aos outros de

uma forma íntima que nenhum outro amigo compreenderia. Ele nomeia esse efeito como “reunião dos feridos”⁴ [tradução nossa] (Erikson, 1995, p.187) em contrapartida ao ambiente externo, que geralmente é tratado como não confiável. Assim, segundo Erikson (1995), o trauma leva à perda de confiança em si mesmo, mas também a uma insegurança no social (família, governo e sociedade). Essa última pode ser percebida na subcategoria relatos pessoais, nos quais pessoas identificadas pelo trauma compartilham o sentimento de desamparo e insegurança no meio social.

Seja pela identificação ou pela angústia, percebe-se que a violência sexual infantil atinge os sujeitos, mesmo que à distância, e esses buscam a internet para escoar seu desconsolo. Han (2018) escreve sobre essa eferescência das redes sociais, que trazem um teor de descarga de afetos instantânea, bem como mobilizam e compactam a atenção em “ondas de indignação” (Han, 2018, p. 22) que, por sua vez, como salientado por Felman (2014), formam traumas coletivos compartilhados que são reorganizados na cena do tribunal.

Na categoria “Posicionamentos” observou-se um montante de mensagens direcionadas à responsabilização, à penalização ou à hostilidade contra os autores de violência. Esses *tweets* pedem por penas mais severas, ameaçam agredir o acusado e suscitam que a vingança seja feita pelos colegas de cela do mesmo. Vale salientar a revolta de alguns usuários frente a posicionamentos antipunitivistas ou diante da alegação de sofrimento mental por parte do acusado. Em sua maioria, os usuários relacionam esses discursos como endossadores da pedofilia. Um usuário resgata o antecedente criminal do acusado e o posiciona como preditor do abuso.

A busca por um culpado é levantada pela mídia, por meio da indignação social, dando destaque à figura da vítima

4. Tradução livre do original em inglês: “Gathering of the wounded” (Erikson, 1995, p.187).

e levando a um recrudescimento da legislação penal (Sousa, 2017). Essa mobilização se apresenta como uma vigilância digital que, segundo Han (2018), possui uma estrutura panóptica. Esse estado de patrulha fica evidente em Projetos de Lei (PL) como o PL 1.012 (2020), que pretende instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Femicídio, Estupro, Violência Doméstica e Familiar contra a mulher (CNPCMulher). A fim de combater a violência e em nome da proteção diante da possibilidade de futuros crimes, essa lista contaria com os nomes e dados desses sujeitos, como número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), características físicas, fotografias, endereço e até mesmo sua atividade laboral⁵.

Outro aspecto importante é o da individualização do crime, o argumento do caso a caso, como pode ser visto no tweet a seguir:

Coletivizar é ignorante e binário: Mulheres são boas. Homens são maus. Negros são bons. Brancos são maus. A Suzane Von Richthofen é mulher e branca. O estuprador da menina grávida aos 10 anos é negro. Isso nunca funcionará. A análise deve ser feita de uma perspectiva individual. (@mendes, 2020, n.p.)

No comentário analisado, há uma ideia de coletivo como categoria binária, sem considerar os marcadores sociais que compõem e afetam esses grupos. A saída pela perspectiva

5. Para aprofundamento na discussão sobre o limite do controle a partir da premissa da segurança e da punição, sugere-se a leitura de Bicalho, P. P. G. (2020). Discursos de ódio e punitivismo: que desafios os tempos atuais impõem para uma perspectiva social crítica em psicologia jurídica?. In: Sampaio, C. R. B.; Oliveira, C. F. B.; Neves, A. L. M.; Therense, M.; Beiras, A. (Orgs). Psicologia Social Jurídica: novas perspectivas da psicologia na interface com a justiça. Editora CRV. Curitiba.

individual alavanca tratativas, por vezes psychologizantes, que favorecem a judicialização da vida e esvaziam um debate mais amplo sobre o tema e seus atravessamentos sociais. Esse comentário evidencia uma função para a individualização: encontrar um culpado. Não podemos olvidar que um dos objetivos da prática do Depoimento Especial é a produção de provas visando responsabilizar os culpados (Pereira, 2016). Esse percurso evidencia a “fé na pena inquebrável como recurso à insegurança que aflige as sociedades neoliberais” (Sousa, 2017, p.954). Segundo Rebeque, Jagel e Bicalho (2008), é comum vermos no judiciário:

Discursos que têm o poder de marcar, estigmatizar e matar o outro, pela força e presença de uma certa perspectiva epistemológica de corte positivista, que insiste em um projeto objetivista, asséptico, neutro, inodoro e incolor para a Psicologia, cujas demandas são endereçadas a intervir e resolver problemas de desajustamento em situações definidas como problemas, ou a emitir pareceres técnicos e laudos sobre ‘perfis psicológicos’ (Rebeque, Jagel e Bicalho, 2008, p. 421).

Alguns usuários comentaram sobre questões políticas e religiosas que atravessaram o caso, principalmente no conteúdo de declarações de políticos e de autoridades religiosas. Han (2018) faz uma analogia do botão de curtir como uma cédula eleitoral digital, no qual a mídia se torna um novo local de eleição. O autor também comenta sobre a “sociedade de opinião” (Han, 2018, p.37), na qual todos possuem opiniões e informações sobre qualquer assunto, querendo apresentá-las sem um mediador. Em um relatório realizado pelo Radar Aos Fatos (Libório, Fávero, Cubas & Barbosa, 2020) sobre o engajamento das mensagens no Twitter sobre o caso em questão⁶, verifi-

6. Esse relatório apresenta proximidade com essa pes-

cou-se que tanto a direita, quanto a esquerda mostraram repúdio ao crime; entretanto: “contas ligadas à direita enfatizaram a necessidade de punição do criminoso e criticaram uma postura supostamente leniente da esquerda. Já contas à esquerda criticaram a atenção dada por militantes religiosos à questão do aborto e pediram foco no criminoso” (Libório, Fávero, Cubas & Barbosa, 2020, p.1). A partir disso, pode-se pensar que, quando o assunto é o abuso sexual contra a criança e o adolescente, posicionamentos distintos se unem em prol da culpabilização. Por conseguinte, isso reafirma leis que têm esse objetivo e convoca alguns profissionais para atuarem buscando essa verdade objetiva. Segundo Zizek (2014), é preciso fazer uma análise crítica e paciente desses casos violentos, pois a potência do horror e a empatia com as vítimas nos impedem de pensar. A mídia, definida por esse autor como uma “nova ciberdemocracia em que milhões de pessoas podem comunicar e se auto-organizar diretamente” (Zizek, 2014, p.34), potencializa a urgência.

Além disso, é preciso salientar, conforme apresentado por Sousa (2017), que a punição não é satisfatória para apaziguar o sofrimento da vítima e sua família, bem como há falta de dados que comprovem a efetividade do encarceramento. Apesar disso, o coletivo trata a questão como um segundo tribunal, exigindo punições implacáveis como a responsabilização do acusado, justiça pela vítima e consequentemente pelo social que também se sente lesado.

Esse segundo tribunal não funciona direcionado apenas para essa criança em questão, não se trata de algo pessoal. A hostilidade de algumas postagens direcionada a Armelle, como proposto por Nalli e Mansano (2019), vem de uma demanda

quisia por investigar o caso Armelle no *Twitter*. Entretanto, utilizou-se uma metodologia predominantemente quantitativa para análise dos dados, bem como se privilegiou o aborto como tema principal; não houve conexão do tema com a Psicologia e se utilizou um recorte de tempo menor, entre os dias 14/08/20 e 18/08/20.

pela atenção e pelo reconhecimento na rede por meio do impacto das postagens, podendo ser *likes* ou *dislikes*, comentários positivos e/ou negativos: “Neste caso, o que interessa é a sobrevivência performática do agressor como tal, por seus atos de violência, tomando o objeto como irrelevante, ainda que possa parecer o contrário” (Nalli e Mansano, 2019, p. 6). Soma-se a isso o atravessamento constante do Poder Judiciário na vida dos cidadãos, configurando a judicialização da vida que é compreendida como “o movimento de regulação normativa e legal do viver” (Oliveira e Brito, 2013, p. 80). Essa lógica judicializante aparece em diferentes espaços, incluindo as redes sociais, nas quais os sujeitos se posicionam de forma a se apropriar das normas e reivindicando posturas jurídicas-legislativas “para resolução de conflitos cotidianos” (Oliveira e Brito, 2013, p. 80).

Han (2017) também vai nessa direção ao abordar as práticas nos *microbloggins*, como o *Twitter*. Nesses espaços, segundo o autor, há superlotação de sujeitos hipertróficos, que não mais negam o outro para se positivar, mas que tentam chamar atenção do outro. Essa violência exibida nas redes, além de não ter um objeto alvo, é provocada, para Nalli e Mansano (2019), pela sobreposição performativa da contemporaneidade, na qual os sujeitos exigem de si mesmos uma produtividade excessiva.

Na terceira categoria, nomeada como Soluções, percebeu-se certa quantidade de usuários levantando possíveis soluções da violência sexual infantil e seus respectivos danos, tais como: educação sexual, notificação compulsória e destituição do poder familiar. Fica evidente que as notícias do caso Armelle suscitam a emergência de sentimentos e lembranças individuais da vida privada dos usuários e que isso gera movimentação em prol de ações para a proteção da criança e coibição da violência sexual infantil. Sousa (2017) observa que alguns fatos com relevante indignação social abrem demandas por justiça, a exemplo da Lei Maria da Penha (Lei nº11.340, 2006). Com isso, pensamos até que ponto as repercussões midiáticas tam-

bém não influenciaram e influenciam a forma como o judiciário escuta as crianças e os adolescentes.

Zizek (2014, p. 18) aborda a urgência que as “crises humanitárias” provocadas pela mídia trazem, sendo o agora o tempo de agir; e Han (2018) salienta como os aparatos digitais levam ao desaprendizado de pensamentos complexos, pois demanda o curto prazo. Zizek (2014) ainda acrescenta que essa urgência do sentido humanitário é mediada e sobredeterminada por considerações de ordem política. Isso nos remete à urgência na aprovação do projeto de lei (Arantes, 2017) que fez a promulgação da Lei 13.431(2017) e instaurou o Depoimento Especial. Arantes (2017) contextualiza a promulgação da lei do Depoimento Especial (Lei nº 13.431, 2017) e salienta o caráter de urgência dado à aprovação por questões políticas ocasionadas pela comoção social.

Apesar do posicionamento contrário dos Conselhos Federais de Psicologia e da Assistência Social e da ausência de um espaço de debate, o projeto de lei foi aprovado em caráter de urgência. Arantes (2017) explica o plano de fundo da aprovação, considerando a comoção nacional em decorrência do estupro coletivo de uma adolescente no Rio de Janeiro e o encontro do presidente Michel Temer com o Rei e a Rainha da Suécia para o Fórum Internacional em Defesa da Criança. A realeza possui vinculação com a organização *Childhood*, que está intimamente ligada às questões da violência sexual infantil e o Depoimento Especial. A comoção nacional do caso citado foi expressiva, teve destaque na mídia de todos os formatos, de jornais impressos às redes sociais, mobilizando usuários a trocarem suas fotos de perfil em prol de um posicionamento contrário à cultura do estupro. O então presidente tinha sua popularidade em queda e garantiu à realeza o pedido de urgência para o PL nº 3792 (2015), que foi aprovado no mesmo dia e foi sancionado durante o fórum.

A partir dos *tweets*, fica evidente a demanda por soluções não somente para o caso de Armelle, mas também para a busca da proteção de todas as crianças. Como apresentado por Sousa (2017), a urgência somada à exposição midiática e às mobilizações sociais alavancam soluções ágeis às autoridades. Essas acabam promulgando leis e criando práticas com o respaldo de especialistas em caráter urgente para reagir a essas repercussões e demandas.

A quarta categoria intitulada Banalização da violência contra a criança e o adolescente abordou relatos e denúncias do privilégio de outras pautas perante o abuso infantil, como o aborto, e questionamentos de discursos de responsabilização das crianças, levantando a questão de que o caso Armelle não é um fato isolado. Há uma sensação generalizada de desproteção e crítica às pessoas que usaram o caso para ter mais visibilidade nas redes sociais. Um internauta questionou: “Assim como no caso da menina de 10 anos, também no ES, o estupro só foi descoberto por causa da gravidez. Quantos estupros a meninas da mesma faixa etária continuam encobertos por elas ainda não estarem férteis?” (@carvalho, 2020, n.p.). Esse *tweet* vai ao encontro da pesquisa realizada pelo Radar Aos Fatos (Libório, Fávero, Cubas & Barbosa, 2020), que apontou que o tema do aborto foi majoritário (69%) nas publicações sobre os casos. Esse fato nos faz refletir sobre se o caso teria a mesma repercussão se não engendrara a problemática do aborto.

Outros apontamentos importantes, que surgiram em meio às publicações, foram questionamentos sobre o formato das notícias:

Impressão minha ou essa manchete dá a sensação de que o ato foi da menina? Por que não atribuir a ação ao agressor? Algo como “tio estuprador engravida menina de 10 anos”? (@garcia, 2020, n.p.).

Avaliando rapidamente as manchetes sobre o caso do estupro de uma criança no ES: a maioria coloca a ação do verbo ‘engravidar’ relacionado apenas a criança. “Menina de 10 anos engravidada...” dá a entender um consentimento. Já “suspeito de estuprar e engravidar” indica o crime! (@barbosa, 2020, n.p.)

A tentativa de conciliar os conceitos de proteção e de responsabilização é narrada por Brito, Ayres e Amêndola (2006). Pensando no Depoimento Especial, essas autoras questionaram como seria possível colocar as crianças no lugar de quem condena e de quem deve ser acolhido, visto que na maioria dos casos a única prova da infração penal é a criança (Pereira, 2016). Um dos argumentos contrários à prática do depoimento especial é justamente a retirada do direito à fantasia, já que a prática exige a veracidade para produção de provas. Uma frase muito comum endereçada ao caso em questão é a de que a vítima é apenas uma menina de 10 anos. Ressalta-se que essas crianças ora são convocadas a depor contra um familiar, sendo seu relato a única prova para a sentença, e ora é só uma menina de 10 anos, que tem direito à fantasia e a brincar.

Por fim, na última categoria chamada “Corpos violáveis” identificaram-se comentários sobre a exposição precoce do corpo infantil às situações de cunho sexual e apontamentos sobre questões de gênero. Percebeu-se que, frequentemente, os usuários da rede social apontam a incoerência no comportamento de alguns homens frente ao caso de Armelle comparado a outras situações: “Caras, ou vocês se revoltam com o caso da menina de 10 anos violentada, ou assediam as novinhas no insta, falando nos seus grupos que com 11, 12 anos ‘já guenta’. Os dois não dá” (@couto, 2020, n.p.). Uma usuária adolescente chega a relatar uma situação pessoal: “Um cara cristão, conservador e quando estava acontecendo tudo aquilo da menina de

10 anos postou ser contra aborto e pró vida, curtiu >todas<⁷ as fotos do meu corpo no insta. Morro de rir desses lixos.” (@silva, 2020, n.p). Outro tipo de manifestação exposta foi a do corpo da mulher como um objeto usado quando convém, que é recorrentemente alvo de regras, olhares e determinações: “Porque o governo acha que o corpo da mulher é um objeto que só serve pra reprodução. E a população também mostrou que concorda depois do caso da menina de 10 anos.” (@aguiar, 2020, n.p).

Moreira et al (2019) nos relembram que construções discursivas vulnerabilizam alguns corpos e os posicionam em situações de violência. Essa gestão e violação dos corpos remete a uma construção que não é só histórica, mas “(...) filosófica, médica, pedagógica, psicológica e jurídica” (Colling, 2014, p.16) que receitam papéis sociais do que é ser homem e do que é ser mulher e, principalmente, como se faz um corpo sexuado feminino (Colling, 2014). Colling (2014) equipara as crianças às mulheres em seus percursos históricos, os quais ficaram marcados pela sensibilidade, sexualidade desorientada e irracionalidade. Como resposta a esses preceitos sucede o encarceramento desses corpos.

O corpo infantil feminino carrega direcionamentos que são, muitas vezes, para o lugar de vítima, como discutido anteriormente, e nem sempre essa condição é benéfica. Eliacheff e Larivière (2012) apontam como é difícil sair do estatuto de vítima, quando tudo a ele retorna, reforçando a mulher como “sintoma do homem, expressando as angústias e os conflitos dele” (Colling, 2014, p.14). Ao colocar a mulher à margem, a História continua uma “(...) profissão de homens, que escreveram a história dos homens, apresentada como universal” (Colling, 2014, p.12). Portanto, acentua-se a necessidade de tratar a violência com seu contexto histórico e cultural, visto que seus mecanismos de prevenção e de contenção, seja por

7. Essa grafia é frequentemente usada pelos usuários do *Twitter*, a fim de dar destaque à palavra.

meio de políticas públicas e/ou Sistema de Justiça, muitas vezes são constituídos majoritariamente por homens. Como forma de elucidar este aspecto pontua-se que, em uma pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a participação feminina na magistratura foi de 38,8% e que “as magistradas ocuparam, em média, de 21% a 30% dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Corregedor ou Ouvidor, nos últimos 10 anos” (Conselho Nacional de Justiça, 2019, p. 27). Torna-se relevante sinalizar para os dados dos cargos de liderança, pois diversas questões sobre o sistema de justiça são decididas por quem os ocupa, tais como: orçamento, novos programas, dentre outros⁸.

Poll, Alves e Perrone (2018) conceituam a violência de gênero também como um trauma cultural, pela sua configuração da sua repetição, em que o ódio está atrelado à cultura. A violência de gênero é uma violência que recai diretamente sobre os sujeitos e seus corpos, visto que restringe as formas de manifestação corpórea e as formas de subjetivação” (Poll, Alves e Perrone, 2018, p.95). Nas publicações nas redes sociais, há revolta com a violência contra a criança e a adolescente, mas nos grupos ou nos perfis femininos individuais a sexualização precoce e a gestão dos corpos é instigada. Portanto, apesar de toda movimentação e das legislações contemporâneas, as construções discursivas androcêntricas ainda se encontram presentes. Restringir a possibilidade do sujeito de ser sujeito e gerir seu corpo constitui uma violência. Portanto, falar sobre a violência sexual infantil também passa por falar da violência de gênero, visto o caráter sexista da violação citada.

8. Para aprofundar no tema dos lugares das mulheres nesse espaço, indica-se a leitura de Brito, G. A. F., Lino, M. V., Moreira, T. O. (2021). Mulheres no judiciário: práticas e desafios. Editora CRV.

Considerações finais

Há uma influência clara da sensação generalizada de desproteção das crianças, bem como um sentimento de desca-so com o tema, na reivindicação da judicialização da proteção. Esse contexto incentiva práticas certificadas como modernas, eficientes e breves. Entretanto, esse cenário pode favorecer o punitivismo e prejudicar a elaboração de caminhos para a pro-teção e integração dos dispositivos já existentes.

Os *tweets* evidenciaram a tênue fronteira do público e do privado na sociedade das mídias sociais. O que está sendo julga-do em um tribunal não versa apenas sobre o caso a que se refere. No veredito há uma verdade histórica (Felman, 2014), bem como nos posicionamentos sociais há um senso por responsabilização, assim como em um tribunal. Essas manifestações estão associa-das ao compartilhamento de afetos que um trauma pode provo-car. A grande quantidade de publicações na categoria “Comoção Social” confirma a descarga de afetos que esse espaço proporciona. A vida de uma pessoa anônima pode ganhar fama com um *tweet* e os usuários podem ser influenciados pelo que leem, che-gando a compartilhar momentos pessoais. Como observado por Sousa (2017) em outras legislações, percebe-se que, no caso da violência sexual infantil, também aparece uma busca pelo culpa-do, efervescido pela indignação social, dando destaque à vítima e exigindo penas mais rígidas. A mídia social aparece nesse con-texto como uma estrutura panóptica de vigilância social (Han, 2018) que endossa a fé inquebrável na penalização (Sousa, 2017).

A violência sexual contra a criança e o adolescente atin-ge os sujeitos, mesmo que à distância, e esses buscam a internet para escoar seu desconsolo. Essa descarga de afetos instantânea (Han, 2018), traduzida na efervescência das redes sociais apare-ce como “ondas de indignação” (Han, 2018, p. 22) que, por sua vez, como salientado por Felman (2014), formam traumas cole-tivos compartilhados que são reorganizados na cena do tribunal.

Esse impacto na vida privada traz uma urgência por soluções, a fim de coibir a violência sexual infantil, o que nos traz à cena a promulgação em caráter de urgência da Lei 13431 (2017), que instaura o depoimento especial. O Depoimento Especial levantou discussões acerca da violência sexual infantil, suas demandas e tentativas de contenção. Os dissensos aparecem desde sua conceitualização e o tema aparece em múltiplos lugares, incluindo as mídias sociais e o judiciário. Esses espaços se tornam um depósito para manifestações e busca de respostas. Entretanto, a urgência traz delineamentos inacabados, sem espaço para debates e para o desenvolvimento de práticas alinhadas a um projeto ético e técnico de compromisso social da Psicologia. Além disso, a violência como um conceito histórico, social e cultural, apresenta várias facetas que devem ser consideradas em suas especificidades, como a violência de gênero. Mulheres e crianças possuem um percurso histórico similar em seus tratamentos e não podemos olvidar que as crianças e adolescentes vítimas são, em sua maioria, meninas. Entretanto, na magistratura, que é frequentemente a outra ponta para resolução da questão, esse número se inverte e as mulheres são minoria.

Vale ressaltar que, além dessa faceta, as motivações e fundamentações na produção de uma legislação também são fontes de análise. Na aprovação da lei de Depoimento Especial, um caso de repercussão na época foi utilizado como justificativa para a urgência de sua aprovação. O que também provoca a reflexão sobre quais efeitos legais esse caso poderá gerar, ou seja, sobre quais usos – diante da comoção em situações extremas – podem ser aplicados para a fundamentação de outros projetos de lei. Cabe pontuar que, no caso aqui analisado, os procedimentos de escuta não ficaram explicitados. Apesar de relatos sobre a intimidação para a desistência do procedimento e o vazamento de informações, as violações não estavam diretamente vinculadas aos procedimentos jurídicos e policiais.

Os profissionais da Psicologia devem atentar para o clamor de culpabilidade antes de criar e adentrar em práticas que endossam esses discursos. Afinal, a verdade que a psicologia tem competência para cumprir é a da verdade subjetiva, e não devemos endossar o viés da criminalidade como patologia social, que acaba levando para a criminalização do cotidiano e da pobreza (Rebeque, Jagel & Bicalho, 2008).

Diante disso, é preciso reforçar que a Psicologia é um campo que possui um projeto ético-técnico, que não deve embarcar nas dicotomias. Apenas fazer oposição não é suficiente e nem ético para se tratar a questão da violência sexual contra a criança e o adolescente (Ramos, 2015). Uma questão que a pesquisa desdobra é se seria possível, por meio de uma sentença judicial, conter essas demandas subjetivas que aparecem na mídia social. Investigações futuras são importantes para responder essa questão, bem como complementar o estudo incluindo mídias sociais com outros públicos.

Referências bibliográficas

- Amêndola, M. F. (2009). *Crianças no labirinto das acusações: Falsas alegações de abuso sexual*. Curitiba: Juruá, 208p
- Abreu, L. [@abreu]. (2020). *Conteúdo de postagem na rede social*. Twitter.
- Aguiar, L. [@aguiar]. (2020). *Conteúdo de postagem na rede social*. Twitter.
- Appel, P. T. (2019). *Twitter como forma de divulgação do esporte: Case bucks Brasil durante os playoffs da NBA*. (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 76p
- Arantes, E. M. M. (2017). *Valeu a pena aprovar o Projeto de Lei no 3792, de 2015, sem nenhuma Audiência Pública? Notas sobre os discursos do presidente para o rei e a rainha da Suécia*. Empório do Direito, 22 abr. 2017. Recuperado de <https://emporiiodireito.com.br/leitura/valeu-a-pena-aprovar-o-projeto-de-lei-n-3792-de2015-sem-nenhuma-audiencia-publica-notas-sobre-os-discursos-do-presidente-para-o-rei-e-a-rainha-da-suecia>.
- Barbosa, L. [@barbosa]. (2020). *Conteúdo de postagem na rede social*. Twitter.
- Bicalho, P. P. G. (2020). *Discursos de ódio e punitivismo: que desafios os tempos atuais impõem para uma perspectiva social crítica em psicologia jurídica?*. Em: Sampaio, C. R. B.; Oliveira, C. F. B.; Neves, A. L. M.; Therense, M.; Beiras, A. (Orgs). *Psicologia Social Jurídica: novas perspectivas da psicologia na interface com a justiça*. Editora CRV. Curitiba, 426p
- Brito, L., Ayres, L. & Amêndola, M. (2006). *A escuta de crianças no sistema de justiça*. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, Dec, p. 68-73.
- Brunet, L. (2020, 16 de novembro). *Salvar crianças do abuso é salvar nosso futuro*. O Globo. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/celina/salvar-criancas-do-abuso-salvar-nosso-futuro-24744656>.

- Caruth, C. (1995). *Introduction*. In: Caruth, C. (1995). *Trauma: Explorations in memory*. Johns Hopkins University Press, p. 3-13.
- Carvalho, L. [@carvalho]. (2020). *Conteúdo de postagem na rede social*. Twitter.
- Cavalcanti, G., Calazans, J. & Lucian, R.,. (2015). *Quando as marcas encontram consumidores online: uma análise da repercussão deste encontro no Twitter*. RIMAR – Revista Interdisciplinar de Marketing. Maringá, v.5, n.1, Jan./Jun, p. 15-29.
- Conselho Nacional de Justiça. (2019). *Diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário*. Brasília. Recuperado de <https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/2019/05/cae277dd017bb4d4457755febf5eed9f.pdf>
- Colling, A. M. (2014). *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Editora EFGD, 114p;
- Couto, L. [@couto]. (2020). *Conteúdo de postagem na rede social*. Twitter.
- Eliacheff, C., Larivière, D. S. (2012). *O tempo das vítimas*. Tradução de Lucia Valladares. Editora Fap-Unifesp. São Paulo, 240p.
- Erikson, K. (1995). *Notes on trauma and community*. In C. Caruth (Ed.), *Trauma: Explorations in memory*. Johns Hopkins University Press, p. 183–199.
- Felman, S. (2014) *O Inconsciente Jurídico: Julgamentos e traumas no século XX*. Tradução de Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: Edipro, 256p
- Fernandes, L. [@fernandes]. (2020). *Conteúdo de postagem na rede social*. Twitter.
- Garcia, L. [@garcia]. (2020). *Conteúdo de postagem na rede social*. Twitter.
- Gomes, R. (2016). *Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa*. Em: Minayo, M.C. de S. (org.), Deslandes, S. F. & Gomes, R. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 32. Ed, p. 79-106.

Gonçalves, H. S. (2003). *Infância e violência no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU e FAPERJ, 310p.

Gonçalves, H. S. & Ferreira, A. L. (2002). *A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde*. Cadernos de Saúde Pública, 18(1), p. 315-319.

Gonzaga, P. R. B., Gonçalves, L., Mayorga, C (Orgs.) (2019). *Práticas acadêmicas e políticas sobre o aborto*. Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. Recuperado de: <https://clacaidigital.info/bitstream/handle/123456789/1251/pr%C3%A1ticas%20acadêmicas%20e.pdf?sequence=2&isAllowed=y>

Han, B.-C. (2017). *O meio é a era da massa*. Em: Han, B.-C. (2017). *Topologia da violência*. Ed Vozes, 2017, p.213-229.

Han, B.-C. (2018) *No enxame. Perspectivas do digital*. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 136p.

Lei Nº 11.340, de 7 de agosto. (2006). *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.

Lei no 13.431, de 04 de abril de. (2017). *Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13431.htm.

Libório, B., Fávero, B., Cubas, M. G. & Barbosa, J. (2020). *Mensagens contra aborto de criança estuprada no ES representaram só 2% do engajamento sobre o assunto*

- no *Twitter*. Radar aos fatos. Relatório #2. Rio de Janeiro. Recuperado de https://static.aosfatos.org/media/cke_uploads/2020/08/21/20ago2020-relatorio-radar 2.pdf.
- Mendes, L. [@mendes]. (2020). *Conteúdo de postagem na rede social*. Twitter.
- Macedo, R. [@mendes]. (2020). *Conteúdo de postagem na rede social*. Twitter.
- Moura, J. [@mendes]. (2020). *Conteúdo de postagem na rede social*. Twitter.
- Moreira, V. L. & Romão, L. M. S. (2011). *O discurso no Twitter, efeitos de extermínio em rede*. Revista Rua. Campinas. SP, v. 17, n° 2, p. 78-96. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638326>.
- Moreira, L. E., Silva, M. M., Santos, M. M. dos, & Marinho, M. I. C. (2019). *Sexualidades no tribunal: enunciados na jurisprudência do sudeste*. Gênero & Direito, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 39-64. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2179-7137.2019v8n1.45593>.
- Nalli, M. A. G. e Mansano, S. R. V. (2019). *Da violência psicopolítica na contemporaneidade: uma análise das dimensões afetivas*. Psicologia em Estudo [online], v. 24, p. 1-12. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.43021>.
- Nascimento, M. L. Do. (2014). *Pelos caminhos da judicialização: lei, denúncia e proteção no contemporâneo*. Psicologia em Estudo [online], v.19, n. 3, p. 459-467. <https://doi.org/10.1590/1413-73725000609>.
- Oliveira, F. C., Rocha, J. P. D. C., Gianordoli-Nascimento, I. F., Naiff, L. A. M., & Ávila, R. F. (2017). *Novas páginas de pesquisa em Psicologia social: o fazer pesquisa na/da internet*. Psicologia e Saber Social, 6(2), p.186-204. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2017.33558>.
- Oliveira, C. F. B., Brito, L. M. T. *Judicialização da vida na contemporaneidade*. Psicologia: ciência e profissão, 2013, 33 (núm. esp.), 78-89. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pcp/a/5J9RSV5JxBmh9TZCVWMC-vkp/?lang=pt#>

Pimenta, L. F. (2014). *Marcas humanas: uma análise da comunicação do Pontofrio no Twitter*. (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.91. Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/103484/000934515.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Pereira, J. B. (2016). *O uso de protocolos de entrevista no depoimento judicial de crianças*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 126p. Recuperado de <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/15399>.

Poll, M. M.; Alves, F. O.; Perrone, C. M. (2018). *Violência de gênero: Uma discussão sob a perspectiva de trauma cultural*. *Interação em psicologia*, vol 22, n 02, p. 89-96. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v22i2.50001>.

Projeto de Lei No 3.792 de. (2015). *Estabelece o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, e dá outras providências*. Recuperado de https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;-jsessionid=D318AADD2D01E2A98C3FBDD2E8A8A893.proposicoesWeb1?codteor=1469577&filename=Avulso+-PL+3792/2015.

Projeto de Lei 1012, de. (2020). *Institui o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Feminicídio, Estupro, Violência Doméstica e Familiar contra a mulher (CNPCMulher)*. Recuperado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141220>.

Queiroz, W. S. & Bueno, T. H. (2013). *Conteúdo no Twitter: Análise das Postagens de Empresas, Jornalistas e Acadêmicos de Comunicação em Imperatriz*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Mossoró.

Ramos, S. I. S. (2015). *Depoimento Especial de Crianças: multiversos em cena*. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 223p. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2017/02/Silvia-Ignez-Silva-Ramos-Tese-de-Doutorado.pdf>.

Rebeque, C. da C., Jagel, D. C., & Bicalho, P. P. G. (2009). *Psicologia e políticas de segurança pública: o analisador 'Caveirão'*. *Psico*, 39(4). Recuperado de <https://revista-seletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/4000>.

Sampaio, J. V. & Medrado, B. (2020). *Documentos de domínio público na produção de modos de subjetivação*. Em: Moscheta, M. S, Souza, L. V, Rasera, E. F. (Orgs). (2020).

A dimensão política do pesquisar no cotidiano. São Paulo, SP: Letra e Voz, p. 228-247.

Silva, A. [@silva]. (2020). *Conteúdo de postagem na rede social*. Twitter.

Sousa, A. M. De. (2017). *Leis em (com) nomes de vítimas: a ampliação do Estado polícia e a produção de subjetividades na contemporaneidade*. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 17, n. 3, p. 951–969. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812017000300009&lng=pt&tlng=pt.

Twitter. (2021). *About twitter*. [Web page]. Recuperado de <https://about.twitter.com/en/who-we-are/our-company>.

Zizek, S. (2014). *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 302p

“Marketização” da Psicologia nas Mídias Digitais: uma análise de um perfil de grande alcance

**Ana Clara Marques Robes ; Bárbara Soares Braga ; Beatriz
Sampaio Malverde Rodarte ; Juliana Dutra Miranda ; Lara
Ferreira e Campos Maciel ; Sara Guerra Maia ;
Natanael Augusto de Freitas ; Nidia Mayra Duarte Dias ;
Paulo Eduardo Rodrigues Alves Evangelista**

O processo de globalização, consequência dos avanços científicos e tecnológicos, promoveu uma (r)evolução nos meios de transporte e de comunicação, rompendo com fronteiras geográficas e interligando diferentes esferas da vida cotidiana em tempo real e *online*. A transformação e a unificação das formas de vida fabricaram um consenso sobre qualidade de vida e satisfação individual, estando muito ligadas ao acúmulo de capital e à instantaneidade (Moraes, 2022). Dentro dessa perspectiva, há um enfraquecimento da territorialidade, uma expressão comportamental e sentimental em relação a um espaço físico e um fortalecimento dos vínculos virtuais, permitidos pela expansão do acesso à internet (Hjarvard, 2012).

Consequência da democratização do acesso à internet, a lógica das redes permitiu a fixação da mídia global por meio da linguagem digital única, da descentralização do controle e da inexistência de marcos regulatórios legais (Moraes, 2022). Assim, as redes sociais têm sido empregadas como principal ferramenta de representação da realidade, de disseminação de informações e de aproximação das relações sociais. Nelas, identidades podem ser apresentadas, criadas e recriadas instantaneamente por meio do discurso digital, sendo o meio de comunicação mais utilizado no mercado atualmente.

A lógica de mercado, influenciada pelo avanço do neoliberalismo, também transforma a construção da linguagem e, assim, dos discursos verbais e não verbais. Com novos conglomerados de informações e entretenimento, o mercado altera vi-

sões de mundo e demandas coletivas. Neto (2008) conceitua a evolução desses processos midiáticos instaurados na sociedade industrial, que estrutura o funcionamento e as dinâmicas sociais e simbólicas nesse meio virtual, como *mediatização*. Por meio das mídias, é possível que um mediador traduza para os indivíduos temas e problemáticas que, antes, pareciam distantes.

Como forma de vender seus produtos para os novos consumidores que emergem dessa era digital, as profissões se deslocam para o lugar de protagonismo dessa mediação de sentidos nas mídias digitais, se entrelaçando numa teia de redes sociais, instituições e sujeitos, o que promove processos de afetações. Como referência engendradora dos modos de ser no mundo, a cultura midiática altera as noções de inteligibilidade de produtos e produtores (Neto, 2008); assim, a máxima “quem não é visto não é lembrado” se torna o carro chefe para quem usa mídias digitais como forma de divulgação de trabalho.

Entrando nessa nova organização social, as profissões acabam passando por um outro processo que pode ser chamado de “*marketização*”¹ da profissão. Bauman (2008) fala sobre uma submissão ao processo do marketing como forma de promover uma mercadoria desejável. Para isso, as ferramentas disponíveis são utilizadas para aumentar o valor de mercado do produto em questão. Assim, a “*marketização*” pode ser pensada como uma construção do discurso da mídia que perpassa a óptica do marketing como forma de alcançar as demandas de uma sociedade culturalmente consumista.

1. “*Marketização*” é um termo emergente que vem sendo amplamente discutido na internet para referir-se a necessidade de gerar valor em cima de algo a partir do marketing. Em busca pelo termo nas seguintes plataformas: Scielo, PePSIC, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, BVS Saúde, Google Scholar, Domínio Público não foram encontradas produções científicas suficientes que tratassem de seu uso e produzissem uma conceituação universal, apontando para a emergência do tema e necessidades de mais pesquisas na área.

A recente pandemia do COVID-19 impulsionou o uso das redes sociais e a necessidade de inovações criativas para conectar pessoas. Conforme colocado por Souza e Dacorso (2020), nesse momento de crise sanitária a internet se tornou o centro das relações sociais e da comunicação. Para as autoras, existe um estreitamento de laços entre sujeito, mundo virtual e instituições: as mídias digitais deixam de ser um complemento do mundo real. A pandemia, e o consequente isolamento social, também impactou negativamente a saúde mental da sociedade, gerando um aumento na procura por psicoterapia² e por informações sobre o campo Psi. Nesse sentido, a Psicologia apresenta uma crescente inserção nas mídias digitais com o objetivo de visibilizar conhecimentos e práticas da área.

Dentre todas as redes sociais, o *Instagram* é o recorte utilizado nesse artigo por ser uma das redes mais populares do mundo, cuja proposta consiste em um compartilhamento rápido e instantâneo de fotos e vídeos. É neste aplicativo que as profissões se inserem para se tornarem visíveis e inteligíveis. Pode-se pensar que uma consequência direta desse processo para a Psicologia é a desestigmatização da saúde mental e a popularização da psicoterapia; aos poucos, o tabu de que “psicoterapia é só para gente doida” vai se desconstruindo. Concomitantemente a isso, porém, vê-se um crescente estímulo a uma constante produtividade, uma intensa produção e disseminação de informações reducionistas, e um predomínio da positividade, em prol de engajamento³ e reconhecimento nas redes sociais.

2. Conceição A. & Frisch F. (19 mar., 2021). Pandemia aumenta procura por atendimento de saúde mental [Versão Eletrônica]. Valor Econômico. Acesso em 02 de dezembro de 2021 <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/04/19/pandemia-aumenta-procura-por-atendimento-de-saude-mental.ghtml>

3. O engajamento é um conceito estudado por diversos campos do saber. No Marketing, pode ser entendido como a intensidade da relação entre aquele que vende

Metodologia

Tendo em vista a crescente presença de perfis de Psicologia na internet, a quantidade de material possível para a investigação a que nos propusemos é extremamente ampla. Para afunilar nosso escopo, optamos por realizar um estudo de caso de um perfil de grande alcance no *Instagram*. A página escolhida realiza a divulgação de conteúdos que se relacionam ao campo da Psicologia, utilizando uma linguagem simples, no intuito de traduzir a Psicologia para o público leigo, promovendo uma Psicologia que seja considerada prática, conforme indiciado em publicações do perfil. Após grande repercussão, por meio da exploração de temas como ansiedade, depressão, autoestima e relacionamentos em postagens que fornecem “dicas”, “remédios naturais” ou “lições”, a página passou a ofertar terapia *online* e presencial. De acordo com o perfil, mais de 3000 sessões já são ofertadas por mês. Atualmente, a página também oferta serviços de médicos, *personal trainers* e nutricionistas, além de ter se tornado uma franquia para psicoterapeutas.

Para realizar esse estudo, foi feita a análise das publicações compreendidas entre 01/11/2021 e 26/01/2022, dando enfoque ao conteúdo da postagem. A princípio, foram criadas as seguintes categorias de acordo com as temáticas das publicações: “informativas”, “pontuações para determinados comportamentos”, “dicas de ouro”, “divulgação de serviços”, “erros comuns” e “autocategorialização”. Dentre essas, a categoria “dicas de ouro” foi selecionada, para que fosse possível realizar uma aplicação de algumas ideias de Byung-Chul Han em diálogo com outros autores que tratam do fenômeno da

e aquele que consome, conforme colocado por Marra e Damascena (2013). No Instagram, está relacionado ao número de visualizações, *likes*, compartilhamento nos *posts*, significando um interesse e envolvimento dos seguidores com o conteúdo. Para isso, é necessário estar ativo e em constante interação com o público.

contemporaneidade, a fim de realizar uma análise minuciosa e articulada à literatura. Após isso, foram selecionados 4 *posts* considerados exemplos ilustrativos dessa categoria para a exposição no artigo. É importante salientar que o perfil analisado se trata de um recorte específico da mercantilização da psicologia, não sendo possível, portanto, produzir generalizações quanto à temática abordada. Entretanto, a partir dele foi possível compreender melhor esse processo de *marketização* que vem se desenrolando nos últimos anos e colocar algumas questões a serem investigadas posteriormente.

Fundamentação Teórica

Ao questionar o que denomina “Era da Técnica”, Heidegger (2007) propõe “um modo de desvelamento de sentido, de produção de verdade” (Sá, Mattar, & Rodrigues, 2006). No ensaio escrito em meados do século XX, o autor já aponta para o predomínio desse modo de desvelamento da realidade na contemporaneidade. Para Heidegger, a técnica apresenta como característica a exploração de recursos disponíveis na natureza, e o homem, fazendo parte da natureza, também está sujeito a essa exploração, sendo considerado enquanto “fundo de reserva”, ou seja, recurso de energia disponível (Sá, Mattar, Rodrigues, 2006).

Em sua obra, Byung-Chul Han nos oferece outros elementos para pensarmos nesse fenômeno. Em *A Sociedade do Cansaço*, o autor considera que a entrada no século XXI foi marcada pela passagem a um novo paradigma, caracterizado “pelo desaparecimento da alteridade e da estranheza” (Han, 2015, p.2). Para ele, no paradigma anterior, imunológico, predominava a rejeição da alteridade, o traçado de um limite claro entre o dentro e o fora. Por impedir os processos de troca e de intercâmbio com suas barreiras e muros, entretanto, “o paradigma imunológico não se coaduna com o processo de globalização” (Han, 2015, p.13), sendo, portanto, substituído.

No novo paradigma predomina a diferença, que tem a estranheza neutralizada pela centralidade do consumo. Assim, como ilustrado pelo autor: o estranho, para o turista e o consumidor, passa a ser exótico, e, portanto, visitável ou comprável. O capital é força motriz dos processos denunciados, sendo que “o dinheiro, que iguala tudo com tudo, desfaz qualquer incomensurabilidade, qualquer singularidade das coisas” (Han, 2017, p.10). Para o autor, a neutralização ou o desaparecimento da alteridade catalisado pelo capital indica que “vivemos numa época pobre de negatividades” (Han, 2015, p.14).

O exagero de positividade derivado da passagem do paradigma imunológico para o novo paradigma seria a razão para a alta dos adoecimentos neuronais, cujos exemplos seriam a depressão, o *burnout* e outros. Isso porque o ser humano é considerado um elemento funcional de um sistema, a engrenagem de uma máquina, e, para que continue funcionando, toda negatividade deve ser eliminada. Os resultados disso são trabalhados por Han em suas demais obras e incluem a eliminação de todo sentimento negativo, de forma que já não se sabe como lidar com o sofrimento ou dar forma à dor, às angústias e ao luto.

Nessa sociedade, o aceleração do circuito da comunicação e do capital requer a eliminação de quaisquer negatividades. Nesse sentido, já que “a máquina não pode fazer pausas” (Han, 2015, p.46), desvios ou interrupções são eliminados e toda ação é transformada em uma reação ou continuidade, não havendo chance para a mudança real. Da mesma forma, o estranho ou o outro é também eliminado, de forma que há uma estabilização, uma uniformização e uma eliminação dos rituais, das cerimônias e das narrativas.

A comunicação é parte importante desse processo, e, para que seja acelerada, tem sua complexidade reduzida, caminhando rumo a um vazio de sentido. Dessa forma, também a comunicação é padronizada e uniformizada, já que a negatividade da alteridade atrapalha o perfeito fluxo da informação.

A circulação das informações sem perturbação reitera, assim, a redução à funcionalidade da máquina.

Nesse ponto, Han compara a sociedade da obediência foucaultiana com o que denomina “sociedade do desempenho”. Para ele, o homem da sociedade de desempenho é rápido e produtivo, uma vez que “já habita, naturalmente no inconsciente social, o desejo de maximizar a produção” (Han, 2015, p. 25). Sendo assim, os próprios indivíduos exercem sobre si a cobrança por desempenho e produtividade, sem a necessidade de um terceiro explorador: são “empresários de si mesmos” (Han, 2015, p. 23).

Aqui, passamos da negatividade do dever para a positividade do poder. A noção de poder ilimitado se torna central, e se conecta não mais à proibição, mas às noções de projeto, iniciativa e motivação. O autor indica, nesse sentido, que “reagimos com hiperatividade, com a histeria do trabalho e da produção” (Han, 2015, p. 46), ao desnudamento da vida e à sua transitoriedade.

A sociedade positiva sofre, por isso, com a absolutização da vida ativa, por considerar apenas a potência de fazer e não a de não fazer. Na ausência dessa negatividade, que funcionaria como um filtro da percepção, os pensamentos se dispersam, dificultando o aprofundamento, a reflexão e a contemplação e viabilizando apenas a hiperatenção. Assim, a ação se sustenta por si mesma e no sentido de uma aceleração sem direcionamento, irrefletida.

O foco no capital, na positividade, na atividade, na produtividade e no desempenho faz com que tudo seja transformado em mercadoria e esvaziado de sentido para além do nível mercadológico. Sendo assim, para o autor, tudo é mensurado através do valor expositivo, os sujeitos são alienados de suas corporeidades e se transformam em seus próprios “objetos-propaganda” a serem otimizados o tempo todo (Han, 2017). Daí resultam os adoecimentos, surgem os fracassados e depressivos, as “alma[s] consumida[s]”:

O homem depressivo é aquele *animal laborans* que explora a si mesmo e, quiçá deliberadamente, sem qualquer coação estranha. (...) A lamúria do indivíduo depressivo de que nada é possível só se torna possível numa sociedade que crê que nada é impossível. Não-mais-poder-poder leva a uma autoacusação destrutiva e a uma autoagressão. O sujeito de desempenho encontra-se em guerra consigo mesmo (Han, 2015, p. 29)

A violência da positividade se manifesta na massificação do esgotamento a partir do estímulo à superprodução, ao super desempenho e à super comunicação, mas também na individualização desse fenômeno, de forma a se esconder seu caráter social e a responsabilidade coletiva sobre eles. Com as mídias digitais, esse discurso passa a ser veiculado na forma de informações e enumerações, sem espaço para reflexões longas e construção de saber. Tendo esses elementos em mente, faz-se necessário compreender as interações entre tendências neoliberais e os saberes psi na constituição da sociedade do cansaço e do desempenho.

Resultados e Discussões

A partir da literatura examinada, juntamente com a investigação do perfil selecionado, o grupo realizou reuniões semanais para discutir recortes e categorias que poderiam ser norteadores para uma análise mais profunda. Tais categorias foram levantadas através de uma reflexão que se dava não só à luz da bibliografia escolhida, mas com inquietações que já existiam entre os membros do grupo. Essas inquietações surgiram de observações da prática clínica, uma vez que muitos pacientes procuram terapia com queixas muito ligadas a uma cobrança excessiva por produtividade, bem como a uma culpa quando essa não acontece. Além disso, muitas pessoas aparecem com

uma ideia de que a psicoterapia seria um espaço para a retirada de tudo que é “ruim” para se exercitar o que é “bom”, concebendo este lugar como uma “oficina existencial”. Para além da experiência na clínica, também foram compartilhadas preocupações frente à entrada no mercado de trabalho, em que cada vez mais é vendida uma ideia de que só é possível conquistar pacientes e ter algum destaque lançando mão de recursos semelhantes aos da página analisada.

Através da transcrição de palavras-chave que surgiram nas reuniões, foram escolhidas quatro categorias de análise, sendo elas: Tamponamento da negatividade; Subjetividade como projeto; Produtivismo (desempenho); e, por fim, a questão da técnica. Durante a elaboração das análises, percebeu-se que as categorias *Produtivismo (desempenho)* e *A questão da técnica* apresentavam muitas semelhanças; sendo assim, optou-se por fundir ambas em uma só categoria. Assim, chegou-se a três categorias finais para a análise: Tamponamento da negatividade; Subjetividade como projeto; Produtivismo (desempenho) e a questão da técnica.

Tamponamento da negatividade

Han (2015) discorre que na sociedade moderna ocorre a negação da negação, na qual os sujeitos se submetem à autoviolência para proteger-se de uma violência maior, mortal. A violência se dá tanto pela negatividade quanto pela positividade; e não apenas do outro ou do estranho, mas também do igual. Portanto, enquanto acontece o desaparecimento da alteridade, vivemos em uma época pobre em negatividade e de um exagero de positividade.

O *post* escolhido para representar essa categoria, (Figura 1) traz uma lista de “4 hábitos bons que tornam você uma pessoa fácil de conviver”. Os hábitos enumerados funcionam também como critérios para estabelecer quais pessoas são e quais

não são ‘fáceis’ de conviver. Para uma boa convivência, segundo o *post*, não é desejável reclamar, se incomodar e se frustrar; é necessário antecipar as necessidades dos outros, criar soluções para possíveis problemas antecipadamente e ser calmo e sincero, o tempo todo. Assim, a lista de hábitos cria comportamentos padrões para se ter um bom convívio, ser uma pessoa “gostosa de conviver”, negando, assim, as inúmeras subjetividades existentes, além das diversas formas de se estabelecer vínculos no cotidiano.



Figura 1

Fonte: Instagram

Para que mais pessoas se identifiquem e consumam o conteúdo, sustentando a circulação acelerada de informações, eles são produzidos de forma generalizada e simplista. O *post*, então, nega a alteridade e a complexidade inerente à experiência humana, não se considerando as especificidades de cada sujeito, sua subjetividade, sua individualidade e sua história de vida. O sujeito universal, entretanto, não existe. Há que se considerar as especificidades e a subjetividade de cada um, pois essas são construídas nos contextos em que a existência está inserida, em constante dialética com os meios micro e macrossocial.

No ensaio de Heidegger (2007), o autor aponta para o predomínio de um modo de desvelamento: a armação ou dispositivo (*Gestell*), por meio do qual tudo o que é se mostra como fundo de reserva disponível para a utilização e consumo. Nesse mesmo sentido, a partir do *post* em questão, é possível pensar que o discurso Psi se apresenta validando um modo de existência único em detrimento de outros. Esses outros modos são colocados como incorretos, não saudáveis e até mesmo improdutivos. A lógica de mercado desfaz qualquer singularidade, não permitindo que a negatividade da alteridade, do outro, se faça presente. Han (2007) indica essa lógica como adoecedora; porém, a positividade é colocada pela página como marco necessário para a produtividade e para o progresso.

A positividade também está presente na postura que os quatro hábitos sugerem como sendo ideais. O hábito 2, por exemplo, diz que uma pessoa fácil de conviver lida com imprevistos e atrasos nos seus planos pessoais sem reclamar. Com isso, não há espaços para raiva, para a dor, para o sofrimento, para a frustração. O sujeito deve, portanto, se livrar de qualquer negatividade. Han diz sobre o tamponamento da negatividade, o próprio afirma-se no outro, negando a negatividade deste (HAN, 2015).

Subjetividade como projeto

A sociedade do século XXI, segundo Han (2015), é definida como a “sociedade do desempenho”. Nela, o sujeito contemporâneo é submetido a uma lógica em que o imperativo é otimizar a produção de si mesmo, tomando a subjetividade não como uma possibilidade de arranjo existencial, mas como um empreendimento a ser realizado. A postagem selecionada para essa análise (Figura 2) trata de um discurso que incita o indivíduo a se responsabilizar por sua “maturidade” e enumera quatro supostos “remédios naturais e gratuitos” para alcançá-la.

Na imagem (Figura 2), o remédio citado é “encher a vida de propósito, com mais responsabilidades”, sugerindo que uma vida “sem propósito” seria uma vida de uma pessoa imatura. Tal orientação, se seguida, pode levar ao que Han (2010) denomina de “uma nova paisagem patológica”, marcada pelo excesso de positividade e pela individualização de problemas amplos, considerando que o indivíduo pode e deve superar qualquer questão por meio do esforço e da vontade. Ao se esforçar para alcançar uma meta de subjetividade ideal, padronizada e livre de negatividades, o indivíduo consome a si mesmo, o que, do ponto de vista psicopatológico, tende a ser chamado de “*burnout*”.





Figura 2

Fonte: Instagram

A responsabilidade é colocada como individual, negando a dimensão coletiva na constituição do sujeito. As tendências neoliberais, com destaque para o individualismo, se fazem presentes nesse discurso, em que a possibilidade de realização pessoal é considerada como resultado exclusivo do esforço do indivíduo. Narrativas, vivências, lembranças, memórias, tudo o que atravessa a constituição do sujeito, da sua subjetividade e da sua construção de maturidade é eliminado, em uma tentativa de estabilização das formas de ser e viver no mundo.

Com linguagem padronizada e universalizada, as perturbações da complexidade são evitadas pelo reducionismo. Han (2007) chamou esse fluxo de informação reduzido meramente de a funcionalidade de um caminho rumo ao vazio de sentido. De forma igualmente vazia, os “remédios naturais” tangenciam a patologização da vida, criando anomalias que impedem o progresso pessoal rumo à maturidade, como se para *melhorar* bastasse paciência, calma, mudança e esforço individual. A subjetividade, então, se apresenta como um projeto vendido e comprável, algo que é concebido a partir de dicas infalíveis e universais, sendo transponível para qualquer realidade.

O discurso Psi não se apresenta como um mediador de narrativas e particularidades, mas como um operador que, baseado em técnicas, produz mudanças no sujeito, com o ob-

jetivo de torná-lo melhor para si e para os outros, promovendo sempre uma boa convivência e a continuidade das engrenagens sociais (Sá, Mattar & Rodrigues, 2006). Dessa forma, não há abertura de diálogo e comunicação reflexiva, subjetividades e singularidades são categorizadas em saudáveis e não saudáveis, reduzidas a meros impedimentos do progresso, sem a necessária construção de um discurso ético sobre saúde mental e formas de cuidado.

Produtivismo (desempenho) e a questão da técnica

Na Sociedade do Desempenho, a negatividade é substituída pela positividade excessiva. O “não pode fazer” dá lugar ao “podemos fazer tudo” e, dessa maneira, para que a prerrogativa da onipotência se concretize, características como obediência e disciplina são substituídas por uma vida baseada em projeto, iniciativa e motivação. Essa fantasia de onipotência produz, em contraponto, deprimidos e fracassados; afinal, quando se diz que é possível fazer o impossível, aqueles que não o fazem sentem que atingiram o fracasso.

Na Figura 3 é possível observar capas de *posts* que trabalham com essa noção de saúde mental enquanto algo a ser otimizável, a fim de mitigar toda a negatividade que torna indivíduos menos agradáveis, felizes e satisfeitos. Esse fato dialoga com a ideia do valor expositivo da sociedade e com a formação de “indivíduos-propaganda” otimizáveis. Em suma, tal negatividade torna os sujeitos menos interessantes e produtivos dentro de uma lógica neoliberal que predomina na atualidade, e uma terapia eficiente não seria aquela que busca resgatar a subjetividade do indivíduo enquanto ser único e plural, mas antes utilizá-lo enquanto produto de consumo e exploração.



Figura 3
Fonte: Instagram

O perfil analisado produz esses indivíduos fracassados no intuito de vender, em seguida, projetos para que se encaixem melhor na sociedade do desempenho. Primeiro, cria-se uma espécie de escala de fracasso, em que o indivíduo pontua, na medida em que se identifica com as situações cotidianas. Trata-se de um conjunto de situações pouco valorizadas na sociedade, tais como “não conseguir acordar cedo”, que juntas são consideradas traços de características inferiores ou menos desejáveis, que atrapalham o desempenho e a produtividade. Logo em seguida, cria-se um *post* com passos a serem seguidos para se livrar dessa característica – que, até então, talvez ainda não fosse visto como problema pelo leitor – que o atrapalha a alcançar o ideal de indivíduo produtivo corroborado pela empresa.

Esse material gerou tamanho engajamento que resultou na criação de um projeto psicopedagógico para ensinar formas de alcançar as metas e objetivos e ser mais produtivo em 8 semanas, com auxílio de aulas sobre regulação emocional e sessões

de psicoterapia em grupo mediadas por um psicólogo. Segundo a página, a terapia seria um espaço de supervisão para impedir o paciente de fracassar. De acordo com os fundadores da página, a empresa se pauta pela terapia comportamental, usada para a criação de guias de como vencer características que o tornam improdutivo e o levam ao fracasso – definido como a não realização de objetivos ou metas, ou, em outras palavras, o não desempenho.

Essa forma de praticar a terapia também é vendida aos psicólogos parceiros por meio de franquias. São oferecidos a quem tem interesse pela abordagem citada guias de como realizar as psicoterapias e obter bons resultados, ou seja, conseguir vários clientes e “viver da clínica”. No entanto, não se trata de construir uma rede de apoio aos psicólogos para discutir a atuação e casos, mas passos a serem seguidos para obter sucesso como psicólogo, se tornando um “empresário de si mesmo” que ensina os possíveis pacientes do franqueado a serem, também, “empresários de si mesmos”.

Utilizando os conceitos de Heidegger ao discorrer sobre “A questão da técnica” (2007), é possível pensar o desvelamento do homem na sociedade atual enquanto energia disponível para ser explorada. A saúde mental funcionaria como capacitação de indivíduos para uma lógica de exploração constante, sendo a psicologia desvelada enquanto uma ferramenta para que esse ‘aprimoramento’ dos seres aconteça. A página analisada utiliza-se de tais recursos, promovendo uma ideia de saúde mental que descarta a negatividade inerente à existência humana, divulgando técnicas – muitas vezes em formato de “passo a passo” – de como o indivíduo pode aprimorar sua saúde mental e bem-estar. Esses métodos são utilizados e divulgados nas aulas, guias, *e-books* divulgados pela empresa para a população, bem como difundidos para os profissionais franqueados a fim de fundamentar a prática clínica destes.

Considerações Finais

O presente capítulo se propôs a compreender a forma como os discursos da Psicologia vêm se apresentando na internet, na atualidade, num contexto de excesso de positividade, no qual a submissão ao marketing e à midiaticização se tornam passagens quase obrigatórias para a inserção dos profissionais Psi no mercado de trabalho. Para isso, foi realizada a análise de um perfil de grande repercussão no *Instagram*, por meio do qual podemos observar a presença de um discurso próprio da sociedade do desempenho, onde a Psicologia trabalha a favor da maximização do si mesmo, a partir do tamponamento da negatividade e da exigência máxima de produtividade.

Nesse contexto, observamos que as mídias sociais possuem um funcionamento específico: a constância na rede é de suma importância para que o conteúdo produzido alcance mais pessoas. Sendo assim, a produção de conteúdo deve seguir uma quantidade e uma frequência específicas, fazendo com que a credibilidade do conteúdo seja secundária. *Posts* objetivos, frases de impacto, paleta de cores, imagens chamativas são as características que ditam a presença das profissões, e, mais especificamente, da Psicologia no *Instagram*. Mais do que um espaço de informação e reflexão, os perfis de Psicologia acabam se tornando um espaço de dicas para alcançar uma vida “melhor” e mais “positiva” e para consumir conteúdos de entretenimento.

Para representar e promover identificação, a comunicação digital acontece de forma universal e generalizada, utilizando-se de temas populares; não de forma a fomentar o diálogo e reflexão, mas de forma a propor passos a passos infalíveis para alcançar um estilo de vida ideal que reafirme as premissas do discurso neoliberal hegemônico. A Psicologia ocupa um lugar de validação de uma existência progressista e universal, demonstrando pouca preocupação com embasamento ético, teórico e científico e com a complexidade necessária e inerente a

esse campo de conhecimento. Produz-se uma noção de subjetividade otimizável e controlável, que tem como norte uma constante evolução, onde a negatividade, a pausa e o sofrimento não são possíveis e devem ser eliminados.

A exclusão da negatividade, vem acompanhada de uma responsabilização individual do “sujeito que tudo pode” e “que tudo consegue”, respaldada por um discurso entendido pelo público como científico. Aqui não há espaço para debates e noções caras à profissão; a subjetividade, as particularidades e as especificidades de cada indivíduo são silenciadas numa construção pouco dialética com os meios micro e macrosociais. O discurso Psi produz regras as quais o sujeito obedece, buscando padronizar e universalizar subjetividades. Pensando numa postura ética e naquilo em que a Psicologia se propõe, é possível o questionamento: a Psicologia cabe nessa proposta da lógica das redes sociais? Se esse for um campo a ser explorado, caberia aos Conselhos de Classe a produção de normatizações a esse respeito?

Em suma, é possível observar a Psicologia se manifestando como uma das técnicas a serviço do melhoramento. Tanto terapeutas quanto pacientes assimilam tal noção, produzindo e consumindo essa noção de subjetividade otimizável. Com isso, o sujeito passa a ser um projeto realizável a partir de um tamponamento de tudo que é negativo ou anuncia a negatividade. A positividade excessiva elimina diferenças, assim como a alteridade e a singularidade dos sujeitos. Nesse sentido, é possível localizar uma noção de bem-estar e saúde mental que converge com tais princípios, buscando a adaptação e a capacitação de indivíduos para que alimentem uma lógica de produção incessante.

Apesar de nesse artigo ter sido analisado um perfil/empresa de grande alcance, é essencial pensar nos impactos da midiaticização da Psicologia também para os profissionais individuais do campo. Na medida em que se amplia o escopo

de trabalho dos psicólogos, que, além de ofertar os serviços próprios do campo Psi, passam a lidar com a produção de conteúdos digitais, cria-se uma dupla jornada de trabalho que, em alguns casos, passa pela transformação não só da Psicologia, mas do próprio profissional como produto a ser vendido. Nesse sentido, “a histeria do trabalho e da produção” (Han, 2015, p.46) estende-se também aos profissionais e aos leitores que consomem os conteúdos produzidos por eles.

Apesar da visibilidade, representatividade e alcance de demandas coletivas prometidas pelas mídias digitais, a massificação da produção de conteúdo pode ter como consequência a despolitização da Saúde Mental. Como priorizam-se as relações mercadológicas, vê-se uma redução acrítica da saúde mental ao contexto da produção e da venda de um produto: a psicoterapia, desconsiderando, assim, a dimensão ético-política da Psicologia, que passa pela defesa e responsabilidade pública na garantia de saúde.

Apesar disso, não podemos desconsiderar que a presença da Psicologia nas redes sociais não se restringe aos efeitos de massificação, super exigência de produtividade e individualização das questões relacionadas à saúde mental. Essa inserção, por outro lado, auxilia na promoção de maior preocupação, promoção de cuidado e desestigmatização da saúde mental, na medida em que o assunto atinge um maior número de pessoas. Entretanto, é necessário ter muita atenção e criticidade à forma como esses conteúdos vêm sendo tratados, no intuito de fazer valer a dimensão ético-política da Psicologia.

Por fim, vale ressaltar que o assunto tratado neste capítulo abrange um campo emergente, sobre o qual foram encontradas poucas referências e pesquisas que discorressem sobre o assunto específico. Nesse sentido, é de suma importância que sejam realizadas mais produções que visem a investigação do fenômeno da “*marketização*” da Psicologia e os impactos da sua transformação em produto, tanto para os sujeitos que a conso-

mem, quanto para os sujeitos que a produz. Dessa forma, será, então, possível compreender melhor o campo e produzir ponderações que auxiliem os profissionais a decidirem a respeito de sua inserção nessa área, de forma crítica e reflexiva, respeitando as múltiplas possibilidades de existência humana, pautada no Código de Ética profissional e respaldada pelos princípios ético-políticos da Psicologia.

Referências

- Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Han, B. C. (2015). *Sociedade do cansaço*. Editora Vozes Limitada.
- Han, B. C. (2017). *Sociedade da transparência*. (Giachini, E. P., Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Han, B. C. (2018). *No exame: Perspectivas do digital*. (Machado, L., Trad.) Petrópolis: Vozes.
- Hjarvard, S. (2012). Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *MATRIZES*, 5(2), 53-91. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizas/article/view/38327> (Acessado em 01/12/2021)
- Heidegger, M. (2007). A questão da técnica. *Scientiæ studia*, 5, 375-398. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662007000300006>
- Marra, G. S., Damacena, C. (2013). Engajamento do Consumidor: Revisão Teórica dos Conceitos e Seus Antecedentes. *REGE*, 20(2), 233-249. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rege/article/download/98807/97368/>
- Moraes, D. (2002). Mídia e globalização neoliberal. Dossiê Tecnologias. *Revista Contracampo - Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação*, 7, 7-22. Recuperado de <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17332>
- Neto A. F. (2008). Fragmentos de uma analítica da mídiação. *Rev. Matrizes*, 1(2), 89-105. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i2p89-105>
- Sá, R. N. D., Mattar, C. M., & Rodrigues, J. T. (2006). Solidão e relações afetivas na era da técnica. *Revista do Departamento de Psicologia*, 18(2), 111-124. <https://doi.org/10.1590/S0104-80232006000200009>

Souza, E. L., Dacorso, S. T. M. (2020). Um novo modus operandi: compreendendo a relação entre sujeito, subjetividade e mundo. *Cadernos de Psicologia*, 2(3), 308-330. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/2635>

SOBRE OS AUTORES

Amanda Dayla Martins: Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: amandadaylamartins@hotmail.com.

ORCID: 0000-0003-0421-7293

Ana Clara Marques Robes: Bacharela em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Pós graduanda em Saúde Mental, Psicopatologia e Atenção Psicossocial.

E-mail: anaclara98mr@gmail.com

ORCID: 0000-0001-8817-0044

Ana Elisa Vilas Bôas Moreira: Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: anelisa.moreira@gmail.com

ORCID: 0000-0002-5724-8408

Barbara Soares Braga: Redutora de danos e educadora social. Bacharela em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: brbsbrg@gmail.com.

ORCID: 0000-0003-3091-4463.

Beatriz Sampaio Malverde Rodarte: Bacharela em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: biamalverde@gmail.com

ORCID: 0000-0003-3154-226X

Caroline Ferreira Fernandes Guimarães: Licenciada e mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE).

Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - CRP:04/66547.

Membro do grupo Travessias: percursos em psicanálise.

E-mail: caroline_fernandesguimaraes@yahoo.com.br.

ORCID: 0000-0003-4126-892X

Eduarda Macedo Ferreira: Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: eduardamacedof@gmail.com.

ORCID: 0000-0002-5071-1412

Ester de Oliveira: Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), membro do grupo de extensão “Atendimento Online - Psicologia Sociocultural” coordenado por professora Déborah Barbosa.

E-mail: dasolivasester@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1528-2752>

Frederico Tunes e Sousa: Graduando em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: fredericotunes@gmail.com.

Orcid: 0000-0002-2900-4799

Gabriel César Silva Rodrigues: Graduando em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com previsão de formatura em agosto de 2022.

Membro do Grupo de Pesquisa “Psicologia, Fenomenologia Existencial e Contemporaneidade” liderado pelo Prof. Dr. Paulo Evangelista.

Membro voluntário do Laboratório de Análise de Processos em Subjetividade (LAPS).

E-mail: gabriel1234.gc@gmail.com.

Orcid: 0000-0003-0314-6366

Gabriel Gonçalves Magalhães: Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Integrante do grupo de Psicologia do Esporte no Centro de Treinamento Esportivo da UFMG (CTE-UFMG).

E-mail: gabrielgmagalhaes19@gmail.com.

ORCID: 0000-0001-5449-9538

Gabriela Cristine Nunes Nascimento: Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: gabrielaacnascimento@yahoo.com.br

ORCID: 0000-0002-4984-0911

Gabriela Maria Leroy Viana: Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Integrante do grupo de pesquisa Psicologia, Fenomenologia Existencial e Contemporaneidade no Laboratório de Análise de Processos de Subjetividade (LAPS-UFMG).

E-mail: gabimleroy@gmail.com.

ORCID: 0000-0002-1140-62200.

Gisleide da Costa Santos: Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Integrante do grupo de pesquisa Psicologia, Fenomenologia Existencial e Contemporaneidade no Laboratório de Análise de Processos de Subjetividade (LAPS-UFMG).

E-mail: gisleide.scosta@gmail.com.

ORCID: 0000-0001-5779-3388.

Gladston Norberto: Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Ênfase em processos clínicos pela abordagem da Terapia Cognitiva Comportamental. Coordenador do GEDAAP - Grupo de estudos em Didática Aplicados ao Aprendizado da Psicologia.

Membro da clínica Espaço Integrar e diretor da Comunidade Cognitiva Comportamental.

Emai: psi.gnorberto@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9924-2514>

Gregory Nicolás Santos: Bacharel em Ciências Socioambientais e graduando em Psicologia, ambos os cursos pela Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: gregory.psicologia@gmail.com.

ORCID:0000-0001-7692-9498.

Gustavo Ferreira de Barros: Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: gustavounai@hotmail.com.

ORCID: 0000-0002-8049-1019

Jéssica Houri Cossenzo: Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: jessicacossenzo@gmail.com.

ORCID: 0000-0002-8038-2330

Jordanna Alves Barbosa: Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: jordannabarbosa.psicologia@gmail.com

ORCID: 0000-0001-9037-5655

Juliana Dutra Miranda: Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: julidmiranda@gmail.com.

ORCID: 0000-0003-1000-5385

Lara Ferreira e Campos Maciel: Bacharela em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Residente em Saúde Mental pela UNIMONTES.
E-mail: larafcmaciell@gmail.com.
ORCID: 0000-0001-8259-9632.

Larissa Alves Barbosa De Lucas: Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: larissalvesbl@gmail.com.
ORCID: 0000-0003-3954-412

Laura Cristina Eiras Coelho Soares: Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG.
Doutora e Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ.
Líder do Grupo de Pesquisa - CNPq denominado Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica (NPPJ).
E-mail: lurasoarespsi@yahoo.com.br.
ORCID: 0000-0003-0859-7625

Leidiane Maria da Silva Leonardo: Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Integrante da Universidade dos Direitos Humanos (UDH), diretoria da Pró-Reitoria de Extensão da mesma universidade.
E-mail: leiddianne@hotmail.com.
ORCID: 0000-0003-2214-0146

Louise Maffre Dupuis: Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: louise.mdupuis@gmail.com
ORCID: 0000-0003-0971-6833

Luísa Raad Barbosa: Bacharela em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: luisa_raad@yahoo.com.br
ORCID: 0000-0003-1819-4643

Luisa Vieira Piazarollo: Bacharela em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: luisavppsi@gmail.com
ORCID: 0000-0002-0488-2499

Márcio Rimet Nobre: Psicanalista e pesquisador da interface subjetividade e cultura digital.
Doutor em Psicologia na área de Estudos Psicanalíticos pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Mariana Ribeiro Melo: Mestre e graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.
Atua na área de Psicologia Clínica.
E-mail: melomribeiro@gmail.com

Miguel Pires da Costa Altoé: Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - CRP: 04/66609.
E-mail: miguelaltoe@gmail.com / ORCID: 0000-0002-1837-8111

Nádia Laguárdia de Lima: Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.
Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais.
Possui Pós-Doutorado em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Coordena o Laboratório: “Além da Tela: psicanálise e cultura digital”.
ORCID: 0000-0001-7949-0169.

Natanael Augusto de Freitas: Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: natanaelfreitas17@gmail.com.
ORCID:0000-0003-1130-394X

Nidia Mayra Duarte Dias: Bacharela em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-MAIL: nidiamddias@gmail.com.
ORCID: 0000-0002-8410-3650.

Paulo Eduardo Rodrigues Alves Evangelista: Professor do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ministrando aulas na graduação e na pós-graduação.
Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP, Mestre em Filosofia e graduado em Psicologia pela PUC-SP.

Sub-coordenador do Curso de Especialização em Psicologia Clínica: Gestalt-Terapia e Análise Existencial - UFMG.

Coordenador do Grupo de Pesquisa CNPq “Psicologia, Fenomenologia Existencial e Contemporaneidade”.

Membro do Laboratório de Análise de Processos em Subjetividade (LAPS) da UFMG.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3084168914704520>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9691-6141>

Pedro Henrique Chaves Cardoso: Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Integrante do Grupo de Pesquisa — CNPq denominado Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica (NPPJ).

E-mail: pedrohccardoso4@gmail.com.

ORCID: 0000-0002-0657-7711

Rafaella Alcantara Reis Mendes: Bacharela em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - CRP: 04/66563.

Membra do grupo Travessias: Percursos em Psicanálise.

E-mail: arm.rafaella@gmail.com.

ORCID: 0000-0001-9047-9024

Rodrigo Aparecido Fernandes Costa: Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: fernandesrc91@gmail.com.

ORCID: 0000-0002-9247-622X

Sara Guerra Maia: Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: sguerramaia@gmail.com.

ORCID: 0000-0002-7090-158X

Thuanne Bárbara Campos Rodrigues: Licenciada em Pedagogia e graduanda em Psicologia, ambos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: thuannebarbara@gmail.com

ORCID: 0000-0002-3501-5929



TIPOGRAFIAS

Bell Mt, Minion Pro, Bookman
Old Style, Rockwell, Adobe
Caslan Pro, Garamond

PAPEL

Pólen soft 80g/m²

IMPRESSÃO

Cromosete